

Ana Carla de Lemos Bezerra

A MULTIDÃO COMO REFERÊNCIA PARA A SOCIEDADE CIVIL: do direito à comunicação aos casos de monitoramento da mídia no ciberespaço

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO-UFRJ), como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof^o Dr. Henrique Antoun

Área de Concentração: Tecnologias da Comunicação e Estéticas

Rio de Janeiro
2008

Folha de aprovação

A MULTIDÃO COMO REFERÊNCIA PARA A SOCIEDADE CIVIL: do direito à comunicação aos casos de monitoramento da mídia no ciberespaço

Ana Carla de Lemos Bezerra

Dissertação submetida ao corpo docente da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO-UFRJ) como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre.

Aprovada por:

Professor Doutor Henrique Antoun, ECO-UFRJ (Orientador)

Professor Doutor Giuseppe Cocco, ESS-UFRJ

Professora Doutora Ivana Bentes, ECO-UFRJ

Professora Doutora Fernanda Bruno, ECO-UFRJ (Suplente)

Rio de Janeiro
2008

Ficha catalográfica

Lemos, Ana Carla de, 1979 -

A *multidão* como referência para a sociedade civil: do direito à comunicação aos casos de monitoramento da mídia no ciberespaço / Ana Carla de Lemos - Rio de Janeiro, 2008.

141 f.

Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Escola de Comunicação (ECO), Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), 2008.

Orientador: Prof^o Dr. Henrique Antoun

1. Resistência 2. Multidão 3. Sociedade civil 4. Direito à comunicação 5. Ciberespaço - Teses I. Antoun, Henrique (Orient.) II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Comunicação. Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura. III. Título

*A Lúcia Lemos, Elio Avelino
Bezerra e Júnior, porque
tentamos, mesmo com as
limitações de cada um, fazer o
melhor possível sempre...*

*A Daniel Gaio, por ser o
espírito mais leve e “we can
work it out” que eu conheço...*

Agradecimentos

Não haveria razão para escrever uma dissertação se não houvesse com quem dividi-la e a quem agradecer. Entretanto, prescindo de fazer aqui agradecimentos nominais. Prefiro e pretendo fazê-los em breve pontualmente, pessoalmente e diretamente, porque pontuais, pessoais e diretos foram o apoio, o carinho, o incentivo e as “brincas” que recebi. A lista de agradecimentos ficou grande, mas estou imensamente feliz por ter os mesmos nomes daqueles com quem desejo, de alguma forma, partilhar momentos de vida daqui pra frente. Faço questão de declarar com detalhes todas as razões dos meus agradecimentos, inclusive ao querido professor e orientador Henrique Antoun. Por ora, basta-me dizer que sem Deus (*substância única, fundamento infinito, essência...* ou outras denominações/significações que tenho aprendido nos últimos anos...), minha enorme família, amigos de longe e de perto, professores e amigos-professores este trabalho não seria possível, nem necessário, nem justificável, nem teria valido a pena. E aqui me refiro com muito carinho à minha *multidão* particular — à “minha” *rede* amplamente disseminada por vários lugares, construída cuidadosamente pelo que mantemos em *comum* (tempo, afetos, idéias, interesses, desejos) e pelas lindas e diferentes formas de *comunicação* e *colaboração* que estabelecemos. Agradeço por estar *imaterialmente* ligada a cada um dos *nós* dessa *rede*. No fim das contas, trata-se do meu melhor exemplo de *multidão* para continuar com essa mania/agonia de acreditar na *multidão* do mundo.

*Confira
tudo que
respira
conspira*
(Paulo Leminski)

*As idéias podem ser belas — e são belas
quando de algum modo nos tornam mais
potentes.*
(Cláudio Ulpiano)

*O que propomos hoje em dia, portanto, não é
repetir velhos rituais e slogans esgotados, e
sim, pelo contrário, voltar à prancheta,
retomar a pesquisa, lançar uma nova
investigação para formular uma nova ciência
da sociedade e da política. Empreender uma
investigação social como esta não é empilhar
estatísticas ou meros fatos sociológicos; trata-
se de nos prepararmos para apreender as
atuais necessidades biopolíticas nos
movimentos da história e nas transformações
antropológicas da subjetividade. Uma nova
ciência da produção da riqueza e uma nova
constituição política voltada para a
democracia global só podem surgir dessa
nova ontologia.*
(Michael Hardt e Antonio Negri)

Resumo

LEMOS, Ana Carla. **A *multidão* como referência para a sociedade civil**: do direito à comunicação aos casos de monitoramento da mídia no ciberespaço. Orientador: Prof^o Dr. Henrique Antoun. Rio de Janeiro: UFRJ-ECO, 2008. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura).

O termo “sociedade civil” freqüentemente está associado a uma esfera de articulação política da qual provêm formas de resistência em defesa da democracia e da emancipação social. Entretanto, as feições “imperiais” dos processos de globalização têm imposto sérias limitações à democracia e exigido a constituição de novos modelos de resistência para fazer frente à atual configuração de poder. Os autores Michael Hardt e Antonio Negri propõem o conceito de *multidão* como o “ator” político apto a empreender formas produtoras e eficazes de resistência na atualidade. Entre as características da *força multitudinária* estariam a sua capacidade de se organizar e agir em rede a partir da “constituição do comum”, e de empreender atividades produtivas baseadas na colaboração e na cooperação. Neste trabalho, consideramos que a noção de *multidão* pode servir de referência para repensar a potencialidade da ação política e de resistência da sociedade civil. Partindo do pressuposto de que a estrutura disseminada e descentralizada do ciberespaço o torna um “ambiente” privilegiado para a expressão da *potência multitudinária*, buscamos analisar, a título de exemplo ilustrativo, duas iniciativas que se auto-intitulam experiências da sociedade civil e que desenvolvem atividades de monitoramento da mídia em ambientes virtuais: o Ombuds PE e o Ética na TV — ambos ligados à luta pelo direito à comunicação no Brasil. Com esta análise, pretendemos identificar algumas limitações do uso social e político que a sociedade civil faz do ciberespaço para agir em/com/a partir da *multidão*.

Palavras-chave: resistência, *multidão*, sociedade civil, ciberespaço, direito à comunicação

Abstract

LEMOS, Ana Carla. **The *multitude* as a reference for the civil society:** from the right to communication to the cases of media monitoring in cyberspace. Tutor: Profº Dr. Henrique Antoun. Rio de Janeiro: UFRJ-ECO, 2008. Dissertation (Masters in Communication and Culture).

The term “civil society” is usually associated to a political articulation which takes initiatives of resistance in order to defend the democracy and the social emancipation. However, the “imperial” faces of the globalization processes have imposed serious limitations to democracy and have demanded new forms of resistance able to combat the current configuration of power. Michael Hardt and Antonio Negri suggest the concept of *multitude* as the political “actor” capable of producing efficient ways of resistance nowadays. One of the features of the *multitude* would be its ability to organize itself and — based on the “constitution of the common” — to lay the foundation for creating local groups and organizations that can then link with other groups having common interests through networks, as well as to establish productive actions based on collaboration and cooperation. In this thesis, the idea of *multitude* may be used as a reference to rethink the potentiality of political action and resistance of the civil society. The far-reaching structure of the cyberspace makes it one of the most privileged “spaces” to express the power of the *multitude*. As an example, we have analyzed two experiences of the civil society which monitor the media through the virtual space: Ombuds PE and Ética na TV — they are both linked to the struggle for the communication rights in Brazil. From this analysis, it is intended to identify some limitations of the civil society to make a political and social use of the cyberspace in order to work widely with the *multitude*.

Key words: resistance, multitude, civil society, cyberspace, communication rights

SUMÁRIO

Introdução.....	p. 01
1. O conceito de sociedade civil: da modernidade à contemporaneidade.....	p. 07
2. O cenário real e possível para a resistência.....	p. 25
2.1. Sobre a configuração política contemporânea: a constituição do Império.....	p. 25
2.1.1. Sobre a sociedade informacional.....	p. 30
2.1.2. Sobre a configuração produtiva contemporânea: a hegemonia e a potencialidade do trabalho imaterial.....	p. 33
2.2. Sobre o conceito de <i>Multidão</i>	p. 38
2.2.1. A rede disseminada como estrutura de organização.....	p. 40
2.2.2. A identificação e a mobilização do comum.....	p. 43
2.2.3. A produção colaborativa e cooperativa.....	p. 45
3. A sociedade civil e o direito à comunicação.....	p. 49
3.1. Considerações preliminares sobre a investigação.....	p. 49
3.2. O “direito a comunicar” na geopolítica da segunda metade do século 20.....	p. 51
3.2.1. Sobre a legitimação do conceito de direito à comunicação.....	p. 58
3.2.2. Direito à comunicação no Brasil.....	p. 63
3.3. A sociedade civil e a Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação.....	p. 65
3.4. A ação da sociedade civil pelos direitos à comunicação no ciberespaço.....	p. 76
4. Análise dos objetos a partir do conceito de <i>Multidão</i>.....	p. 79
4.1. Em busca da delimitação dos objetos de análise.....	p. 79
4.2. Observações sobre a metodologia de análise.....	p. 82
4.3. Apresentação e análise dos casos de monitoramento da mídia realizado pela sociedade civil no ciberespaço.....	p. 83
4.3.1. Ombuds PE.....	p. 83
4.3.2. Ética na TV.....	p. 91
4.3.3. Considerações sobre os dois objetos.....	p. 99

5. Considerações finais.....	p. 104
Referências bibliográficas.....	p. 110
Lista de anexos.....	p. 120
Anexo 1.....	p. 121
Anexo 2.....	p. 122
Anexo 3.....	p. 124
Anexo 4.....	p. 128
Anexo 5.....	p. 129

Introdução

*“A democracia nunca foi tão necessária”
(Hardt e Negri, 2005, p. 10)*

Partindo das constatações de que a democracia é um dos “projetos” incompletos da modernidade — e, portanto, ainda estamos buscando formas de estabelecê-la concretamente — e de que os processos de globalização impõem inúmeras limitações à realização desse projeto, esta dissertação mantém pontos de ligação com uma questão para nós central e ao mesmo tempo instigante: quais são as reais possibilidades de resistência em favor da democracia hoje? Tal questão verte ainda várias outras perguntas: quais as condições de constituição da resistência coletiva? Como ela se manifesta? Que obstáculos enfrenta? Quais os seus efeitos? As formas de resistência apresentam feições diferentes em âmbito local e global?...

Evidentemente, trata-se de questões bastante abrangentes, capazes de gerar tantas respostas quanto posicionamentos e opções ideológicas existirem. A fim de iniciar os estudos nesse campo, durante o curso de Mestrado pareceu-nos oportuno deter o nosso olhar sobre o *lócus* de onde tradicionalmente vêm (ou se espera vir) expressões de resistência organizada em favor da democracia: a sociedade civil. Essa “categoria” de articulação e ação política, como será visto à frente, normalmente é mencionada ou acionada para indicar a existência de grupos e movimentos voltados à reflexão, à resistência e à defesa de interesses gerais e/ou particulares que, em muitos casos, se baseiam e se coadunam a princípios democráticos. De fato, algumas características e funções atribuídas à sociedade civil — como, por exemplo, a representação de interesses e a expertise no diagnóstico de demandas e soluções para questões sociais — tendem a apresentá-la como uma esfera “propulsora” da democracia.

Entretanto, se consideramos, como nos dizem Hardt e Negri, que a “forma adequada de resistência muda historicamente e deve ser inventada para cada nova situação” (2005, p. 426), nosso primeiro impulso é tentar encontrar respostas para a seguinte dúvida: a sociedade civil organizada tem conseguido empreender experiências de resistência adequadas ao contexto contemporâneo? Com essa pergunta, pretendemos reconhecer as iniciativas da sociedade civil não como positivas e eficazes apenas por serem “iniciativas da sociedade civil”, mas como prática de resistência.

Se nos baseássemos apenas nessa questão, continuaríamos diante de um problema ainda muito amplo para ser desenvolvido em uma dissertação. O primeiro passo, portanto, seria identificar a que “nova situação” ou “contexto contemporâneo” devemos nos ater para pensar as condições de possibilidade de resistência. Dessa forma, tomamos por referências centrais as obras *Império* (2006) e *Multidão* (2005)¹, ambas dos autores supracitados Michael Hardt e Antonio Negri. Nesses dois livros os escritores nos apresentam “as duas faces do processo de globalização”. A primeira, o *Império*, pode ser entendida, em linhas gerais, como uma “rede de poder” que se exerce por meio de um “domínio de pleno espectro”, estendendo-se sobre todos os territórios e as esferas da vida humana, inclusive sobre as formas de resistência. Por sua vez, a *multidão* é descrita como a “alternativa viva” a favor da democracia que se constitui dentro do próprio Império, em intensa e criativa oposição a ele e às suas ramificações locais e/ou globais.

Ao ressaltar que, sobretudo hoje, as estratégias de resistência precisam levar em conta a) a forma de luta mais eficaz para o tipo de poder vigente; b) agir tendo como referência a configuração da produção econômica e social; e c) reconhecer como limite máximo a democracia e a liberdade, Hardt e Negri nos apresentam a *multidão*, e as características que a constituem, como o “ator” ou a “força” política capaz de empreender formas efetivas de resistência na contemporaneidade. A “aptidão” da *força multitudinária* à resistência estaria, entre outros fatores, na sua forma de ação e comunicação em rede (compatível com a forma de organização e atividade do Império), na sua capacidade de agir a partir da identificação e da “constituição do comum” e de assentar sua produtividade na colaboração e na cooperação. Acreditamos que tais características constituem importantes *índices* para repensar o tipo de atividade política desenvolvida por aquilo que se convencionou chamar de “sociedade civil organizada”.

Diante dessas questões, um outro fator se apresenta decisivo para as práticas de resistência nos dias atuais: o uso do ciberespaço como estrutura de rede distribuída e descentralizada — favorável, portanto, a abrigar inúmeros modos de comunicação e cooperação em torno de interesses afins, inclusive ações de resistência. Chamavam-nos a atenção, sobretudo, as iniciativas da sociedade civil que identificaram a possibilidade de empreender suas atividades considerando o potencial da Internet, isto é, o seu potencial para disseminar e integrar os pólos de emissão de informação e comunicação, e, dessa forma, favorecer a ação coletiva.

¹ No original em inglês, tais obras foram publicadas em 2000 e 2004, respectivamente.

De fato, nosso foco não recai sobre a defesa da topologia da rede do ciberespaço. Como já estudado antes por outros especialistas, trata-se de uma estrutura com capacidade libertária, democrática e livre em termos de comunicação e interação (RAYMOND, 2001; CASTELLS, 2001 e 2003; LÉVY, 1999). Voltamo-nos aqui especialmente para o uso social e político que a sociedade civil pode fazer da rede para se articular àquilo que Hardt e Negri chamam de *multidão*. A princípio, a opção pela utilização do ciberespaço como “ambiente” privilegiado de atuação sugere uma abertura da sociedade civil para realizar suas atividades em “parceria” e em “convergência” com as forças multitudinárias e grupos/indivíduos com interesses afins.

Tomando o referencial teórico da multidão como base para o nosso questionamento inicial, ponderamos que uma estratégia importante para constatar a ação da sociedade civil como prática de resistência é verificar em que medida essa “esfera política” se dispõe a mobilizar e agir em/com/a partir da multidão no ciberespaço. Se, por um lado, com essa perspectiva, conseguimos formar um aparato de análise, por outro, fez-se necessário demarcar o campo de ação da sociedade civil para nos dedicar em nosso estudo.

Buscamos então uma estratégia de delimitação. Como a sociedade civil normalmente funciona e se articula em torno da defesa de questões temáticas — que podem envolver a defesa de públicos-alvos específicos (mulheres, gays, índios, crianças, idosos, categorias de trabalho, populações) e áreas como meio ambiente, justiça e direitos humanos, assistência social e desenvolvimento local —, a primeira estratégia de delimitação foi estabelecer o recorte temático de atuação da sociedade civil em que nos concentraríamos.

Partimos então de uma evidência: a centralidade da comunicação — e da mídia de maneira mais específica — na estrutura de “poder imperial”. Sendo assim, optamos por nos focar no trabalho da sociedade civil dedicado à luta pelos direitos à comunicação. Esse campo de luta tem, ao longo do tempo, envolvido várias subtemáticas associadas à defesa da democracia, como a questão das concessões de licenças públicas; a concentração dos meios de comunicação; a convergência tecnológica e o sistema público de comunicação; a utilização estratégica de *softwares* livres; o regime de direitos de propriedade intelectual; e o controle social dos meios. Conforme será visto à frente, a trajetória de luta da sociedade civil pelos direitos à comunicação tem defendido e incorporado princípios que podem ser associados ao conceito de multidão — a exemplo da idéia de comunicação como elemento essencial para a prática democrática e a disseminação, a apropriação e o uso das TICs

(tecnologias de informação e comunicação), inclusive para fins de resistência e emancipação social.

Seguindo esse recorte, dois objetos chamaram a nossa atenção: os ambientes virtuais *Ética na TV* e *Ombuds PE*. Essas experiências se auto-intitulam iniciativas da sociedade civil organizada e estão diretamente ligadas à luta pelo direito à comunicação, ou, em outros termos, pela democratização da comunicação. Ambas se dedicam ao monitoramento da mídia — em âmbito nacional e regional, respectivamente² —, e utilizam o ciberespaço para apresentar seu trabalho de acompanhamento e crítica dos meios e “abrigar” a participação do público. Além disso, ambos os ambientes se pautam pela defesa dos direitos humanos em sua estratégia de “resistência” ao *modus operandi* e ao conteúdo veiculado pela mídia. Partindo da análise desses dois objetos à luz da *multidão*, nossa intenção é ratificar que elementos/características desse conceito são essenciais para as práticas de resistência na contemporaneidade e verificar se esses ambientes virtuais mobilizam e funcionam a partir de potência de ação da multidão.

Os tópicos desta dissertação seguem o caminho de leitura e pesquisa que consideramos necessário percorrer para analisar os objetos selecionados. Nesse sentido, o primeiro capítulo apresenta um breve relato do conceito da sociedade civil, partindo das acepções iniciais que o termo incorporou ainda no início da modernidade com os autores jusnaturalistas — quando era utilizado como sinônimo de Governo/Estado —, até chegar às mudanças conceituais ocorridas na passagem do século 19 para o século 20. Os significados contemporâneos do termo também serão apresentados em função de algumas matrizes teóricas para chegarmos à concepção/composição da sociedade civil proposta pela Organização das Nações Unidas (ONU). Com esse “apêndice preliminar”, pretendemos mostrar que, ao longo do tempo, o conceito de sociedade civil sempre esteve associado à noção de Estado, seja para afirmá-lo, melhorá-lo, refutá-lo ou superá-lo. Além disso, o termo freqüentemente esteve associado ao(s) grupo(s)/movimento(s) responsável(eis) — ou pelo menos, co-responsáveis — por empreender “projetos de sociedade”, visando a mudança ou o estabelecimento de determinada ordem. Ressaltaremos que, sobretudo nas últimas décadas, o termo ganhou atribuições e finalidades “redentoras”; como se as iniciativas intituladas ou que se auto-intitulam “ações da sociedade civil” atuassem necessariamente da melhor e única maneira possível em defesa dos interesses gerais da

² Como será visto à frente, o *Ética na TV* realiza o monitoramento da mídia televisiva em âmbito nacional, enquanto o *Ombuds PE* promove suas análises críticas sobre os meios impressos do estado de Pernambuco.

sociedade ou de parte(s) dela. De fato, a sociedade civil, mesmo considerando suas diferentes acepções, passou a ser vista como uma esfera essencial ao desenvolvimento dos regimes democráticos, na medida em que a ela são atribuídas as funções de “colaboração” e “defesa” de grupos e interesses correlatos à democracia.

O segundo capítulo se dedica a reconhecer as características do “cenário real e possível” para a resistência no mundo atual. Partindo dos diagnósticos de que o modelo de soberania baseado no Estado-nação está sendo modificado e de que estamos vivendo sob um novo modelo de soberania imperial, apresentaremos algumas questões que nos permitem repensar as formas de resistência hoje — questões estas que geram repercussões também para a atuação da sociedade civil. Nesse sentido, discutiremos a dinâmica da ordem imperial — capaz de influenciar o “local” e o “global”; a vigência do informacionalismo — estruturado e dependente da organização em rede e das novas tecnologias de informação e comunicação; além da emergência e da hegemonia do chamado trabalho imaterial. Esse caminho nos levará ao conceito de multidão como “agente político” (ou, em outros termos, um projeto e um tipo de organização política) que reúne as características para realizar movimentos de resistência no cenário atual: a ação em rede, a forma de identificação e mobilização do “comum”; e a produção baseada na colaboração e na cooperação.

Antes de nos deter nos “objetos” selecionados para análise, fez-se necessário verificar em que contexto de luta da sociedade civil eles estão inseridos. Assim, no terceiro capítulo, partimos da revisão e da análise do percurso da discussão sobre o direito à comunicação, desde a sua origem — que remete à geopolítica internacional da segunda metade do século 20 — até a participação da sociedade civil na Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (CMSI), promovida pela ONU, em 2003 e 2005. Direta e indiretamente, esses referenciais históricos marcaram, em âmbito local e global, as atividades de grupos da sociedade civil em defesa da democratização da comunicação, principalmente no momento em que se estabelecia a nova “sociedade da informação” e a expansão do uso das TICs. Consideramos que a discussão sobre esses temas foi essencial para evidenciar que, cada vez mais, as questões locais — sobretudo no que se refere à resistência — sofrem influência direta dos contextos internacionais (e imperiais). Isso porque desde a constituição do informacionalismo, as estruturas de organização em rede da sociedade têm permitido a maior interação e diálogo entre o “local” e o “global”.

No quarto capítulo, dedicamo-nos a realizar a análise dos dois objetos — *Ética na TV* e *Ombuds PE*. Levando em conta que tais experiências realizam seu trabalho de monitoramento da mídia no ciberespaço contando com a participação de grupos/atores da sociedade civil organizada e da sociedade em geral, buscamos verificar se esses objetos funcionam como rede de ação da multidão e quais os obstáculos para atingir esse objetivo. Novamente destacamos que a nossa avaliação não se baseia em uma perspectiva normativa da sociedade civil, mas se apóia nas condições de possibilidade de resistência nos dias de hoje. Nesse sentido, a partir das características do conceito de *multidão*, serão avaliadas as atividades realizadas nos referidos *sites* entre maio e setembro de 2007. Percorrendo esse caminho, nossa estratégia tenta se alinhar à necessidade, reconhecida por Hardt e Negri, de “inventar (e reinventar) conceitos adequados às necessidades do pensamento político contemporâneo” (Cf. BROWN e SZEMAN, 2006). Ou seja, buscamos pensar e propor algumas questões importantes para rever a prática da sociedade civil no que se refere a formas de ação e resistência em defesa da democracia.

1. O conceito de sociedade civil: da modernidade à contemporaneidade

(...) “o discurso da sociedade civil ‘globalizou-se’. Conceito muito usado atualmente por políticos, acadêmicos e ativistas em todo o mundo, o termo ‘sociedade civil’ é invocado para tudo” (Cohen, 2003, p. 419)

O termo *sociedade civil* ganhou relevo na Teoria Política ainda no início da modernidade, assumindo diferentes acepções de acordo com os projetos políticos e sociais a que estava associado. Para esta dissertação, que envolve a análise de objetos que se auto-intitulam expressões da sociedade civil — como será visto nos capítulos seguintes —, acreditamos ser necessário revisitar brevemente, mesmo que forma esquemática, as singularidades dos significados que o termo ganhou ao longo do tempo. Considerando que a revisão mais extensiva do termo foi desenvolvida anteriormente em vários campos de estudo (Cf., por exemplo, BOBBIO et al., 2004; BOBBIO, 1999; NOGUEIRA, 2003; FRANCO, 2007; RAMOS, L., 2005; e COUTINHO, 1999) e buscando apenas revisitar essas discussões a fim de avançar no tema central desta dissertação, interessa-nos aqui apresentar os pontos essenciais em que o conceito de *sociedade civil* foi utilizado ou acionado para tratar de projetos de transformação e/ou emancipação de uma determinada ordem social, e focar naquilo que seria uma proposta de organização política, resistência e luta a partir da sociedade civil.

Podemos localizar o termo *sociedade civil* nos trabalhos de autores de tradição jusnaturalista³ — sobretudo Hobbes, Locke e Rousseau. No cerne da questão jusnaturalista estava o interesse em verificar os fundamentos da constituição do Estado a partir da antítese de dois termos: “estado de natureza” e “estado civil”.

Em sua acepção original, corrente na doutrina política tradicional e, em particular, na doutrina jusnaturalista, Sociedade civil (*societas civilis*) contrapõe-se a “sociedade natural” (*societas naturalis*), sendo sinônimo de “sociedade política” (em correspondência, respectivamente, com a derivação de “civitas” e de “pólis”) e, portanto, de “Estado” (BOBBIO et al., 2004, p. 1206 – grifos dos autores).

³ O jusnaturalismo, ou direito natural, busca determinar uma ordem jurídica que caracterize os direitos intrínsecos à natureza ou à essência humana, sem se orientar pelas variações da ordem social definidas pelo Estado ou por outras fontes de lei. Cf. BOBBIO et al., *Op. cit.*, p. 655-660.

Bobbio (1999, p. 44-54) mostra a relação entre as teorias jusnaturalistas e o processo de busca de racionalização do Estado, o qual “ocorre mediante a utilização constante de um modelo dicotômico, que contrapõe o Estado, enquanto momento positivo, à sociedade pré-estatal ou antiestatal, degradada ao momento negativo”. A passagem entre esses dois momentos se dá pela adoção do *contrato social*, um pacto estabelecido entre os homens que desejam superar os infortúnios do estado de natureza. A perspectiva contratualista em Hobbes, por exemplo, é encontrada em seu *Leviatã*, de 1651. O estado de natureza seria, para este filósofo, o reino onde se manifestavam todas as formas de egoísmo humano, onde prevalecia a guerra de todos contra todos e onde os indivíduos vivenciavam constantemente as situações limítrofes provocadas por seus medos, ambições e instintos.

Que um homem concorde, quando outros também o façam, e na medida em que tal considere necessário para a paz e para a defesa de si mesmo, em renunciar a seu direito a todas as coisas, contentando-se, em relação aos outros homens, com a mesma liberdade que aos outros homens permite em relação a si mesmo. Porque enquanto cada homem detiver seu direito de fazer tudo quanto queira todos os homens se encontrarão numa condição de guerra (HOBBS, 1974, p. 83).

Diante da lei do mais forte e do sentimento de autopreservação, os indivíduos optariam pelo *contrato social*, pelo qual renunciavam parte de sua liberdade e do governo de si em troca da segurança e da assistência oferecidas por Leviatã. Pelo contrato social, o Estado passava a deter o monopólio legítimo da violência e centralizava o poder soberano de definir e aplicar leis e punições (CHAUÍ, 2005; FRANCO, 2007).

Seguindo o percurso histórico, a apropriação do termo *sociedade civil* nos séculos 17 e 18 será marcada pelo contexto da afirmação da propriedade privada, do fortalecimento do sistema capitalista e da ascensão da burguesia — havendo já a influência da chamada Economia Política. Locke, por exemplo, ao desenvolver sua teoria liberal, demonstrava que sua preocupação não estava em “legitimar o poder do soberano”, mas em “como proceder a sua limitação, garantindo assim o pleno desenvolvimento do capitalismo e a salvaguarda dos direitos burgueses” (FRANCO, *Op. cit.*, p. 23). Para isso, elaborou uma gama de argumentos de forma bastante instrumental; defendeu uma teoria da propriedade privada como direito natural⁴ e, diferentemente de Hobbes, desenvolveu uma noção de

⁴ Chauí (2005, p. 226-227) resume como Locke argumenta essa defesa: “Deus, escreve Locke, é um artífice, um obreiro, arquiteto e engenheiro que fez uma obra: o mundo. Este, como obra do trabalhador divino, a ele pertence. É seu domínio e sua propriedade. Deus criou o homem à sua imagem e semelhança, deu-lhe o

estado de natureza em que os homens, pela sua própria condição de seres livres e iguais, seriam capazes de convivência pacífica e harmônica. Entretanto, o estado de natureza exigiria ajustes, os quais deveriam ser implementados por um governo civil, instituído com o consentimento dos governados.

(...) ainda que no estado de natureza ele tenha tantos direitos, o gozo deles é muito precário e constantemente exposto às invasões de outros. Todos são tão reis quanto ele, todos são iguais, mas a maior parte não respeita estritamente, nem a igualdade nem a justiça, o que torna o gozo da propriedade que ele possui neste estado muito perigoso e inseguro (...). Por isso, o objetivo capital e principal da união dos homens em comunidades sociais e de sua submissão a governos é a preservação de sua propriedade. O estado de natureza é carente de muitas condições (LOCKE, 2001, p. 156).

Aqui cabe ressaltar um ponto comum em Hobbes e Locke. Para ambos, a noção de estado de natureza remete não apenas à fase em que os homens viviam sem uma sociedade política, mas também o estágio em que viviam os povos “selvagens” e “primitivos”; daí a noção de sociedade civil não só como sociedade política, mas também como sociedade civilizada. Hobbes, por exemplo, confere ao Estado os elementos que caracterizam o “viver civil”: razão, paz, segurança, riqueza, ciência, decência (BOBBIO et al., *Op. cit.*, p. 1207).

Essa distinção é importante para entender o conceito de sociedade civil em Rousseau, para quem o estado de natureza era, na verdade, o reino das virtudes e do bom selvagem, o espaço do “bem viver” onde os homens viviam praticamente isolados, mas eram “livres, sãos, bons e felizes”, conforme explica em seu *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens* (ROUSSEAU, 1968, p. 183). Nesse livro, o autor aponta as possíveis “rotas que conduziram o homem do estado natural ao estado civil” (*Op. cit.*, p. 204), enfatizando como a mudança do nomadismo para o estabelecimento em lugares fixos, a formação da família, as pequenas trocas, as formas de associação e o desenvolvimento da metalúrgica e da agricultura — apenas para citar alguns exemplos — implicaram o reconhecimento de necessidades que seus antepassados não tinham e, dessa forma, uma transformação na natureza do homem. Para Rousseau, é nessa fase que a igualdade desapareceu, introduziu-se a propriedade e o trabalho tornou-se necessário; a partir daí, a existência humana teria sido marcada pela escravidão e miséria

mundo para que nele reinasse e, ao expulsá-lo do Paraíso, não lhe retirou o domínio do mundo, mas lhe disse que o teria com o suor de seu rosto. Por todos esse motivos, Deus instituiu, no momento da criação do mundo e do homem, o direito à propriedade privada como fruto legítimo do trabalho. Por isso, de origem divina, ela é um direito natural”.

(*Op. cit.*). Aqui cabe citar a recorrente sentença de Rousseau: “O primeiro homem que, cercando um terreno, se lembrou de dizer: Isto *me pertence*, e encontrou criaturas suficientemente simples para o acreditar, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil” (*Op. cit.*, p. 175 – grifo do autor). Nesse estado, marcado pela permanente provação e guerra, surge a necessidade do contrato social.

Esta sociedade civil descrita por Rousseau é tão pouco identificável com a sociedade política ou Estado que, em certas passagens, é apresentada como um estado em que as usurpações dos ricos (...) geram um estado de guerra permanente que faz pensar no Estado de natureza de Hobbes. Por outras palavras (...), a sociedade civil de Rousseau é ao mesmo tempo a sociedade civilizada, mas não necessariamente ainda a sociedade política, que surgirá do contrato social e será uma recuperação do estado de natureza e uma superação da sociedade civil (BOBBIO et al., *Op. cit.*, p. 1207-1208).

Em seu *O Contrato Social*, Rousseau apresenta a base da constituição desse pacto, que seria a expressão de uma “vontade geral”:

Encontrar uma forma de associação que defenda e proteja de toda a força comum a pessoa e os bens de cada associado, e pela qual, cada um, unindo-se a todos, não obedeça, portanto, senão a si mesmo, e permaneça tão livre como anteriormente. Tal é o problema fundamental cuja solução é dada pelo contrato social (...) O que o homem perde pelo contrato social é a liberdade natural e um direito ilimitado a tudo que o tenta e pode alcançar; o que ganha é a liberdade civil e a propriedade (ROUSSEAU, *Op. cit.*, p. 29-34)

A Economia Política que, já na época de Rousseau, se estabelecia como “a grande ciência”, passava a influenciar cada vez mais a associação entre sociedade civil e sociedade capitalista de mercado — perspectiva presente em autores do Iluminismo Escocês, como Adam Ferguson e Adam Smith. Para essa matriz de pensamento, a sociedade civil representava o momento/estado da evolução histórica marcado pelo progresso, estabilidade, prosperidade e civilidade, os quais eram conquistados graças à propriedade privada, à divisão do trabalho, à atividade mercantil e à produção em massa de *commodities*. Fatores econômicos teriam, portanto, influência sobre a organização da vida social e até sobre o exercício de virtudes cívicas (RAMOS, L., 2005; FRANCO, 2007). É aqui que podem ser localizadas as bases do novo conceito de sociedade civil que será desenvolvido com Hegel. Bobbio nos apresenta os contornos da perspectiva de Hegel, ao mesmo tempo em que nos informa sobre o ponto de vista de Ferguson e Smith:

Essa inovação é radical com relação à tradição jusnaturalista, porque, ao representar a esfera das relações pré-estatais, Hegel abandona as análises predominantemente jurídicas dos jusnaturalistas, que tendiam a reduzir as relações econômicas às suas formas jurídicas (teoria da propriedade e dos contratos), e, desde os anos juvenis, serve-se dos economistas, especialmente ingleses, para os quais as relações econômicas constituem o tecido da sociedade pré-estatal e nos quais a distinção entre o pré-estatal e o estatal é figurada cada vez mais como distinção entre a esfera das relações econômicas e a esfera das instituições políticas: costuma-se remontar esse uso à obra de Adam Ferguson, *An Essay on History of Civil Society* (1767), traduzida na Alemanha no ano seguinte, e que Hegel conhecia; nela, porém, a expressão *civil society* (traduzida em alemão como *bürgerliche Gesellschaft*) denota bem mais a antítese de “sociedade primitiva” do que a antítese de “sociedade política” (como em Hegel) ou de “sociedade natural” (como nos jusnaturalistas), não sendo casual que – em um contexto análogo – seja substituída por Adam Smith pela expressão *civilized society*. (BOBBIO, 1999, p. 51 – grifos do autor)⁵

A mudança proposta por Hegel consiste em chamar de “sociedade civil — ou seja, uma expressão que, até seus predecessores imediatos, servia para indicar a sociedade política — a sociedade pré-política, isto é, a fase da sociedade humana até então chamada de sociedade natural” (*Op. cit.*, p. 51), caracterizada, como diriam os iluministas escoceses, pelas relações econômicas. Considerando as transformações nas formas de organização da sociedade, Hegel via a sociedade civil como um momento intermediário entre a família (fonte básica da “eticidade”) e o Estado (que concentra uma “eticidade” universal); e ao mesmo tempo, como um primeiro momento da formação do Estado. No interior da sociedade civil, três elementos poderiam ser encontrados: a) o sistema de necessidade, ou o espaço das relações econômicas e da constituição de classes; b) a administração da justiça, que busca proteger a propriedade; e c) o ordenamento administrativo e corporativo. A realidade imposta pelo mundo do trabalho e pelas atividades econômicas tende a dissolver o momento da unidade familiar em classes sociais (sistema de necessidades), as quais continuamente entravam em choque ou em uma “luta de classes”. A regulamentação de tais conflitos era feita pela administração da justiça, bem como pela administração pública e pelas corporações. Daí que a sociedade civil era, para Hegel, tanto a esfera das relações econômicas quanto a sua regulamentação externa de acordo com princípios do Estado liberal (*Idem*, 1999; 2004).

Segundo Whitehead (1999, p. 88), “a versão de Hegel da ‘sociedade civil’ era derivada não do medo humano da morte, mas de suas necessidades materiais articuladas

⁵ Também em Ferguson é possível encontrar posições sobre o contrato social e o Estado. “Para Ferguson, assim como no pensamento de Locke, o homem é um ser naturalmente sociável, o que significa que, mesmo antes de realizado o contrato social, o homem já vive em sociedade; o contrato social é um ponto de evolução social erguido sobre uma base não-contratualizada. Temos então, uma associação natural que passa a ser regulada pelo Estado, de modo a estabilizar os conflitos sociais” (FRANCO, 2007, p. 25).

pela divisão do trabalho”. Aqui cabe notar que o chamado sistema de necessidades constitui um importante eixo da crítica de Hegel à sociedade burguesa. O autor enxerga especialmente na orientação das relações econômicas a base da desigualdade, afirmando que a sociedade civil se traduz como o reino “da dissolução, da miséria e da corrupção física e ética” (HEGEL apud BOBBIO, 1999, p. 52). Assim,

(...) a acumulação da riqueza aumenta por um lado (...), enquanto, pelo outro, aumentam também a especialização e a limitação do trabalho particular e, com isso, a dependência e o empobrecimento da classe [*Klasse*] ligada a esse trabalho, o que implica a incapacidade de sentir as outras possibilidades e, em particular, as vantagens espirituais da sociedade civil e de desfrutar das mesmas (HEGEL apud COUTINHO, 1997, p. 7 – grifo do autor)⁶.

Conforme Lüchmann, em Hegel a sociedade civil possui um potencial “destrutivo”, que pode ser verificado pela sua “ambivalência ética”:

(...) (a) sociedade civil contém uma eticidade e uma anti-eticidade, já que se por um lado representa a busca da satisfação de necessidades próprias de cada indivíduo, configurando a primazia da particularidade sobre a universalidade, por outro lado, caracteriza-se como a raiz ética do Estado, contendo organizações (como as corporações) que permitem a elevação dos indivíduos ao nível da eticidade — estágio de auto-reflexão e liberdade — caracterizada pela solidariedade e identidade na constituição do espírito público — encontrando no Estado, a sua forma mais acabada (2002, p. 24)

Por isso, normalmente se ressalta a visão de Hegel sobre a importância das corporações⁷, associações e comunidades da sociedade civil enquanto espaços que realizam a mediação política entre os interesses privados — ligados à esfera econômica — e a perspectiva universal — presente no Estado (RAMOS, L., 2005; FRANCO; 2007). Tal reconhecimento deve necessariamente ser visto dentro do contexto do “projeto normativo” de Hegel, já que

um dos propósitos desse autor era o de apresentar uma alternativa política e ética à crescente alienação individual imposta pela sociedade moderna: se por um lado Hegel reconhece as realizações da moralidade moderna — embasada na racionalidade universal e no seu respeito à consciência individual —, por outro crê

⁶ Coutinho explica que com essa observação, Hegel “antecipa os conceitos de empobrecimento e de alienação da classe trabalhadora no capitalismo, que viriam a ser posteriormente desenvolvidos por Marx” (*Op. cit.*).

⁷ Ao falar em “corporações”, explica Coutinho (*Op. cit.*), Hegel usa “uma terminologia tomada de empréstimo ao mundo feudal; mas, na verdade, está apontando — já que se refere a um fenômeno que tem lugar na sociedade civil moderna, claramente mercantil-capitalista — para um fenômeno de associativismo que iria se generalizar, sobretudo na segunda metade do século XIX, principalmente sob a forma da organização dos trabalhadores em sindicatos”.

que a moralidade só faz sentido dentro de uma comunidade, através do envolvimento dos indivíduos na vida pública (RAMOS, L., 2005, p. 80).

Em Marx e Engels encontramos uma específica acepção de sociedade civil que apresenta pontos de continuidade e distanciamento em relação a Hegel. A identificação entre esses autores se dá pela concordância de que as relações jurídicas e o Estado têm suas bases nas relações materiais de existência, o que foi definido por Hegel como sociedade civil. Por outro lado, em contraste com o modelo hegeliano, Marx e Engels entendem que o Estado não representa a superação da sociedade civil, mas é reflexo dela. Nesse sentido, o Estado conteria a sociedade civil para conservá-la (BOBBIO, 1999, p. 46-48). Além disso, deixam de encarar o Estado como o espaço de uma eticidade superior ou o momento de ampla racionalidade, como pensava Hegel. Tratava-se na verdade de uma instância que se caracterizava pela violência concentrada e organizada da sociedade (MARX apud BOBBIO, *Op. cit.*, p. 45; LÜCHMANN, 2002). Dessa forma, sob o discurso da representação de um interesse universal, o Estado é, na prática, um Estado de classe, isto é, o Estado da classe burguesa. Marx e Engels afirmavam o caráter de classe de todo o fenômeno estatal; essa interpretação os levou, em contraposição a Hegel, a “dessacralizar” o Estado, a desfetichizá-lo, mostrando como sua aparente “autonomia” e “superioridade” tinham suas bases nas contradições imanentes da sociedade (COUTINHO, 1999, p. 123).

Assim, ao mesmo tempo em que a sociedade civil era o lugar das relações econômicas que constituíam a base para a regulação do Estado (superestrutura), este tinha como função manter as relações de produção da sociedade. Esse caráter instrumental do Estado acabava por legitimar o sistema de dominação de uma classe em relação à outra. O papel desempenhado pela sociedade civil nesse processo é destacado pelo próprio Marx e Engels, ao afirmarem que: “(j)á por aqui se revela que esta sociedade civil é o verdadeiro lar e teatro de toda a História, e que é absurda a concepção da História até hoje defendida que despreza as relações reais ao confinar-se às altissonantes de chefes e de Estados” (1984, p. 43). Essa inversão das relações entre sociedade civil e sociedade política tem como consequência uma completa mudança na concepção do decurso histórico: o progresso não mais se orientaria da sociedade para o Estado; mas deste para a sociedade. Dessa forma, conforme Bobbio (1999, p. 45-46), o pensamento que se inicia com a concepção do Estado que suprime o estado de natureza termina quando surge e ganha força a teoria segundo a qual o Estado deve ser suprimido, uma vez superados os antagonismos entre as classes sociais.

Gramsci igualmente compartilha a percepção de que o Estado não é um fim em si mesmo, mas um aparelho de representação de interesses particulares. Entretanto, ao contrário de Marx e Engels, a sociedade civil gramsciana não pertence ao momento da estrutura, mas da superestrutura. Nesse sentido, a sociedade civil abrangeria não mais o conjunto das relações materiais, mas todo o universo das relações ideológico-culturais, ou seja, toda a vida “cultural” e “espiritual”. Para Gramsci, as relações entre estrutura econômica e Estado não são simples e diretas, sendo necessário um estudo de todas as suas atividades espirituais e práticas (BOBBIO, *Op. cit.*, p. 54-59). Cabe considerar aqui a completa mudança de cenário no período em que Gramsci desenvolveu seu conceito de sociedade civil. Segundo Marcos Aurélio Nogueira, Gramsci resgatou o termo

da tradição iluminista e hegeliana dos séculos XVIII e XIX e o renovou com radicalidade como parte de uma operação teórica e política dedicada a interpretar as imponentes transformações que se consolidavam nas sociedades do capitalismo desenvolvido (alterações no padrão produtivo, expansão da classe operária, crescimento do associativismo, da diversificação e da organização dos interesses, socialização da política, maior peso do Estado *vis-à-vis* o mercado, aumento da regulação e das políticas de proteção e bem-estar etc.) (NOGUEIRA, 2003, p. 189-190).

Diante da complexidade social do século 20 e da maior organização de interesses através de associações privadas, Gramsci via que a natureza do Estado estava se modificando — o que fez toda a diferença para a sua concepção de sociedade civil. Naquele momento, o Estado precisava ir além da simples coerção; precisava incorporar cada vez mais consenso e hegemonia. Para isso, necessitava se relacionar com os múltiplos organismos de interesse privado, que se constituíam como os novos “vetores de relações de força” (enfim, os agentes de consenso e hegemonia). A sociedade civil seria, portanto, a instância que reuniria as diferentes expressões desses organismos. E aqui entra a nova proposição de Gramsci: Estado e sociedade civil são instâncias distintas, mas integradas, de maneira a formar uma unidade — ou seja, ao invés de se situar fora do Estado ou se colocar em oposição a ele, a sociedade civil integra o Estado⁸. Os organismos de interesse privado seriam a dimensão civil do Estado, sua base material de hegemonia política e cultural⁹. O destaque dado por Gramsci à sociedade civil devia-se à interpretação dessa instância como “o conteúdo ético do Estado”, na qual se dava a “articulação e a unificação

⁸ Na interpretação de Nogueira, a sociedade civil de Gramsci poderia ser chamada de *político-estatal* (*Op. cit.*, p. 191).

⁹ Daí a conhecida fórmula gramsciana: Estado = SP (sociedade política) + SC (sociedade civil), isto é, hegemonia coraçada de coerção (GRAMSCI apud NOGUEIRA, *Op. cit.*).

dos interesses, a politização das ações e consciências, a superação de tendências corporativas ou concorrenciais, a organização de consensos e hegemonias” (NOGUEIRA, *Op. cit.* p. 189-192).

A visão de Gramsci não pode ser vista fora de seu projeto de transformação social e de paulatina extinção do Estado. Para ele, a consciência de como operavam as relações entre Estado e sociedade civil constitui o pressuposto para que o homem possa se tornar livre e se pôr em condições de transformar a realidade. A superação das desigualdades sociais e a conquista do poder para reverter relações de exploração não poderiam ser resolvidas exclusivamente no terreno econômico, mas exigiriam a transformação da própria sociedade civil por meio da conquista da hegemonia cultural (BOBBIO, 1999, p. 60-69). Mas o fortalecimento da sociedade civil teria por função não só possibilitar a construção de uma hegemonia cultural, mas também criar as condições para a extinção do Estado, com a sua posterior reabsorção pela própria sociedade civil.

Até aqui, como vimos, a sociedade civil foi descrita sempre em relação ao Estado — seja funcionando como sinônimo a ele, seja como categoria que o legitima e serve para manter uma determinada conjuntura política-econômica, seja como elemento que permite o seu aperfeiçoamento ou superação. Entretanto, desde que o papel dos Estados-nação e dos regimes democráticos se modificou em função das transformações pelas quais passou o capitalismo ainda no século 20¹⁰ — temas que serão discutidos no próximo capítulo —, o conceito de sociedade civil enfrenta disputas de significado e tem sido reconstruído sob novas e velhas bases.

Verificam-se então vários entendimentos para o termo atualmente. Ramos, L. (2005) e Franco (2007), por exemplo, organizaram o debate contemporâneo acerca do conceito de sociedade civil em quatro bases teóricas prevaletentes: matriz neotocquevilliana, matriz neoliberal, matriz gramsciana e matriz habermasiana. Na mesma linha de apresentação das acepções acima, seguiremos as apresentações dessas matrizes¹¹.

¹⁰ Sobre esses temas, Cf., por exemplo, HARDT e NEGRI, 2006; BAUMAN, 1999; STIGLITZ, 2002; DEMO, 1998; e DUPAS, 1999.

¹¹ Cabe ressaltar que, como explica Jean Cohen, “nenhuma concepção de sociedade civil é neutra (...), e sempre faz parte de um projeto de construção das relações sociais, formas culturais e modos de pensar da sociedade” (COHEN, 2003, p. 425). Estamos tomando a sistematização proposta por Ramos, L. (2005) e Franco (2007) como referência pelo seu caráter abrangente, o que não significa que esta seja a única ou a melhor interpretação das utilizações contemporâneas do termo. Uma outra classificação que poderia ser destacada é apresentada por Nogueira (2003), que percebe duas vertentes teóricas, embora não contrapostas; a saber: a *sociedade civil liberalista* e a *sociedade civil social*. Em linhas gerais, a primeira vertente — bastante associada ao termo Terceiro Setor — entende a sociedade civil como um setor público não-estatal em que a organização se dá de forma restrita, egoística e desinstitucionalizada. Entre as suas principais

As acepções que se “encaixam” na matriz neotocquevilliana teriam como base a defesa de certas formas de associativismo; nesse sentido, os estudos que Alex de Tocqueville desenvolveu sobre os modelos de organização democrática da sociedade norte-americana, ainda no século 19, seriam as principais referências. Embora não tenha feito menção direta ao termo “sociedade civil”, este autor vê na propensão para a associação cívica dos estadunidenses um modelo ideal de democracia¹², e aposta na atividade dessas associações como instrumentos de pressão contra os abusos do poder¹³. Isso porque, como explica Aron (1987, p. 213-221), toda democracia tende à centralização e, em consequência, aproxima-se de uma espécie de despotismo, que, por sua vez, traz o perigo de se degenerar no despotismo de um homem.

A contribuição de Tocqueville para a noção de uma democracia funcional e apoiada na atuação de grupos de interesses é destacada por Whitehead (1999), para quem as associações voluntárias que constituíam o cerne daquilo que se poderia chamar “sociedade civil tocquevilleana” eram muito distintas dos pactos considerados por Hobbes, das corporações de ofício tematizadas por Hegel ou da classe burguesa de Marx, pois tais associações eram incorporadas na sociedade como extensões da família ou aplicações práticas da fé religiosa.

Apostando no associativismo, essa noção de sociedade civil preconiza que a resolução dos déficits democráticos e sociais depende do desenvolvimento de uma cultura de “engajamento cívico” baseada naquilo que vem sendo chamado atualmente de “capital social”. Um autor que nos oferece importantes definições para esses termos é o sociólogo Robert Putnam, que, publicou, na década de 90 do século passado, três estudos sobre esses temas¹⁴. Putnam engloba no conceito de “capital social” os elementos organizadores da

características estariam o modo de funcionamento “gerencial” e os incentivos competitivos (re-fragmentação, fechamento de interesses, despolitização); a idéia de um irreversível Estado mínimo; e a prática de oposição sem contestação. Já a sociedade civil social seria marcada pela: intenção de disciplinar instituições, como o Estado e o mercado; prevalência da noção de Estado cosmopolita e desenraizado; orientação política baseada nos “direitos humanos” e na “cidadania”; foco nas políticas de identidade; e atuação em redes sem hierarquias.

¹² Nesse sentido, Tocqueville afirma que “(a) América é o país do mundo onde mais se tirou partido da associação e onde se tem aplicado esse poderoso meio de ação à maior diversidade de objetos (...) Não só possuem associações comerciais e industriais, nas quais todos tomam parte, como ainda existem mil outras espécies” (1987, p. 146 e 391).

¹³ Tocqueville assinala que “(e)m nosso tempo, a liberdade de associação tornou-se uma garantia necessária contra a tirania da maioria. Nos Estados Unidos, uma vez que um partido se tenha tornado dominante, todo o poder público passa as suas mãos (...) É preciso que a minoria oponha a sua força moral inteira ao poder material que a oprime” (*Op. cit.*, p. 149).

¹⁴ Os três estudos a que nos referimos são: *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy*, livro publicado em 1993 com outros dois autores sobre as diferenças de desempenho das instituições públicas em regiões da Itália a partir da década de 70; *The Prosperous Community: Social Capital and Public Life*, artigo

sociedade, como as redes, as normas e a confiança social, que facilitam a cooperação em benefício recíproco. Já a noção de “engajamento cívico” se refere ao tipo de relação e compromisso que as pessoas estabelecem com a vida de suas comunidades. Dessa forma, os espaços que tivessem um substancial “estoque” de capital social refletiriam uma vida comunitária mais equilibrada e profícua, já que as redes de engajamento cívico promovem normas de reciprocidade e favorecem a emergência da confiança social. Por consequência, tais redes facilitam a coordenação e a comunicação, amplificam as reputações, e, dessa forma, permitem que os problemas coletivos sejam resolvidos (PUTNAM, 1995, p. 66-67). Como exemplo, ele explica que as comunidades com maior índice de capital social têm taxas de criminalidade mais baixas, escolas mais eficientes e as crianças encontram-se sob risco menor de gravidez na adolescência, abuso sexual, uso de drogas ou delinquência juvenil. Além disso, Putnam afirma que a performance das instituições públicas democráticas é extremamente afetada pelas normas e redes de interesse, como as representações locais, as instituições religiosas e os clubes esportivos. Nas regiões em que se verificam redes sociais desse tipo, a administração pública tende a ser mais responsável, honesta e eficiente¹⁵.

Ainda que se reconheça o declínio do capital social nos Estados Unidos (PUTNAM, 1995; GIDDENS, 2001, p. 88-102) e em várias partes do mundo, para os

publicado no mesmo ano, no qual Putnam desenvolve argumentos do primeiro estudo; e *Bowling Alone: America's Declining Social Capital*, artigo de 1995 sobre o desaparecimento do capital social e do engajamento cívico nos Estados Unidos. Cinco anos mais tarde, Putnam lançou um livro homônimo apresentando os resultados de uma ampla pesquisa sobre a sociedade americana.

¹⁵ Em *Bowling Alone...*, Putnam apresenta uma “evidência” sobre o capital social dos Estados Unidos. O autor indica que entre 1975 e a década de 90 do século 20 ocorreu uma diminuição de cerca de dois terços no número de ligas comunitárias de boliche, o que, para ele, deve ser visto como sintoma do declínio do capital social e da confiança entre indivíduos. Putnam oferece outra observação importante: mesmo ponderando a referida diminuição, os Estados Unidos possuem hoje mais jogadores de boliche do que eleitores. Ou seja, ele evidenciou a contradição da expectativa que prometia que as gerações mais novas, com alto índice de escolaridade, promoveriam um aumento nos índices de comparecimento às urnas. Hoje em dia, explica Putnam, os americanos têm disposição muito menor para participar de reuniões comunitárias e organizações locais, frequentar igrejas, votar e contribuir para instituições de caridade. Putnam tenta traçar várias justificativas possíveis para essa constatação: aumento do tempo e da pressão no trabalho; suburbanização; quebra dos laços familiares; desilusão com a vida pública (depois de guerras e revoltas culturais); etc. Em suas pesquisas, ele mostra que esses elementos não se sustentam comparativamente tanto quanto um outro fator: a audiência da TV. Entre 1950 e 1959, a quantidade de casas americanas com TV aumentou de 10 para 90%. Entre 1950 e 1995, o tempo de audiência de TV aumentou mais de 50%. Além disso, a TV absorve 40% do tempo livre dos americanos. O maior efeito da TV seria, para Putnam, a redução na participação em grupos comunitários e do capital social. O agravamento do cenário estaria relacionado à saída de cena de uma “geração cívica” (a geração que vivenciou a Depressão de 1929 e as Guerras Mundiais, mas que conseguiu estabelecer laços de associativismo, nos moldes defendidos por Tocqueville e, dessa forma, ainda foi capaz de produzir altos níveis de capital social) e a chegada à vida ativa dos *baby boomers*, isto é, os americanos nascidos e criados depois da Segunda Guerra e sob forte influência da TV. Ver ainda os dados disponíveis no site mantido por Robert Putnam, no qual é possível encontrar informações sobre o método de mensuração de capital social defendido pelo autor. Cf. <<http://www.bowlingalone.com/>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

defensores de um perfil de sociedade civil baseada no associativismo, a qualidade das democracias está diretamente relacionada aos níveis de formação de grupos de interesses e formas de participação cívica.

Por sua vez, as concepções de sociedade civil ligadas a uma visão ou matriz neoliberal — motivadas pelas intensas críticas aos governos e à lógica “inevitável” dos processos de globalização — defendem um novo tipo de relação entre o Estado e a sociedade civil. Baseada numa idéia minimalista do Estado e da democracia, essa perspectiva prevê que a sociedade civil deve assumir responsabilidades sociais evitadas pelo Estado neoliberal em processo de contração, já que sua capacidade como esfera política para o exercício da cidadania estaria cada vez mais enfraquecida. Por essa concepção, os cidadãos devem fazer-se por seus esforços particulares e a cidadania é cada vez mais associada à integração do indivíduo ao mercado (ALVAREZ et al., 2000, p. 15-16).

Embora haja na lógica neoliberal uma leitura da sociedade civil como uma esfera geradora de solidariedade social e de relações espontâneas, no neoliberalismo prevalece a idéia de sociedade civil como um espaço não estatal, situado entre o Estado e o mercado, e com ações direcionadas para o interesse público (FRANCO, 2007, p. 44). De acordo com esse modelo, as organizações não-governamentais, fundações e outros tipos de associações, também chamadas de organizações do “terceiro setor”, ficariam responsáveis pela implementação de ações sociais destinadas a contribuir para reverter — mesmo que de forma extremamente localizada e isolada — as conseqüências de problemas sociais e econômicos. A crítica em relação a esse ponto de vista decorre da preocupação de se enfatizar que o deslocamento da responsabilidade por tais políticas (do Estado para o “terceiro setor”) não significa que se trate de uma visão neoliberal, mas de uma alternativa a ela. Isto é, decorre da inquietação quanto à possibilidade de se defender, de forma intencional ou não, a diminuição do papel do Estado — ou mesmo a construção de um novo modelo estatal —, o que se coadunaria com os pressupostos da doutrina neoliberal. A frágil postura política e a constante *publicização* do terceiro setor são denunciadas por Carlos Montaña, segundo o qual

(a) pretexto de chamar a sociedade a participar do controle social e da gestão dos serviços sociais e científicos, desenvolvendo a democracia e a cidadania, dita publicização é, em realidade, a denominação ideológica dada à transferência de questões públicas, da responsabilidade estatal ao chamado “terceiro setor” (...) Isso é uma verdadeira privatização de serviços sociais e de uma parte dos fundos

públicos. Essa estratégia de “publicização”, em realidade, se orienta em uma perspectiva des-universalizante, contributivista e não constitutiva de direito, das políticas sociais (MONTAÑO, 2005, p. 56).

O próprio termo “terceiro setor” é criticado por Montañó pela sua ausência de neutralidade, pois estaria embasado no associativismo e no voluntarismo norte-americano, que constituem a base da cultura política e cívica do individualismo liberal (LANDIM apud MONTAÑO, 2005, p. 63). Ainda que a concepção subjacente seja controvertida, é comum esperar que as seguintes promessas sejam cumpridas pelo “terceiro setor”: a) fortalecimento da sociedade civil; b) diminuição do poder estatal; c) criação de um espaço alternativo de produção e consumo de bens e serviços; d) desenvolvimento da democracia; e) estímulo dos laços de solidariedade local e voluntária; e) compensação às políticas sociais abandonadas pelo Estado; f) constituição de uma fonte de empregos alternativos (*Op. cit.*, p. 196-229). Os principais argumentos a favor da função estratégica e da capacidade do terceiro setor em realizar tais compromissos seriam a sua tendência à eficiência e à governabilidade. Como explica Franco, (2007, p. 45-46) o modelo neoliberal funcionaria sob duas justificativas centrais: “a devolução do poder ao mercado e a exaltação do poder local a partir do processo de descentralização e flexibilização do Estado, uma vez que as atividades que não são próprias do Estado podem e devem ser executadas pelo setor público não-estatal, que, devido a suas virtudes, pode fazê-lo com mais economia e eficiência”.

A terceira matriz teórica contemporânea estaria fundamentada na obra de Gramsci. Embora a contribuição gramsciana possa ser apropriada por diversas ideologias (NOGUEIRA, 2003, p. 186), a sua teoria possibilitou que o conceito de sociedade civil fosse utilizado como princípio organizador central da teoria socialista. Isso porque, de acordo com Gramsci, e como visto anteriormente, o sistema de “dominação de classe” não se visualiza claramente nas instituições do Estado, mas se difunde pela sociedade e suas práticas culturais (WOOD, 2003, p. 207).

Essa ampliação do conceito de sociedade civil gramsciano penetrou particularmente os universos socialista e comunista ao longo do século 20 e se incorporou à cultura teórica contemporânea. Nesse sentido, a influência das idéias gramscianas em relação aos partidos, movimentos e grupos de esquerda brasileiros foi extremamente intensa, sobretudo a partir da década de 70. Em um contexto em que a luta armada havia fracassado, a doutrina de

Gramsci ofereceu um instrumental de luta política que foi aproveitado por “intelectuais orgânicos”, partidos e movimentos sociais.

Assim, a sociedade civil passou a ser vista como o ambiente idealizador e fomentador de projetos alternativos para a sociedade, uma esfera capaz de oferecer caminhos baseados em critérios éticos e políticos e em interesses sociais, e que, por isso mesmo, está sob constante disputa de poder e contestação. Nesse contexto, “visões antagônicas presentes na sociedade civil são mobilizadas em uma luta contínua, seja para manter a hegemonia cultural de grupos dominantes, seja para afirmar a contra-hegemonia de atos coletivos subalternos” (COHEN, 2003, p. 425).

Isso permite compreender o Estado em uma dimensão mais democrática e participativa, na qual a sociedade civil é entendida como um campo estatal em sentido amplo. Como bem acentua Marco Aurélio Nogueira:

Em sua configuração típico-ideal, essa sociedade civil produz incentivos basicamente organizacionais e integradores: unificação, politização e fortalecimento do interesse público e democrático. Desse ponto de vista, a sociedade civil político-estatal é o campo por excelência do governo socialmente vinculado e da contestação política. Nela podem se articular movimentos que apontam seja para a construção de hegemonias, seja para o controle e o direcionamento dos governos, seja para a regulação estatal e o delineamento de soluções positivas para os problemas sociais (NOGUEIRA, 2003, p. 192).

A quarta matriz contemporânea estaria assentada nas teorias de Jürgen Habermas. Para este autor, a sociedade civil está estruturada em associações e organizações livres, não estatais e não econômicas, que apreendem os problemas sociais dos espaços privados para transformá-los em questões de interesse geral na esfera pública.¹⁶ De acordo com esse modelo, as associações interferem na formação da opinião pública através do “agir comunicativo” e representam diferentes grupos sociais. Conforme assinala Habermas, “as associações somente podem afirmar a sua autonomia e conservar a sua espontaneidade na medida em que puderem apoiar-se num pluralismo de formas de vida, subculturas e credos religiosos”. Dadas as condições para que as associações defendam os mais variados interesses, a sociedade civil passaria a ter papel decisivo na construção da opinião e vontade pública (HABERMAS, 2003, p. 99).

¹⁶ Estamos nos baseando nas definições de *sociedade civil* e *esfera pública* defendidas por Habermas em seu livro *Direito e Democracia: entre a facticidade e a validade*, de 1995. Nesse livro, a abordagem apresentada por Habermas leva em consideração as críticas que seus argumentos sofreram após a publicação de seu livro mais conhecido: *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, de 1961. Cf. HABERMAS, 2003 e 1984, respectivamente.

A importância da contribuição de Habermas para a construção dessa esfera pública em que a participação da sociedade civil se torna indispensável é apontada por Jean Cohen: “(a) categoria de esfera pública já estava presente em definições anteriores de sociedade civil, mas seu papel de mediação entre o particular e o geral só se tornou claro recentemente” (COHEN, 2003, p. 426). Nesse sentido, quando se defende a existência de um processo de mediação comunicativa entre a sociedade civil e as instituições estatais, as questões políticas passam a envolver um novo processo de legitimação da representação democrática.

O modelo habermasiano, a que os teóricos Jean Cohen e Andrew Arato aderem, explica a dinâmica de parte dos movimentos sociais contemporâneos, os quais, além de intervirem na defesa de seus valores e propostas junto à sociedade, também atuam para manter e criar novas esferas públicas. Avaliando tal processo como dupla face da política, pois está dirigido tanto ao sistema político como à auto-estabilização da esfera pública e da sociedade civil, os autores afirmam:

Em nossa opinião, a combinação das associações, dos públicos e dos direitos, na medida em que for sustentada por uma cultura política onde as iniciativas e os movimentos independentes mantêm uma opção política legítima e suscetível de ser renovada a todo momento, representa um conjunto eficaz de baluartes edificadas ao redor da sociedade civil, em cujos limites é possível reformular o programa de uma democracia radical (COHEN e ARATO apud HABERMAS, 2003, p. 104).

A diversidade de sentidos atribuída ao conceito de sociedade civil permite a formulação de outras concepções balizadoras, como é o caso da ampla definição proposta pela Organização das Nações Unidas (ONU), segundo a qual esse conceito se refere à

relação associativa que os cidadãos (à margem de suas famílias, amigos e lugares de trabalho) empreendem voluntariamente para promover seus interesses, idéias, ideais e ideologias. Não inclui a atividade associativa com fins de lucro (o setor privado) ou de governo (o setor estatal ou público). Entre os componentes da sociedade civil nas Nações Unidas incluem-se: as organizações populares, as organizações profissionais, as organizações religiosas, o mundo acadêmico, as organizações não governamentais benéficas, os movimentos sociais e as redes de ativistas.¹⁷

¹⁷ Tradução nossa. Texto original disponível na página da ONU: <http://www.un.org/spanish/civil_society/>. Acesso em: 10 jan. 2008. A página também traz uma descrição sobre cada um dos “componentes” da sociedade civil. Consideramos necessário, em função do foco de análise desta dissertação, apresentar a definição de dois desses componentes: 1) organizações não governamentais benéficas - “organizações que têm por finalidade servir ao público ou ao mundo em geral mediante a prestação de serviços específicos ou a defesa de seus interesses. São majoritariamente organizações de afiliados que compartilham os mesmos interesses; podem ser consideradas organizações filantrópicas ou de serviço público quando a comunidade beneficiária de seus programas supera com vantagem os limites de seus membros”; 2) movimentos sociais e

A abertura e “isenção” ideológica dessa descrição permitiriam, por exemplo, dizer que as quatro matrizes contemporâneas propostas por Ramos, L. (2005) e Franco (2007), e os dois modelos defendidos por Nogueira (2003) se encaixam no conceito de sociedade civil apresentado pela ONU. Entretanto, apesar da definição “democrática”, que supõe serem todas as associações e atividades englobadas aptas a desempenhar relevantes funções de interesse público, não faltam críticas à maneira como o termo é empregado atualmente. Como aponta Jean Cohen, “o discurso da sociedade civil ‘globalizou-se’. Conceito muito usado atualmente por políticos, acadêmicos e ativistas em todo o mundo, o termo ‘sociedade civil’ é invocado para tudo” (2003, p. 419). É como se, ao depositar esperanças na sociedade civil, explica o autor, fosse possível compensar o déficit democrático e político que sobrevém com os movimentos de globalização. Em sentido correlato, Laval (apud Ramos, *Op. cit.*, p. 20) questiona o otimismo gerado em torno de um modelo de uma “nova sociedade civil”, tanto no que diz respeito a um consenso sobre os atributos que a definem — diversidade e pluralidade —, quanto no que tange à justificação de qualidades inerentes a essa esfera, isto é, a representatividade e a defesa do interesse geral e, por consequência, uma natural tendência democratizadora. A avaliação de Marco Aurélio Nogueira também é elucidativa nesse sentido:

A sociedade civil serve para que se faça oposição ao capitalismo e para que se delineiem estratégias de convivência com o mercado, para que se proponham programas democráticos radicais e para que se legitimem propostas de reforma gerencial no campo das políticas públicas. Busca-se apoio na idéia tanto para projetar um Estado efetivamente democrático como para se atacar todo e qualquer Estado. (...) Apela-se para a sociedade civil com o propósito de recompor as “virtudes cívicas” inerentes à tradição comunitária atormentada pelo mundo moderno, assim como é para ela que se remetem os que pregam o retorno dos bons modos e dos bons valores. É em seu nome que se combate o neoliberalismo e se busca delinear uma estratégia em favor de uma outra globalização, mas é também com base nela que se faz o elogio da atual fase histórica e se minimizam os efeitos das políticas neoliberais. (...) Inúmeros movimentos, ações e organismos passaram a se enraizar num terreno que já não podia mais ser plenamente regulamentado de modo estatal, e acabaram, com isso, por impulsionar a idéia de que teria finalmente surgido uma “terceira esfera, ao largo do mercado e do Estado moderno” (Avritzer, 1994, p. 12), desvinculada de partidos, regras institucionais e compromissos formais, terra da liberdade, do ativismo e da generosidade social, a partir da qual se construiria a democracia por que se lutava. A expressão sociedade civil ficou,

as redes de ativistas - “associações populares e pouco estruturadas de pessoas que possuem marcos ou experiências comuns e decidem colaborar entre si para reparar desigualdades específicas. Entre outros exemplos, cabe citar os movimentos de agricultores sem terra, o movimento antiglobalização, o movimento a favor do “imposto Tobin”, o movimento feminista, etc. Observa-se nesta categoria uma coincidência parcial com as organizações populares e as organizações não governamentais (mesma página - também tradução nossa).

assim, colada a essa "terceira esfera", e para ela foi transferida toda a potência da ação democrática mais ou menos radical, da luta por direitos e da constituição de uma esfera pública não integrada ao estatal e assentada no livre associativismo dos cidadãos (NOGUEIRA, 2003, p. 186-188).

Assim, cabe ressaltar que, em todas as acepções apresentadas até aqui, o termo sociedade civil foi, direta ou indiretamente, utilizado para designar um espaço ou movimento ligado a algum tipo de luta, reação e/ou resistência — de forma mais ou menos organizada. Mesmo nas versões contemporâneas (e mais conservadoras) do termo, subsiste o sentido de uma esfera na qual a participação e/ou envolvimento dos indivíduos serve para enfrentar determinados desafios sociais e políticos. Se bem observarmos, veremos que palavras como “reforma”, “transformação”, “luta”, “resistência”, “questionamento”, “combate”, “defesa”, “liberdade”, “evolução”, “interesses”, “superação”, “autonomia”, “oposição”, “reação”, “regulação”, “renovação”, “legitimidade”, “centralização”, “poder”, entre outras, permearam todo o léxico dos projetos políticos delineados neste capítulo em função do termo “sociedade civil”. Seja para reverter, seja para manter uma situação ou perspectiva social e política, a sociedade civil, a despeito dos seus múltiplos entendimentos, é sempre reconhecida como o ambiente de onde emana (ou se pode esperar emanar) a luta por uma realidade que atenda ou reflita determinadas vontades, interesses, ideologias e projetos de vida — na maioria dos casos, em nome da democracia.

Mesmo assim, cabem-nos várias perguntas: que sujeitos e forças políticas *hoje* são realmente capazes de empreender uma luta em torno de um projeto de democracia? — projeto este que consiste no plano “inacabado da modernidade” (Cf. HARDT e NEGRI, 2005, p. 301-313). Esses sujeitos e forças realmente convergem para as iniciativas da sociedade civil organizada? E mais importante: *como* é possível verificar se essas iniciativas realmente se configuram como resistência contra as limitações à democracia?

Aqui tomamos o partido de pontos de vista defendidos por Michael Hardt e Antonio Negri, sobretudo nas obras *Império* e *Multidão*. Apoiados em uma concepção muito específica do potencial humano, esses autores acreditam que as formas contemporâneas de resistência precisam considerar três princípios centrais: a) encontrar a forma de luta mais eficaz para o tipo de poder vigente; b) reconhecer a ligação entre as mudanças históricas nas formas de resistência e as transformações da produção econômica e social, pois existe correspondência direta entre elas — ambas teriam a mesma configuração; e c) empreender formas de atuação que possam combater as limitações da democracia e da liberdade (2005, p. 103). Interessa-nos aqui, primeiramente, verificar os

elementos que nos permitem chegar a esses princípios. Tomamos então como ponto de partida as reestruturações pelas quais passou o modo de produção capitalista, na medida em que foram as protagonistas dos processos que alteraram nossa forma de entender e transformar a sociedade e promover a democracia.

2. O cenário real e possível para a resistência

2.1. Sobre a configuração política contemporânea: a constituição do Império

“Do imperialismo ao Império e do Estado-nação à regulamentação política do mercado global: o que estamos testemunhando, considerado sob o ângulo do materialismo histórico, é uma transição qualitativa na História moderna” (Hardt e Negri, 2006, p. 257)

O modelo de soberania assentado na transcendência (do príncipe, do Estado-nação ou do povo) e na manutenção de fronteiras entre territórios e populações prevaleceu por toda a era moderna e sustentou a expansão capitalista imperialista. Um longo ciclo de crises no capitalismo, iniciado ainda na primeira metade do século 20 e que culminou nos processos de reestruturação das décadas de 70 e 80, marcou a passagem da “fase do imperialismo” para aquilo que Hardt e Negri afirmam ser uma das faces da globalização contemporânea: o Império.

Retomemos aqui algumas questões que nos ajudam a entender como se deu essa passagem e a constituição da atual configuração política. A expressão *objetiva* da crise pela qual passou o capitalismo está ligada aos eventos que marcaram o cenário econômico e político da década de 70¹⁸: fim da convertibilidade em ouro do dólar; desmoronamento do

¹⁸ Se o ápice da crise ocorreu na década de 70, seu processo desencadeador, como dissemos acima, remete às décadas anteriores. Depois do colapso de 1929, o sistema capitalista carecia de uma solução alternativa mundial tanto para as “ameaças” da Revolução Soviética de 1917 quanto para a desordem do desenvolvimento nos países imperialistas — associada às frágeis decisões das negociações de paz após a Primeira Guerra. Nesse momento, afirmam Hardt e Negri, o capitalismo tinha de ser transformado radicalmente. Os autores explicam que, a partir daí, a cena global foi definida e organizada em torno de três mecanismos: 1) processo de descolonização; 2) processo de descentralização da produção através das corporações transnacionais; e 3) construção de uma estrutura de relações internacionais que espalhou pelo globo o regime produtivo disciplinar. Este último ponto merece destaque. Ao se referir a um “modelo disciplinar”, Hardt e Negri retomam a noção de disciplina desenvolvida por Foucault (Cf., por exemplo, FOUCAULT, 1975 e 1982) para se concentrar na idéia de que, nas sociedades em que este regime impera, a lógica do sistema produtivo e os mecanismos de reprodução social estão intrincados e sob o comando do capital e do Estado. Daí a idéia de “sociedade-fábrica”, já que as práticas e as relações de disciplinaridade que dominavam o arranjo produtivo (com ênfase no modelo industrial) se estendiam por todo o terreno social como mecanismo de produção e de governo, incluindo aí os elementos de produção de subjetividade. É nesse sentido que o *New Deal* americano, plano de reformas implementado após a depressão de 1929, produziu a “mais alta forma de governo disciplinar” e funcionou como padrão de produção e governo para o mundo, inclusive para os regimes socialistas nas décadas seguintes. Essa fase do desenvolvimento americano produziu a trindade que constituiria o moderno Estado de bem-estar social: “uma síntese de taylorismo na organização do trabalho, fordismo no regime salarial e keynesianismo na regulamentação macroeconômica da sociedade”. Tais mecanismos permitem interpretar o *New Deal* como uma etapa essencial na superação do

sistema monetário internacional; fragilidade das instituições financeiras instituídas pelas Nações Unidas ao final da Segunda Guerra; crise do petróleo; encarecimento das energias importadas; e estagnação da produção industrial nas economias avançadas (MATTELART, 2002, p. 365-366). Entretanto, em suas análises, Hardt e Negri associam o processo de reformas do sistema não apenas às dinâmicas e às contradições objetivas da acumulação capitalista, mas, sobretudo, aos ciclos internacionais de revoltas libertárias dos anos 60, que envolveram críticas e reivindicações de operários, estudantes e mulheres em todo o mundo¹⁹ contra as tendências do capitalismo e sua ordem disciplinar. Havia, de fato, uma ampla insatisfação com as perspectivas de modos de vida oferecidas pela “sociedade-fábrica”. A recusa a esse modelo, manifestada pela contestação e pela experimentação, produziu novos estilos de vida e subjetividades porque se baseava no desejo por um outro modo de vida. E se as instituições da reprodução disciplinar envolviam não apenas a fábrica, mas incluíam ainda a família e a escola — enfim, os tradicionais meios de confinamento —, eram esses também os alvos da recusa e do ataque dos movimentos sociais e dos atores reivindicantes. De fato, essas lutas antidisciplinares influenciaram e promoveram transformações subjetivas na força de trabalho e na estrutura da sociedade. Isso porque os principais índices de valor dos movimentos libertários eram a mobilidade, flexibilidade, conhecimento, comunicação e afetividade (HARDT e NEGRI, 2006, p. 295). Mais à frente, abordaremos como esses “índices” se fizeram sentir na emergência de uma nova concepção de sociedade informacional e de trabalho imaterial, ajudando a reverter a face do sistema produtivo.

Do ponto de vista da nova configuração do mundo, conforme explicam os autores, a “acumulação dessas lutas foi o motor da crise, e elas determinaram os termos e a natureza da reestruturação capitalista” (*Idem*, p. 259). Esse ponto de ruptura — de motivação social e subjetiva — impôs ao capital a necessidade de autotransformação, sob pena do sistema se tornar insustentável. Na tentativa de reverter o impacto das lutas e retomar o controle social, a estratégia encontrada foi: renovar-se através da crise incorporando as tendências das novas subjetividades (os índices de valor dos movimentos

imperialismo e na passagem para o Império, ajudando a redefinir os rumos do capitalismo mundial (Cf. Hardt e Negri, 2006, p. 261-280 – Governabilidade disciplinar).

¹⁹ Obviamente, as propostas de altos salários, de distribuição econômica e, em certa medida, de assistência estatal defendidas pelo *New Deal* não foram, nem poderiam ser, totalmente aplicadas em todos os cantos do mundo. A impossibilidade de usufruir de um outro padrão de vida e a percepção de que o nível de exploração do sistema permeava todos os terrenos da vida começou a gerar pressões políticas e culturais sobre o capitalismo.

revolucionários indicados acima) que estavam sendo produzidas no seio das próprias contestações contra o capital. Ao contrário do que se poderia imaginar, uma grande crise pode não ser uma barreira intransponível ao capital, mas uma condição para reverter seu modo de operar. Dessa forma, desde que o ciclo de lutas antidisciplinares atingiu seu auge no final dos anos 60, vimos assistindo à alta capacidade do capitalismo de se autotransformar e se expandir a partir da crise para alcançar sua tendência “natural”: a realização do mercado global. É justamente aí que podemos localizar uma “virada em todo ciclo sistêmico de acumulação, de uma primeira fase de expansão material (investimento em produção) para uma segunda fase de expansão financeira (incluindo especulação) (*Idem*, p. 258). Trata-se, na verdade, de uma das expressões da transição do paradigma de soberania moderna — baseado no imperialismo e na hierarquia de potências nacionais —, para a elaboração de um novo mecanismo de controle que vai assumir a forma de um “comando imperial”. Não por acaso o mercado, enquanto estrutura de hierarquia e poder, tornou-se mais importante que os Estados-nação, redefiniu o papel destes²⁰ e assumiu a capacidade de regular redes globais de produção e circulação.

O império está se materializando diante de nossos olhos. Nas últimas décadas, a começar pelo período em que regimes coloniais eram derrubados, e depois em ritmo mais veloz quando as barreiras soviéticas ao mercado do capitalismo mundial finalmente caíram, vimos testemunhando uma globalização irresistível e irreversível de trocas econômicas e culturais. Juntamente com o mercado global e com circuitos globais de produção, surgiu uma ordem, uma nova lógica e estrutura de comando — em resumo, uma nova forma de supremacia. O império é a substância política que, de fato, regula essas permutas globais, o poder supremo que governa o mundo (2006, p. 11)²¹

²⁰ De fato, os Estados-nação não deixaram de ser importantes na contemporaneidade. Pelo contrário: no processo chamado por Saskia Sassen de *desnacionalização* (apud HARDT e NEGRI, 2005, p. 213), os governos continuam essenciais para determinar e legitimar a ordem jurídica e econômica, embora funcionem cada vez para uma estrutura de poder global e não para interesses locais/nacionais.

²¹ Aqui cabe considerar a distinção que Hardt e Negri defendem em relação aos conceitos de imperialismo e Império. Apenas em linhas gerais, ressaltamos que, em sua política de exclusividade comercial, tarifas protetoras, centralização política no Estado, definição de fronteiras fixas de territórios nacionais e coloniais (distinção entre interior e exterior), bloqueio de fluxos econômicos e sociais, o *imperialismo* limita o capital, isto é, obstrui o desenvolvimento capitalista e a plena realização da expansão em direção ao mercado mundial, tendência natural do sistema. “Em contraste com o imperialismo, o *Império* não estabelece um centro territorial de poder, nem se baseia em fronteiras ou barreiras fixas. É um aparelho de *descentralização* e *desterritorialização* do geral que incorpora gradualmente o mundo inteiro dentro de suas fronteiras abertas e em expansão. O Império administra entidades híbridas, hierarquias flexíveis e permutas plurais por meio de estruturas de comando reguladoras (2006, p. 12). Os principais elementos da estrutura imperial seriam os estados-nação dominantes, as instituições supranacionais (Organização Mundial do Comércio, Fundo Monetário Internacional, Organização das Nações Unidas) e as grandes corporações capitalistas. Em outra definição, Negri aponta: “Como definir o Império? É a forma política do mercado mundial, ou seja, o conjunto das armas e dos meios de coerção que o defendem, instrumentos de regulação monetária, financeira e comercial, e, enfim, no interior de uma sociedade mundial “biopolítica”, o conjunto dos instrumentos de circulação, de comunicação e de linguagens” (*Idem*).

Enquanto “substância política”, o Império pode ser identificado pela fragilidade de fronteiras espaciais, ausência de limites temporais²² e exercício de um *poder* extensivo, intensivo e inclusivo²³. Daí que o conceito de Império pode ser associado também a outros importantes mecanismos de regulação social: a transição da sociedade disciplinar para a *sociedade de controle* e a afirmação de formas cada vez mais sutis de *biopoder*. Retomando os conceitos trabalhados por Foucault e Deleuze, Hardt e Negri afirmam que a sociedade do controle se caracteriza pela “intensificação e uma síntese dos aparelhos de normalização de disciplinaridade que animam internamente nossas práticas diárias e comuns, mas, em contraste com a disciplina, esse controle estende bem para fora os locais estruturados de instituições sociais mediante redes flexíveis e flutuantes”²⁴. Assim, o

²² Sobre essa questão, também podemos nos reportar à idéia de “compressão tempo-espaço” abordada por David Harvey (1992, p. 257-291) ao se referir à época contemporânea. Nas palavras deste autor: “Desejo sugerir que temos vivido nas duas últimas décadas uma intensa fase de compressão do tempo-espaço que tem tido um impacto desorientado e disruptivo sobre as práticas político-econômicas, sobre o equilíbrio do poder de classe, bem como sobre a vida social e cultural” (*Op. cit.* p. 257).

²³ No que se refere ao aspecto inclusivo do Império, podemos destacar a sua imparcial tendência para incorporar as diferenças e o conflito. Em outras palavras: “todos são iguais perante o Império” e as suas formas de poder. Sobre uma noção correlata de inclusão e igualdade na lógica do capitalismo de base imperial, Cf. EAGLETON, 2005, p. 13-39.

²⁴ Cabe retomar, sucintamente, algumas questões centrais sobre os regimes disciplinar e de controle, tal como foram discutidos por Foucault e Deleuze — destacando aquilo que possui relação com os temas da ordem imperial e da mutação do capitalismo. Subseqüente à sociedade de soberania, a sociedade disciplinar se estabeleceu desde o século 18 e atingiu seu auge no século 20, tendo como alicerces os chamados “meios de confinamento” ou “instituições totais” — a casa familiar, a escola, a prisão, a fábrica, o hospital —, os quais se destinavam a “concentrar; distribuir no espaço; ordenar no tempo; compor no espaço-tempo uma força produtiva cujo efeito deve ser superior à soma das forças elementares”. Entretanto, conforme nos diz Deleuze ao se referir ao período do pós-guerra, “as sociedades disciplinares eram já o que não éramos mais, o que deixávamos de ser” (Cf. DELEUZE, 1992, p. 219-226). Vivemos, dessa forma, a crise generalizada das instituições disciplinares e, no seu lugar, vimos emergir os mecanismos de um “novo monstro”: a sociedade de controle, que passa a imperar como um “novo regime de dominação” na estrutura social. Hardt (2000) avalia que, sob a sociedade do controle, as lógicas disciplinares não desaparecem, mas tendem a um desdobramento na medida em que se generalizam por todo o terreno social — e não apenas pelos espaços fechados onde antes imperava a disciplina. No jogo da mudança da sociedade disciplinar para a sociedade de controle, Deleuze (*Op. cit.*) indica as seguintes transformações: a) o enfraquecimento da “lógica da fábrica” (e sua tendência a unir os indivíduos em um só corpo) e o fortalecimento da “lógica de empresa” sobre a subjetividade dos indivíduos; com isso, prevalecem a contínua rivalidade travestida de motivação e a ênfase no desafio, no controle, na formação e na avaliação permanente; b) substituição de instrumentos como a assinatura e o número de matrícula, que localizavam o indivíduo no meio da massa disciplinada, pelo acesso a partir de cifras e senhas; c) o modelo massa-indivíduo dá lugar aos indivíduos “divisíveis”, os quais podem ser encarados como dados organizáveis em amostras e bancos; d) ao invés da quitação da “dívida” do indivíduo através da sua entrada e saída após a conclusão das exigências feitas em cada um dos espaços de confinamento da disciplina, na sociedade de controle predomina a perspectiva de incompletude e de moratória ilimitada (“nunca se termina nada”); e) no lugar das máquinas energéticas, que encerravam a entropia e a sabotagem como “perigo”, temos agora a valorização de máquinas informacionais cujas ameaças estão associadas à intervenção, à pirataria e aos vírus; f) passagem de um tipo de produção que se envolvia integralmente em todas as etapas de fabricação de bens materiais para um sistema cada vez mais dispersivo, de curto prazo, contínuo, de rotação rápida e que se destina a agregar valor a bens imateriais (ações e títulos de empresas e serviços, por exemplo).

Império opera como uma ordem “desterritorializada” — por isso a idéia de soberania imperial como um “não lugar”, ou um modelo de *rede de poder* — capaz de abarcar a totalidade dos territórios do mundo. E, na verdade, mais do que territórios, a capacidade de comando e influência do Império funciona em toda as esferas da vida social, incluindo as interações e a natureza humanas — de tal maneira que ele se apresenta como nova “forma paradigmática de biopoder” (2006, p. 15)²⁵.

De fato, a capacidade “desterritorializante” do Império garante que, direta ou indiretamente, todos os espaços (físicos e sociais) sejam orientados pela sua lógica, fazendo com que “global” e “local” mantenham-se continuamente imbricados²⁶. Nesse sentido, poderíamos dizer que a condição imperial esvazia (ou pelo menos limita) as possibilidades de experiência de democracia e de resistência.

Apesar do desenho a princípio nefasto da soberania imperial, Hardt e Negri vêem o Império como um avanço em relação às ordens anteriores.

(...) insistimos em afirmar que a construção do Império é um passo à frente, no sentido de deixar para trás qualquer nostalgia de estruturas de poder que o precederam e recusar qualquer estratégia política que implique a volta ao velho arranjo, como, por exemplo, tentar ressuscitar o Estado-nação em busca de proteção contra o capital. Sustentamos que o Império é melhor, da mesma forma que Marx insistia que o capitalismo é melhor do que as formas de sociedade e modos de produção que o precederam. (...) Da mesma forma, podemos ver hoje que o Império se desfaz dos cruéis regimes de poder moderno e aumenta o potencial de libertação (2006, p. 62-63)²⁷.

²⁵ A origem daquilo que Foucault chama de biopoder pode ser localizada na fase final do século 18, quando o “bios” é associado cada vez mais à esfera política. Na época anterior, o poder soberano estava voltado para aquilo que “*fazia morrer e deixava viver*”. O biopoder, por outro lado, se destina a uma regulação que “*faz viver e deixa morrer*”, por meio da “estatização da vida” — atividade empreendida, como o próprio nome diz, pelo Estado. Para Foucault, o biopoder pode ser considerado um elemento essencial do fortalecimento do capitalismo, na medida em que o controle do “corpo” e a gestão da população eram de interesse total do sistema produtivo. A principal tarefa do biopoder seria, portanto, “regular a vida social a partir do seu interior, acompanhando-o, interpretando-o, absorvendo-o e realizando sua rearticulação” (...) O biopoder, portanto, se refere a uma situação na qual o que está diretamente em jogo no poder é a produção da própria vida (HARDT e NEGRI, 2006, p. 43).

²⁶ Em *Império*, Hardt e Negri discorrem sobre vários exemplos de lutas de resistência dos últimos anos do século 20: os eventos da Praça Tiananmen; a intifada contra o governo de Israel; a revolta social em Los Angeles; as manifestações de Chiapas; e as greves na França e na Coreia do Sul. Para os autores, apesar de expressarem reivindicações especificamente locais, essas lutas podem ser diretamente relacionadas ao contexto da condição imperial. Isto é, podem ser entendidas como levantes contra a face de opressão que o Império adquire em diferentes localidades (Cf. 2006, p. 73-78).

²⁷ Vemos nesta citação de Hardt e Negri um sentido análogo à perspectiva de Deleuze, quando este, ao analisar as sociedades disciplinar e de controle, não se coloca favorável ou saudoso de nenhum regime específico, pois em cada um deles, enfatiza, enfrentam-se liberações e sujeições. “Não cabe temer ou esperar, mas buscar novas armas”, explica o filósofo francês (1992, p. 220). Ao desenvolver este trabalho, tomamos como motivação tanto as possibilidades do “potencial de libertação” anunciadas pelos autores de *Império* e *Multidão*, quanto a “necessidade” de busca de “novas armas”, destacada por Deleuze. Além disso, encontramos no referido trecho de Hardt e Negri uma visão do Império que parece estabelecer pontos de ligação com outra proposição de Foucault (apud Goldman, 2003, p. 193-194): “O otimismo não consiste em

O potencial de libertação a que os autores se referem pode ser encontrado em algumas características observadas no processo de realização da ordem imperial e do mercado mundial — como, por exemplo, a emergência do informacionalismo e a hegemonia do trabalho imaterial, temas que serão discutidos nos próximos itens deste trabalho.

2.1.1. Sobre a sociedade informacional

“Precisamos reconhecer onde, nas redes transnacionais de produção, nos circuitos do mercado mundial, e nas estruturas globais de domínio capitalista existem o potencial de ruptura e o motor de um futuro que não esteja simplesmente condenado a repetir os ciclos passados do capitalismo” (Hardt e Negri, 2006, p. 259).

Desde as últimas décadas do século passado, as bases materiais da sociedade vivenciaram as transformações provocadas pelo declínio do modelo de desenvolvimento industrial e a ascensão do informacionalismo, baseado nas novas tecnologias de informação e comunicação (TICs). Mas o que alguns autores chamam de novo paradigma informacional ou informacionalismo deve ser compreendido em profunda ligação com os processos de crise e reestruturação em escala global do modo capitalista de produção entre as décadas de 70 e 80 do século 20 — como visto acima. Duas tendências, então, poderiam ser encontradas nesse período: “o desenvolvimento de novas tecnologias da informação e a tentativa da antiga sociedade de reaparelhar-se com o uso do poder da tecnologia para servir a tecnologia do poder” (CASTELLS, 2001, p. 69).

Os primeiros estágios de uma verdadeira revolução em tecnologia da informação — iniciada nos anos 70, sobretudo nos Estados Unidos nas áreas de indústria eletrônica e de telecomunicações — estão diretamente relacionados: a) aos amplos investimentos militares e pesquisas científicas entre os anos 40 e 60; e b) a fatores culturais, como o espírito libertário da década 60, que estimulou o imaginário de uma cultura da inovação e a iniciativa empreendedora centrada na cooperação e na comunicação. O desejo de construir uma arquitetura de rede que pudesse ser imune ao controle de qualquer centro e constituída

dizer que algo poderia ser melhor do que é, mas em reconhecer que tudo repousa sobre uma base frágil, contingente, arbitrária, histórica”.

por várias redes de computadores — facilitando, assim, uma comunicação com estrutura e linguagem universal — foi compartilhado tanto por estrategistas militares e pesquisadores de centros universitários quanto por mentes influenciadas pela perspectiva comunal e libertária da contracultura dos anos 60, a exemplo dos *hackers*. As expressões mais claras desse desejo — como já foi bastante discutido — são a criação e a apropriação da Internet²⁸ e dos primeiros dispositivos de comunicação mediada pelo computador (CMC).

Explicando o processo de constituição do incipiente sistema compartilhado e interativo de computadores em rede, Manuel Castells mostra que não foi apenas o aparato tecnológico que mudou, mas também as relações e as formas de organização social, modificadas pelas novas possibilidades de manipulação, difusão e armazenamento da informação. Nas palavras do sociólogo espanhol, “o custo médio do processamento da informação caiu de aproximadamente US\$ 75 por cada milhão e operações, em 1960, para menos de um centésimo de centavo de dólar em 1990” (*Op. cit.*, p. 62). Como consequência direta, caíram também as barreiras “físicas” e “espaciais” que limitavam a livre circulação dos fluxos de informação pelo mundo.

As novas tecnologias então disponíveis influenciaram decisivamente, e ao mesmo tempo foram remodeladas, pelos interesses e lógicas do capitalismo avançado — embora, como esclarece o autor, não tenham se limitado a exprimir esses interesses. Dessa forma, as preocupações em aperfeiçoar os instrumentos de produção para expandir mercados e suplantando as barreiras de tempo e espaço encontraram soluções essenciais na revolução digital em curso.

Pode-se afirmar que, sem a nova tecnologia da informação, o capitalismo global teria sido uma realidade muito limitada (...) Portanto, o informacionalismo está ligado à expansão e ao rejuvenescimento do capitalismo (...); o movimento empresarial que conduziu à desregulamentação e liberalização da década de 80 foi decisivo na reorganização e crescimento das telecomunicações (...) Por sua vez, a disponibilidade de novas redes de telecomunicação e de sistemas de informação preparou o terreno para a integração global dos mercados financeiros e a articulação segmentada da produção e do comércio mundial (...) (*Idem*, p. 37 e 69)²⁹

²⁸ Sobre a criação, difusão e apropriação inicial da Internet, Cf., por exemplo: CASTELLS, *Op. cit.*, p. 369-381; ABBATE, 2000; e o *site Internet Society* (Cf. <<http://www.isoc.org/internet/history/>>. Acesso em: 10 jan. 2008).

²⁹ Nesse sentido, o projeto das Superestradas da Informação, empreendido pelo governo do Estados Unidos nos anos 90, pode ser ressaltado como principal exemplo das aplicações das tecnologias disponíveis para o novo desenho do capitalismo avançado e da passagem do fordismo para o informacionalismo. As Superestradas da Informação foram um programa “de infra-estrutura cujo objetivo era ampliar o acesso às redes de telecomunicações por fibra ótica a todo tipo de firma que pudesse oferecer serviços, por todo tipo de rede, a todo tipo de consumidor. Com cada firma conectada às auto-estradas da informação, a própria

O paradigma informacional apresenta-nos ainda uma série de reestruturações na maneira como a sociedade se desenvolve, isto é, nos nossos modos de produção, trabalho, comunicação, gerenciamento e experiência de vida. As características de tais elementos indicam a lógica subjacente ao novo modelo de desenvolvimento e nos permitem entender a centralidade das novas tecnologias no cenário atual.

Em primeiro lugar, cabe considerar que o modo de desenvolvimento é sempre determinado pelo elemento capaz de promover os melhores níveis de produtividade. No caso contemporâneo do informacionalismo, como o próprio nome diz, a informação se torna a principal “matéria-prima”, de maneira que “é a ação de conhecimentos sobre os próprios conhecimentos” que movimenta a produtividade³⁰ (*Op. cit.* p. 35). Além disso, as tecnologias agem sobre a informação e não apenas o contrário, como nas revoluções tecnológicas anteriores³¹, fazendo com que a sociedade se oriente para alcançar permanentemente o desenvolvimento tecnológico e novos níveis de processamento da informação. Um exemplo é a convergência e o alto nível de integração das novas tecnologias, como a microeletrônica, as telecomunicações e a optoeletrônica (Cf. CASTELLS, 2001, p. 77-81). Essa característica permite a contínua alimentação do ciclo de inovação e de disseminação da tecnologia, já que cada avanço num determinado campo aumenta a capacidade das tecnologias de informação conexas.

E mais do que isso. Os fluxos de informação se tornam determinantes em todas as experiências da nossa vida individual e coletiva; tudo, das operações comerciais ao

empresa se tornou uma rede: passou a se relacionar de forma interativa com fornecedores, clientes, empregados; pode ampliar estratégias de descentralização territorial de várias unidades da firma; e um processo de customização baseadas em transações e interações online com o consumo” (MALINI, 2007b). Ver também CASTELLS, 2001, p. 87-121.

³⁰ Comparando modelos precedentes, Castells (*Op. cit.* p. 31-36) explica que no modo agrário de desenvolvimento, a fonte de incremento resultava dos aumentos quantitativos de mãos-de-obra e dos recursos naturais, enquanto que no modo industrial, a fonte de produtividade dependia de novas fontes de energia e da capacidade de descentralização do uso de energia ao longo da produção e da circulação de bens.

³¹ Aqui cabe considerar os argumentos do autor pela opção do termo “sociedade informacional”, em detrimento da expressão “sociedade da informação”. Para Castells, associar o contexto atual a uma sociedade da informação significaria enfatizar o papel da informação apenas na contemporaneidade, o que descaracterizaria a função central que a informação, em seu sentido mais amplo (como comunicação de conhecimentos) teve, por exemplo, nas sociedades antigas. “Ao contrário, o termo informacional indica um atributo de uma forma específica de organização social em que a geração, o processamento e a transmissão da informação tornam-se as fontes fundamentais de produtividade e poder devido às novas condições tecnológicas surgidas nesse período histórico”. O autor faz ainda a comparação com outro paradigma, mostrando, por exemplo, que uma sociedade industrial não é apenas aquela em que há indústrias, mas uma sociedade em que “as formas sociais e tecnológicas de organização industrial permeiam todas as esferas da atividade, começando com as atividades predominantes localizadas no sistema econômico e na tecnologia militar e alcançando os objetos e hábitos da vida cotidiana” (CASTELLS, 2001, p. 46).

universo científico, passando pelas atividades comunicativas, políticas e culturais, é perpassado pelo novo ambiente tecnológico e informacional. Dependente do processamento da informação, a base social passa a funcionar (mais do que nunca) através de um tipo específico de estrutura de organização: as redes — adaptadas, graças às novas tecnologias, aos processos de interação que a sociedade demanda. A topologia de redes fortemente integradas e fáceis de serem acessadas é o que permite a alta capacidade de reversão, reconfiguração e flexibilidade de vários processos sociais — uma condição essencial na sociedade infoprodutiva. “Reconhecemos redes em toda parte e nelas agimos”, dizem-nos Hardt e Negri (2005, p. 125).

As particularidades do informacionalismo trouxeram ainda implicações importantes para uma das atividades humanas considerada o “cerne” de toda a estrutura social: o trabalho. Ou seja, no percurso para entender as novas possibilidades da resistência e da democracia na atualidade, cabe-nos ainda identificar as novas feições que o trabalho assume no contexto da “sociedade em rede”.

2.1.2. Sobre a configuração produtiva contemporânea: a hegemonia e a potencialidade do trabalho imaterial

“A História só tem uma lógica quando é regida por subjetividades” (Hardt e Negri, 2006, p. 254)

Com a ascensão e vigência do informacionalismo, as relações produtivas e a natureza do trabalho tendem a se modificar. O trabalho *material*, típico do modo de desenvolvimento industrial e produtor de bens tangíveis, perde o caráter hegemônico que manteve na modernidade e passa a assistir à emergência do *trabalho imaterial*, próprio de uma economia pós-fordista voltada para a produção de “bens” abstratos, como a comunicação, o conhecimento, os afetos, as idéias e as relações. O trabalho adquire novas exigências produtivas: ao trabalhador compete gerir processos comunicativos, tomar decisões, calcular possibilidades, produzir e reproduzir conhecimentos, e manipular afetos.

O início dessa mudança pode ser encontrado, ainda nos anos 70, na passagem do modelo de produção industrial fordista para o toyotismo. No primeiro padrão, como afirmam Hardt e Negri (2006, p. 310-311), existia uma relação “calada” entre a produção e o consumo, isto é, prevalecia uma produção em massa adequada a uma demanda previsível

e sem relação de “escuta” com o mercado. No segundo, a principal diferença estava no “barulho” demandado pelo processo produtivo, cujas etapas e relações entre produção e consumo eram marcadas pela incorporação de novas tecnologias de informação, interação contínua, descentralização e desterritorialização. A comunicação passava a ser o elemento central da nova economia, tornando-se imanente ao trabalho imaterial e, ao mesmo tempo, o elemento propulsor de valor em relação às demais atividades produtivas.

Com esse exemplo já podemos demarcar alguns pontos de convergência entre o informacionalismo e o trabalho imaterial, que permanecem profundamente interligados. Segundo Hardt e Negri, “na transição da economia informacional, a linha de montagem foi substituída pela *rede* como modelo de produção, alterando as formas de *cooperação* e *comunicação* dentro de cada lugar que produz e entre os lugares de *produção*” (grifos nossos). A rede se torna, portanto, o “ambiente” da produção e da circulação (2006, p. 315-318).

O trabalho imaterial possui duas expressões básicas. Na primeira, o trabalho assume características próprias das TICs — sobretudo do computador, a ferramenta universal dos processos produtivos —, e abarca as atividades com capacidade de se (re)organizar sucessiva e indefinidamente. Trata-se do trabalho de natureza intelectual ou lingüística — como o gerenciamento de problemas e a produção simbólica, cognitiva e analítica. A segunda expressão está associada ao trabalho afetivo, baseado no contato e na interação entre os indivíduos e na capacidade de gerar afetos que remetem à sensação de conforto, satisfação, excitação e bem-estar — como é o caso do setor de prestação de serviços (das áreas de saúde até entretenimento). Cabe considerar que o que garante a hegemonia do trabalho imaterial hoje em dia não é a sua ocorrência em níveis globais, pois o quantitativo de pessoas ligadas às “atividades” ou aos “serviços imateriais” ainda pode ser considerado minoritário se o compararmos ao trabalho nas áreas de agricultura e indústria, por exemplo. A sua supremacia é definida pelas qualidades e características desse tipo de produção, que tende a transformar as outras formas de trabalho e mesmo a sociedade como um todo.

Várias leituras do trabalho imaterial evidenciam sua face negativa. A parca distinção entre horário de trabalho e de lazer, a exigência de que o trabalhador adquira continuamente várias habilidades e a demanda pela disponibilidade integral do indivíduo

tendem a estender indefinidamente o dia de trabalho e a invadir todos os espaços da vida³². Na prática, podemos observar formas cada vez mais sofisticadas e sutis de expropriação e alienação advindas da relação que os próprios indivíduos experimentam com o trabalho. Lazzarato (2006) nos explica que, sob o ponto de vista do controle, algumas expressões do trabalho imaterial levam o indivíduo a ser explorador dele mesmo. Há, portanto, uma mudança profunda na relação do trabalhador com a produção. Ao demandar a “doação” integral do indivíduo, o trabalho de tipo imaterial solicita também o investimento de sua criatividade, inteligência, adaptabilidade, afetividade, e, dessa forma, do motor que as geram e as alimentam, isto é, a própria essência do indivíduo, sua subjetividade, sua alma³³. A capacidade produtiva do trabalhador se associa cada vez mais à sua capacidade de fruição, de estabelecer relações e de absorver diferentes experiências. Novamente nos remetemos à linha difusa que separa o tempo de trabalho do não trabalho, já que o investimento no tempo de lazer e de autodesenvolvimento “preparam” a “subjetividade” para as funções laborais. Quando o tempo livre é completamente integrado à cadeia produtiva, a “exploração” do indivíduo não se concentra mais nos locais de trabalho nem pode mais ser quantificada em termos de horas de atividade produtiva.

³² Uma rápida pesquisa nos meios de comunicação nos leva a encontrar vários exemplos disso. Apenas como caso ilustrativo, citamos aqui a matéria *Gadgets no trabalho*, escrita por Rosa Sposito e publicada na revista Info Exame, de dezembro de 2007. O texto traz exemplos de vários trabalhadores — a maioria ligados à área de serviços e à produção de bens imateriais — que têm utilizado novas tecnologias de informação e comunicação em atividades pessoais e profissionais. Registramos aqui alguns trechos da matéria que sintetizam a idéia de “total indefinição entre tempo de trabalho e tempo de lazer”: “Coordenador do programa integrado de oncologia do Hospital Israelita Albert Einstein, Giglio faz parte da legião de usuários que têm colocado seus dispositivos pessoais — smartphones, memory keys, PDAs e notebooks, principalmente — a serviço do aumento da produtividade no trabalho. Só com o BlackBerry, ele calcula que tem conseguido economizar de uma hora a uma hora e meia do seu tempo por dia. ‘Minha caixa postal está sempre vazia, porque de qualquer lugar checo meus e-mails’, diz”. Mais à frente a matéria mostra o resultado de uma pesquisa de opinião realizada pela empresa IDC, em setembro nos Estados Unidos, com usuários de iPhone. “A enquete revelou que cerca de 70% das pessoas que já possuem ou pretendem adquirir um iPhone têm planos de usá-lo tanto para entretenimento como no trabalho. As principais aplicações mencionadas são o gerenciamento de informações pessoais (contatos, agenda etc.) e o acesso à intranet e aos e-mails corporativos. Segundo a IDC, o resultado dessa pesquisa vai de encontro à tendência de uso cada vez mais intenso de dispositivos móveis convergentes para atender os dois tipos de necessidades dos seus donos, especialmente os que trabalham fora do escritório: pessoais e de negócios. A declaração de um gerente de planejamento de uma empresa da Grande São Paulo também é ilustrativa: “Com o notebook, troquei tudo pelo Skype e pelo MSN e ainda posso acessar e-mails, preparar uma proposta para um cliente ou as aulas para meus alunos” (Cf. SPOSITO, 2007).

³³ Não por acaso vários autores anunciam a forte ligação entre a dinâmica do trabalho imaterial e a subjetividade humana. Daí Hardt e Negri (2005) falarem que a produtividade depende cada vez mais da “potência dos agentes” ou, de outra forma, da “máquina ferramenta interior”. Já Peter Pelbart (2007) utiliza o termo “força-invenção” para se referir à capacidade intelectual expropriada pelo capital. Manuel Castells (2001) por sua vez apresenta a subjetividade e a mente humanas como as forças diretas de produção e não apenas como mais um elemento decisivo no sistema produtivo.

Entretanto, o que a princípio poderia sinalizar uma subordinação ainda maior do indivíduo à lógica do capitalismo avançado, sua completa sujeição ao trabalho e a ausência de possibilidade de fuga, constitui, ao mesmo tempo, uma potencialidade de autonomia em relação ao tempo de trabalho determinado pelo capital, bem como de suas formas típicas de exploração. Isso porque, se o “ciclo do trabalho imaterial é pré-construído por uma força de trabalho *social* e *autônoma*, capaz de organizar o próprio trabalho e as próprias relações com a empresa” (LAZZARATO e NEGRI, 2001, p. 26-27 - grifos do autor), ele também pode limitar os “mecanismos totais” de controle e expropriação.

Interessa-nos aqui justamente a face positiva do trabalho imaterial. Diferentemente de carros, roupas e geladeiras, os produtos desse trabalho se expressam em formas também imateriais de propriedade e, pela sua natureza, tendem à fácil expansão, difusão e partilha. Além disso, esses “bens” são normalmente produzidos e disseminados em redes, as quais dependem, como vimos, de relações baseadas na comunicação e/ou na cooperação. O produto do trabalho imaterial é sempre o resultado de algum tipo de rede ou interação — seja a interação de conhecimentos e informações, seja a interação de afetos. Daí que a força de trabalho hoje se transforma em “intelectualidade de massa”, em “saber social geral”, que, segundo Lazzarato e Negri (*Op. cit.*), pode se configurar como sujeito social e politicamente hegemônico. É ainda sob a perspectiva da centralidade da comunicação que podemos entender o trabalho imaterial como definidor de novas relações de força e exercício de poder — no sentido de ação sobre ação possível, tal como pensava Foucault. Afinal, é na comunicação que os sujeitos podem exercer poder/influência uns sobre os outros; e, nesse processo, novos circuitos de subjetivação são constantemente acionados.

Reunindo essas características, a nova força de trabalho não está apenas em antagonismo com o capital; “*ela é alternativa, constitutiva de uma realidade social diferente*”³⁴. O antagonismo se apresenta sob a forma de um poder constituinte que se revela alternativo às formas de poder existentes” (*Op. cit.*, p. 36 – grifos nossos). O trabalho imaterial tende a “escapar” da esfera do econômico e se expandir por toda a estrutura social porque depende e produz relações sociais e subjetividades — que são, pela sua condição original, inapropriáveis. Por isso ele é reconhecido também em sua dimensão biopolítica. Como afirmam Hardt e Negri (2005, p. 101) “(q)uem somos, como encaramos

³⁴ Nesse sentido, cabe considerar também o ponto de vista de Castells, segundo o qual os modos de desenvolvimento orientam o comportamento social, inclusive a comunicação simbólica. “(...) há uma íntima ligação entre cultura e forças produtivas e entre espírito e matéria, no modo de desenvolvimento informacional. Portanto, devemos esperar o surgimento de *novas formas históricas de interação, controle e transformação social*” (2001, p. 35-36, grifos nossos).

o mundo, como interagimos uns com os outros: tudo isto é criado através dessa produção biopolítica e social”. É por conta desse potencial de autonomia que os autores, em referência a Marx, associam o trabalho imaterial à noção de trabalho vivo, “o fogo modelador de formas de nossas capacidades criativas”. E prosseguem:

O trabalho vivo é a faculdade humana fundamental: a capacidade de enfrentar ativamente o mundo e criar vida social. O trabalho vivo pode ser encurralado pelo capital e reduzido à força de trabalho que é comprada e vendida e que produz bens e capital, mas o trabalho vivo transcende isto. Nossas capacidades criativas e de inovação são sempre maiores que nosso trabalho produtivo — produtivo de capital, queremos dizer. A esta altura, podemos reconhecer que essa produção biopolítica é, por um lado, *incomensurável*, pois não pode ser quantificada em unidades fixas de tempo, e, por outro lado, sempre *excessiva* no que diz respeito ao valor que o capital pode dela extrair, pois o capital não pode nunca capturar toda a vida (*Idem*, p. 194-195 – grifos dos autores)³⁵.

A partir dessa perspectiva podemos iniciar a articulação entre as novas possibilidades apresentadas pelo informacionalismo e pelo trabalho imaterial com o conceito de *multidão*, também proposto por Hardt e Negri.

Suas capacidades de investir e transformar todos os aspectos da sociedade e sua forma em redes colaborativas são duas características extraordinariamente poderosas que o trabalho imaterial vem disseminando para outras formas de trabalho. Essas características podem servir como um esboço preliminar da composição social da multidão que hoje anima os movimentos de resistência ao estado global permanente de guerra (*Idem*, p. 101)

Como nos dizem os autores, em cada período histórico, o modelo de resistência mais *eficaz* tem a mesma forma que os modelos dominantes de produção econômica e social; nesse sentido, podemos considerar que as lutas e os movimentos de resistência necessitam reconhecer as condições e as possibilidades oferecidas pelo momento atual para empreender suas estratégias de ação. Hardt e Negri explicam que cada vez mais as redes de informação, comunicação e cooperação — as bases dinâmicas da produção pós-fordista — estão influenciando os novos movimentos de resistência. “Não só esses movimentos utilizam tecnologias como a Internet como ferramentas de organização, como também

³⁵ Especialmente nesse ponto gostaria de agradecer às contribuições da amiga e pedagoga Regina Vassimon, sobretudo pelos inúmeros exemplos práticos e “vivos” que me repassou, mesmo sem nunca termos discutido sobre “trabalho imaterial”. São de Regina frases como: “O trabalho precisa ter um outro sentido deste a que estamos acostumados; o meu trabalho é meu; dele ninguém se apropria porque eu não deixo. É nele que eu sou, porque produzo o que me toca, o que me mobiliza, o que faz sentido pra mim. Eu ofereço o produto do meu trabalho ao outro por vontade própria, mas ninguém toma o meu trabalho de mim”. Encontro nessas palavras o potencial de transformação e a força constituinte que muitos autores enxergam no trabalho imaterial.

começam a adotar tais tecnologias como modelos para as suas próprias estruturas organizacionais”. É a partir dessa relação entre a organização dos movimentos e a organização da produção econômica e social que os autores localizam as transformações nas formas modernas de resistência e guerra civil — que evoluíram das típicas revoltas e rebeliões para os modelos de exército policêntrico de guerrilha e, em seguida, para a adoção de estruturas em redes (Cf. 2005, p. 97-135). Os autores apontam, portanto, para uma evidente modificação na maneira como as pessoas se arregimentam e se organizam para resistir e lutar.

Todas essas considerações se revelam como *aparato de análise* sobre a eficácia das ações contemporâneas de resistência em favor da democracia — incluindo aquelas que emanam da dita e assumida “sociedade civil organizada”. Analisar as experiências da sociedade civil por meio desse aparato pode nos ajudar a verificar se seu modo de operar corresponde a uma estratégia de resistência compatível e adaptada à realidade contemporânea.

Além disso, a resistência hoje está cada vez mais condicionada às formas de organização e expressão daquilo que Hardt e Negri descrevem como o “ator político” apto, por excelência, a agir no contexto da ordem imperial (em suas dimensões globais e locais): a multidão. Acreditamos que o conceito de *multidão* nos oferece uma referência extremamente importante para repensar e avaliar as práticas da sociedade civil organizada. Dessa forma, partimos do pressuposto de que algumas características desse conceito podem servir de parâmetro para identificar a eficácia da sua ação de resistência.

2.2. Sobre o conceito de Multidão

“A nova política só adquire substância real quando mudamos nosso foco da questão de forma e ordem para os regimes e práticas de produção” (Hardt e Negri, p. 236).

Michael Hardt e Antonio Negri apresentam duas premissas complementares que nos permitem entender por que o conceito de *multidão* pode contribuir como referência para as iniciativas de resistência em favor da democracia hoje. A multidão teria, em si, duas faces: uma econômica e outra política — ambas inevitavelmente interligadas com os fenômenos sociais e culturais.

No que se refere à face econômica, os autores defendem que, por não poder ser pensada em termos de identidade — o que a aproximaria da noção de povo —, nem de uniformidade — relacionando-a às massas —, a multidão³⁶ se define por estabelecer modelos de ação capazes de manter e considerar as singularidades de seus entes internos, o que constitui condição para a experiência de novas práticas de comunicação e ação em comum. O reconhecimento das diferenças e das singularidades permite, dessa forma, que o comum se manifeste. Mas aqui se trata não do “comum” descoberto, reconhecido, tolerado ou manipulável por um “ente” externo e transcendente³⁷, mas um “comum” que é produzido a partir das relações e redes sociais, e que ganha, sobretudo, a forma de produtos imateriais, como idéias, linguagens, afetos e conhecimentos. Estes, por sua natureza imaterial, são reproduzidos constantemente em novas relações num processo ilimitado. A multidão é capaz de empreender uma produção biopolítica, isto é, ela não se restringe a produzir bens materiais, mas produz formas de vida e subjetividades que se orientam e se articulam de acordo com o que têm em comum. Nisto consiste a propriedade econômica da multidão. A legitimidade e a importância dessa propriedade podem ser confirmadas quando se considera que “a organização da luta no nível subjetivo não é um resultado, mas um pressuposto da luta” (LAZZARATO e NEGRI, 2001, p. 10).

No que concerne a sua face política, Hardt e Negri enxergam na multidão uma tendência para as formas de organização essencialmente democráticas que extrapolam os modelos centralizados; daí a tendência para funcionar por meio de “redes” que dispensam a autoridade hierárquica e dependem de relações colaborativas. Dito de outra forma, a multidão seria um modelo de ação não apenas voltado para um fim democrático, mas algo que, internamente, seria capaz de se autogerir e funcionar democraticamente. A multidão *é* aquilo que deseja e aquilo pelo que luta — o “desejo” de um fim (a democracia) que se faz meio; ou melhor, um fim em si mesmo. Atacar o “poder dominante” ou o “alvo de luta” não faria o menor sentido para a multidão (ou a esvaziaria enquanto conceito ontológico) se, para atingir seus objetivos, tivesse que lançar mão de formas não-democráticas e excludentes. Na produção biopolítica da multidão, não são os processos externos de tomada de decisão que mantêm a democracia, mas as formas de vida mais libertárias, autônomas e democráticas que ela produz e das quais depende para continuar a existir.

³⁶ Para uma distinção detalhada entre povo, massa e multidão, Cf. HARDT e NEGRI, 2005, p. 12 e 13 e 139-142.

³⁷ Como é o caso, por exemplo, do Estado, que, sob o argumento da existência de elementos (território, língua, história) “comuns” a um determinado grupo de indivíduos, tende a unificá-los sob a idéia de “povo”.

Nisto consiste o projeto político da multidão e aquilo que a fortalece diante do esgotamento dos modelos tradicionais de ação política.

Extraímos dessas colocações sobre a *multidão* três pontos centrais que, para nós, constituem parâmetros importantes para entender esse conceito e as possibilidades de renovação da prática da sociedade civil organizada. Tais pontos serão desenvolvidos nos itens abaixo: a formação e a atuação em redes disseminadas; os processos de mobilização do comum; e a produção cooperativa e colaborativa³⁸. Cabe ressaltar que esses elementos não podem ser compreendidos como fatores ou mesmo etapas que, uma vez “cumpridas” de forma intermitente, fazem emergir a multidão. Pelo contrário. O reconhecimento da centralidade desses “itens” para o conceito de multidão e para a proposta desta dissertação se justifica porque, como veremos, eles só se realizam em complementaridade; cada vez que podemos reconhecer e expressar cada um desses elementos, vemos que eles desencadeiam influências sobre os demais. Dessa forma, vamos nos deter nesses três pontos centrais e utilizá-los como orientação para a análise dos nossos objetos de estudo — no capítulo 4 —, contanto ainda com as colocações de outros autores que trabalham temas afins e que podem ser acionados neste estudo.

2.2.1. A rede disseminada como estrutura de organização

“Só que hoje a maravilha manifesta-se toda vez que reconhecemos que os velhos padrões de medida já não se aplicam, toda vez que velhos corpos sociais se decompõem e que seus restos fertilizam a nova produção de carne social” (Hardt e Negri, 2005, p. 255)

Na medida em que a sociedade se constitui e se desenvolve em redes que fazem circular fluxos de informação e comunicação, essas estruturas de organização também têm sido apontadas como os potenciais “agentes”³⁹ contemporâneos de ação e transformação social (CASTELLS, 2001; MALINI, 2007a). Seguindo esse pensamento, Arquilla e

³⁸ No plano global, alguns exemplos poderiam ser identificados como manifestações da “multidão”: os movimentos antiglobalização — como os protestos de Seattle (1999) e Gênova (2001) —; o movimento Zapatista, sobretudo no período entre 1994 e 2001; e a mobilização em torno dos Fóruns Sociais Mundiais desde 2000. Observando algumas análises empreendidas sobre esses “movimentos” (Cf., por exemplo: HARDT e NEGRI, 2005; CLEAVER, 1998; ARQUILLA e RONFELDT, 2001; ANTOUN, 2003), é possível encontrar a expressão, em maior ou menor medida, dos três elementos supracitados. Esse diagnóstico também nos fundamentou na seleção dos referidos itens para análise.

³⁹ Outra possibilidade seria se referir às redes não como “agentes”, mas como um *locus* privilegiado para a ação e processos de transformação na atualidade.

Ronfeldt (2001), por exemplo, ressaltam que as redes tendem a se tornar as formas dominantes de organização e a reunir as condições para “redefinir a natureza dos conflitos sociais e dos meios de cooperação” e, dessa forma, a natureza da própria sociedade.

De fato, as redes descentralizadas e disseminadas encerram uma dimensão política e social que não pode mais ser desprezada. Para Hardt e Negri, a noção de rede é fundamental por ser “o exemplo político mais plenamente realizado de que dispomos do conceito de multidão” (2005, p. 281). A multidão seria (ou atuaria através de) “uma rede aberta e em expansão na qual todas as diferenças podem ser expressas livre e igualitariamente; uma rede que proporciona os meios da convergência para que possamos trabalhar e viver em comum” (*Op. cit.*, p. 12)⁴⁰.

A estrutura em rede põe em evidência e ao mesmo tempo desloca duas formas básicas de organização e resistência que prevaleceram na segunda metade do século passado. A primeira era o modelo que funcionava em torno da “identidade de luta” e que tinha como pressupostos a unidade e a liderança central, a exemplo dos partidos políticos, sindicatos e organizações de classe. A centralização se baseava e se justificava pela idéia de unidade ou de interesse “uno”, em nome dos quais havia transferência e concentração do poder de decisão — mesmo que (e, sobretudo) em defesa da democracia. Por essa lógica, era no “uno” que se “materializava” aquilo que os grupos possuíam em comum — ainda que fosse possível identificar a existência de “minorias” e “diferenças” em seu interior.

O segundo modelo defendia a expressão da diferença dos grupos e o direito/necessidade de conduzir a resistência de forma independente. Tais premissas orientaram, por exemplo, os primeiros movimentos centrados nas questões de raça, gênero e sexualidade⁴¹. Na maioria das vezes, esses grupos se colocavam em contraposição à tentativa de cooptar as diferenças em torno de uma luta única, desconsiderando as singularidades que constituem o corpo social⁴². Como nos dizem Hardt e Negri, “os dois

⁴⁰ Cabe considerar que a rede é a estrutura organizacional comum tanto à multidão, conforme expressei acima, quanto ao Império — que, de acordo com o que foi indicado no item 2.1, pode ser entendido como um *espectro de poder em rede* que se estende e se consolida por todos os territórios e esferas da vida humana. Essa é uma das características que garante à multidão as condições de se estabelecer como “alternativa viva que vem se constituindo dentro do Império” (HARDT e NEGRI, 2005, p. 12 - grifo nosso). Isto é, se é em rede que o *Império* se exerce, também em rede precisam funcionar as forças políticas de resistência a ele, a exemplo da *multidão*.

⁴¹ Em vários sentidos, esses movimentos são, ainda hoje, fortemente influenciados por esse modelo.

⁴² Hardt e Negri explicam que “fortes tradições de política de raça e gênero já contêm um desejo da multidão, quando as feministas, por exemplo, não colocam como meta um mundo sem diferenças de gênero, mas um mundo no qual o gênero não importa (no sentido de que não constitui a base da hierarquia); ou quando os

modelos dominantes representavam uma clara alternativa: luta unida debaixo da identidade central ou lutas separadas que afirmam nossas diferenças” (*Op. cit.*, p. 281).

Sob diversos aspectos, encontramos exemplos de que ambas as opções podem constituir formatos rígidos de articulação — limitando os desejos de liberdade e de autonomia que as originaram e/ou tornando-as frágeis e isoladas diante das formas de ação desenvolvidas por seus “alvos de luta”. Ou seja, a uniformidade pode ser (e em muitos casos históricos foi) tão prejudicial quanto o afastamento e o isolamento. Entretanto, ao analisar a multidão a partir de uma perspectiva ontológica, é possível evidenciar que

(a)o longo de toda a história, os seres humanos têm recusado a autoridade e o comando, manifestando a irredutível diferença da singularidade e buscando a liberdade em inúmeras revoltas e revoluções. Essa liberdade não é dada pela natureza, naturalmente; ela só se manifesta mediante constante superação de obstáculos e limites (*Op. cit.*, p. 285).

A estrutura de funcionamento em rede é o que permite à multidão não negar os dois modelos supracitados, mas conferir-lhes uma nova potencialidade e superar suas limitações. A rede admite — obviamente não garante, mas possibilita — um movimento orgânico, de adesão voluntária, marcada pela flexibilidade e capacidade de adaptação de acordo com as necessidades e as condições reconhecidas pelos seus “nós” — em contraposição aos tipos tradicionais de arranjos de organização, que poderiam ser classificados como mecânicos ou hierárquicos. Sendo descentralizada e distribuída, a rede é o modelo de estrutura mais eficaz para mobilizar aquilo que sempre “escapa” às tentativas de obstrução da liberdade e da autonomia — independentemente de onde esses obstáculos se encontrem. Isto é, limites e imposições questionáveis podem encontrar na forma em rede sua superação. Na medida em que as conexões dos nós das redes se estabelecem de forma autônoma e independente, a multidão promove um “movimento” capaz de agregação constante e de ação conjunta sem fazer uso de uma estrutura central e unificadora, e, ao mesmo tempo, respeitando as singularidades e pondo de lado as divergências em favor do “comum”. Enfim, agindo em rede, a multidão reúne as condições para exprimir sua potência de ação (ANTOUN, 2003)⁴³.

milитantes anti-racistas também lutam não por um mundo sem raça, mas por um mundo no qual a raça não seja relevante — em suma, um processo de libertação baseado na livre expressão da diferença” (2005, p. 288).

⁴³ Caiaffo, et al. (2007), baseados em Hardt e Negri, utilizam os termos “multidão-potência” e “multiplicidade em dispersão” para designar um dos “modelos” de contestação e luta na contemporaneidade. Nas considerações finais do artigo “Da multidão-massa à multidão-potência: contribuições ao estudo da

Se entendermos a rede também como “espaço de encontro”, esse tipo de estrutura oferece outros “benefícios” para os objetivos de luta e resistência, como a possibilidade de desenvolver processos disseminados de “controle mútuo”⁴⁴, de identificação de problemas, de correção de erros, e de convergência da multiplicidade de pensamentos. É nesse sentido que Hardt e Negri apontam a multidão em rede como “um sujeito social e uma lógica de organização social que tornam possível, pela primeira vez, a realização da democracia” (*Op. cit.*, p. 283)⁴⁵.

2.2.2. A identificação e a mobilização do comum

“A expansão do comum é uma questão prática e política” (Hardt e Negri, 2005, p. 289)

Sob o ponto de vista da multidão, as redes descentralizadas proporcionam as condições para que as singularidades possam se expressar livremente, e, dessa forma, identificar e mobilizar o que possuem e desejam em comum⁴⁶. Em uma conferência intitulada “A constituição do comum”⁴⁷, Antonio Negri (2005) explicava que a singularidade sempre se define na relação com o outro, isto é, sem o outro a singularidade de fato não se realiza. Sendo assim, “uma vez que reconheçamos a singularidade, o comum começa a manifestar-se. As singularidades efetivamente se comunicam, e podem fazê-lo por causa do que compartilham” (HARDT e NEGRI, 2005, p. 174). Ou seja, ela não é

multidão para a Psicologia Social”, os autores afirmam que “(o) trabalho das multidões (*sic*) pode ser considerado um dos dispositivos de resistência à constante homogeneização da experiência subjetiva” – grifo nosso.

⁴⁴ Não pensamos em “controle mútuo” como algo negativo, mas como uma prática de interação social extremamente comum e produtora, a partir da qual é possível disseminar pontos de vista diferentes, negociar normas, repensar valores, etc.

⁴⁵ Aqui consideramos oportuno associar essa perspectiva otimista sobre o *poder da multidão* em rede ao próprio conceito de poder defendido por Foucault. “O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. *O poder funciona e se exerce em rede*. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles. (...) O poder passa através do indivíduo que ele constituiu (FOUCAULT, 1982, p. 183 – grifo nosso).

⁴⁶ Deixamos claro que a definição de “comum” não corresponde ao significado utilizado quando queremos acionar, por exemplo, idéias como “comunidade” ou “território”.

⁴⁷ Referimo-nos à Conferência Inaugural do II Seminário Internacional Capitalismo Cognitivo – Economia do Conhecimento e a Constituição do Comum, realizada em 2005, no Rio de Janeiro. A tradução da conferência, feita por Fabio Malini, está disponível em: <<http://fabiomalini.files.wordpress.com/2007/03/a-constituicao-do-comum-traducao.doc>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

eliminada a partir do reconhecimento do comum; pelo contrário, ela o constitui e pode expandi-lo através da (auto-)organização em rede da multidão⁴⁸.

Cada corpo (ou nó da rede) da multidão só se faz político à medida que se firma como singular e, partir daí, estabelece uma relação com outros corpos/nós. Isto significa que longe de ser um corpo ou um movimento caótico, a multidão deve ser vista pela sua constituição *complexa*, considerando aqui o sentido original dessa palavra (*complexus*), que remete àquilo que “se tece em conjunto”. E este é o desafio que sempre será apresentado à multidão: gestar as condições para que as diferenças que constituem o corpo social não se “percam” (não se fragilizem nem sejam excluídas) no processo de ação e comunicação.

Em termos conceituais, a multidão substitui a dupla contraditória identidade-diferença pela dupla complementar partilha-singularidade. Na prática, a multidão fornece um modelo pelo qual nossas expressões de singularidade não são reduzidas ou diminuídas em nossa comunicação e colaboração com outros na luta (...) (*Op. cit.*, p. 282).

Trata-se, na verdade, de um desafio que traduz as dimensões libertárias e democráticas da multidão e que, por isso mesmo, torna-a diferente em termos de projeto de ação política. Pois, para assumir um papel político constituinte, a multidão precisa encontrar (e criar) os mecanismos para tomar decisões e agir em convergência a partir do interesse/desejo comum que a mobiliza. O interesse comum pode ser visto, portanto, como aquilo que sedimenta a qualidade das relações estabelecidas entre os nós (singulares) que integram as redes. Atualmente, explicam Hardt e Negri, esta constituição do comum tende a ser decisiva em todas as formas de produção social, por mais evidente que seja seu caráter local⁴⁹.

Uma das definições de multidão proposta por Negri (2005) nos permite sintetizar a relação entre os dois primeiros pontos aqui apresentados (2.2.1 e 2.2.2) e o tópico que se segue: ao invés de simples agregação, a multidão pode ser compreendida como “singularidades cooperantes que se apresentam como uma rede, uma *network*, um conjunto que define as singularidades em suas relações umas com as outras”⁵⁰.

⁴⁸ A temática da auto-organização da multidão será desenvolvida no próximo item (2.2.3).

⁴⁹ Novamente os exemplos “locais” citados na nota 26 são emblemáticos nesse sentido.

⁵⁰ Aqui vale ressaltar a definição de multidão apresentada por Paolo Virno (2004). “Multidão significa: pluralidade — literalmente: ser-muitos —, como uma forma de existência social e política permanente, em contraste com a unidade coesiva de pessoas. Dessa forma, multidão consiste em uma rede de indivíduos; os

2.2.3. A produção colaborativa e cooperativa

“A multidão é criada em interações sociais colaborativas” (Hardt e Negri, 2005, p. 286)

Nenhuma prática de transformação social na contemporaneidade pode ser compreendida fora da dimensão produtiva. Nesse sentido, o aspecto produtivo da multidão está intimamente associado ao terreno da biopolítica, isto é, a sua capacidade de produzir *subjetividades e formas de vida*. Daí que a produção da multidão remete sempre à essência do trabalho imaterial — ao trabalho que, como já dito anteriormente, gera hábitos, relações afetivas, performatividade, linguagens e idéias.

Detendo-nos mais nessa questão, podemos dizer que a comunicação é o “insumo” essencial da produção imaterial e, segundo Hardt e Negri, o elemento central da biopolítica. São nas redes abertas que os “nós” encontram condições privilegiadas não apenas para identificar o comum através da comunicação, mas também para *produzi-lo* de forma expansiva e colaborativa. E aqui reiteramos que, por serem imateriais, as linguagens e as práticas de produção da multidão conseguem escapar às formas de comando e controle que, normalmente, limitam a plena realização de processos democráticos.

Partindo da forma de organização em rede, a produção da multidão não pode ser verificada pelo que é expresso/produzido por um ponto central de comando e inteligência; muito menos decorre de consensos puros e processos harmônicos, mas através do campo conflituoso (mas, sobretudo, produtivo e constituinte) da comunicação e da colaboração em torno do comum⁵¹. Além disso, a multidão é criada em interações afirmativas (*Op. cit*, p. 286), enfim, nas relações em que as singularidades dos agentes/nós criativos, livres e

“muitos” são uma singularidade (tradução nossa). Original disponível em: <<http://www.generation-online.org/c/fcmultitude3.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

⁵¹ A questão da comunicação e da cooperação é considerada essencial pelo menos desde Marx, que demonstrou como os circuitos de comunicação fizeram diferença no que se referia à “passividade política” dos camponeses em relação aos operários das fábricas no século 19. “Na visão de Marx, a subjetividade política requer de uma classe não apenas a auto-representação, mas primeiro que tudo e fundamentalmente a *comunicação interna*. Neste sentido, a *comunicação* é a chave do significado político da tradicional divisão entre a cidade e o campo e do decorrente preconceito político a favor dos atores políticos urbanos que se manifestou do século XIX para o século XX. O que definia a vida rural não era tanto a imbecilidade, mas a *incomunicabilidade*. Os *circuitos de comunicação* que davam à classe operária urbana uma grande vantagem política sobre o campesinato rural também decorriam das condições de trabalho. A força de trabalho industrial, trabalhando em equipes em torno de uma máquina comum, é definida pela *cooperação* e a *comunicação*, que lhe permitem tornar-se ativa e manifestar-se como sujeito político” (HARDT e NEGRI, 2005, p. 167-168 – grifos nossos).

múltiplos são reconhecidas. Os nós da rede multitudinária são o melhor recurso produtivo uns dos outros, já que cada nó, em sua singularidade, é constituído de poderes e saberes que, compartilhados, permitem constituir, produzir e agir em comum. É por isso que, na multidão, “a plena expressão da autonomia e da diferença de cada um coincide com a poderosa articulação de todos” (*Op. cit.*, p. 125).

As subjetividades e as formas de vida da multidão podem ser reconhecidas, por exemplo, em duas expressões importantes: auto-organização e inteligência coletiva. O primeiro item é verificado pela forma autônoma de funcionamento da multidão. As subjetividades livremente investidas em torno de interesses/desejos podem prescindir de um elemento central que “organize” as diferenças para chegar a fins comuns, o que caracteriza a manifestação política da atividade multitudinária. Ou seja, simbolicamente, é no prefixo *auto* (*auto-organização*, *autonomia*) que encontramos a intenção de “eliminar” ou “dispensar” o elemento externo e transcendente da ação política. Na multidão, a ação política se traduz na atitude tomada pelo “eu” na multiplicidade, que, movida pelo comum, tende à auto-organização. Dessa forma, a tradicional e “irrefutável” necessidade de representação — elemento-chave na argumentação das práticas políticas democráticas — pode ser superada ou, no mínimo, questionada e redefinida.

Retomemos aqui algumas questões sobre a noção de representação. Da forma como foi preconizada pela teoria moderna da democracia, a representação cumpre duas funções contraditórias: “liga a multidão ao governo e ao mesmo tempo a separa” (*Op. cit.*, p. 306-313). Em larga medida, a representação era (e ainda é) interpretada como um “mal” necessário à democracia. Entretanto, sob o novo paradigma imaterial de produção e considerando a potência contemporânea da multidão, podemos dizer que a democracia e a representação hoje podem ser repensadas. Isso porque as múltiplas singularidades que não se sentem devidamente representadas ou que vêem seus interesses confundidos na defesa da “unidade” encontram formas de expressão livres de mediação e representação, como é o caso, por exemplo, das possibilidades de expressão no ciberespaço. De fato, mediação e representação não deixaram de ser necessárias e importantes para a democracia; apenas podem ser constantemente colocados em xeque quando oferecerem limitações aos interesses/desejos da multidão em rede.

É assim que os exemplos abordados como multidão por Hardt e Negri — dos quais podemos destacar, sobretudo, os movimentos de protestos contra a globalização (como os

que aconteceram em Seattle e Gênova) e o movimento Zapatista⁵² — conseguiram criar uma nova esfera pública, cuja “versão oficial” é muitas vezes expropriada por mecanismos de poder em nome de uma democracia tão pouco representativa quando frágil. É na auto-organização produzida pela multidão que a “retomada” de uma verdadeira esfera pública é possível. Conforme nos dizem os autores, “a natureza biopolítica da produção social contemporânea (...) não só torna impossíveis as velhas formas de representação, como torna possíveis novas formas” (*Op. cit.*, p.373).

A produção da multidão também pode ser vista sob a forma de inteligência coletiva. Este termo possui atualmente diversos significados e está associado a uma série de campos de estudo. Um dos conceitos mais utilizados nos é oferecido por Pierre Lévy, em sua obra homônima. Para este autor, a inteligência coletiva é uma

inteligência distribuída por toda parte, incessantemente *valorizada*, coordenada em tempo real, que resulta em uma *mobilização efetiva das competências*. Acrescentemos à nossa definição este complemento indispensável: a base e o objetivo da inteligência coletiva são o *reconhecimento* e o *enriquecimento mútuos das pessoas*, e não o culto de comunidades fetichizadas ou hipostasiadas (LÉVY, 2000, p. 28-29 - grifos nossos⁵³)

Em sentido comparativo, Hardt e Negri relacionam a inteligência coletiva à inteligência de um enxame de abelhas, caracterizada pela convergência de forças independentes em direção a um ponto específico, seguida de sua dispersão. Novamente, a auto-organização em rede é o que ajuda a entender esse exemplo. Se observarmos o interior da rede formada pelo enxame de abelhas, encontraremos processos efetivamente organizados e coerentes, apesar da ausência de controle central. Tais elementos caracterizariam, portanto, uma espécie de “inteligência de enxame”.

Os atuais pesquisadores de inteligência artificial e métodos de informática empregam a expressão inteligência de enxame para se referir a técnicas coletivas e disseminadas de solução de problemas sem um controle centralizado ou o estabelecimento de um modelo global. Segundo eles, um dos problemas de grande parte das anteriores formas de pesquisa sobre inteligência artificial estava em presumir que a inteligência se baseava numa mente individual, ao passo que eles sustentam que a inteligência é fundamentalmente *social*. (...) A inteligência do enxame baseia-se fundamentalmente na *comunicação*. (...) Os enxames que vemos surgir nas novas organizações políticas em rede (...) são compostos por uma multidão de diferentes agentes criativos. O que adiciona várias camadas de

⁵² Ver novamente a nota 38.

⁵³ Lévy aponta ainda quatro tipos de “capitais” que constituem o modelo de inteligência coletiva: o capital social, o capital intelectual, o capital cultural e o capital técnico. Sobre esses temas, Cf. LÉVY, *Op. cit.* e 1999.

complexidade ao modelo. Os membros da multidão não precisam tornar-se o mesmo ou abdicar de sua criatividade para se comunicar e cooperar entre eles. (...) O que precisamos entender, portanto, é a inteligência coletiva que pode surgir da comunicação e da cooperação dentro de uma multiplicidade tão variada (2005, p. 130-133 – grifos nossos)

Resumindo a questão de forma muito sucinta, podemos dizer que a multidão se expressa pelo seguinte conjunto de perguntas e respostas: *O que é a multidão? Um determinado tipo de rede cujos nós são vistos e considerados em suas singularidades; Pelo que a multidão luta ou resiste? Por aquilo que as singularidades mantêm e constituem em comum; Como luta e resiste? Por meio da produção colaborativa e cooperativa das singularidades que a constituem.*

Depois do que foi exposto, tomamos essas três características do conceito de multidão como referência para observar a forma de ação e o potencial de transformação das iniciativas que se qualificam experiências da sociedade civil organizada. No sentido de delimitar nosso foco de análise, passamos agora a nos dedicar a um ramo específico de atuação da sociedade civil — o direito à comunicação, que será desenvolvido no próximo capítulo.

3. A sociedade civil e o direito à comunicação

“A comunicação tornou-se elemento central que estabiliza as relações de produção, orientando o desenvolvimento capitalista e também transformando as forças produtivas” (Hardt e Negri, 2006, p. 369)

3.1. Considerações preliminares sobre a investigação

Hardt e Negri afirmam que a multidão é “um projeto de organização política e, portanto, só pode ser concretizado mediante práticas políticas” (2005, p. 289). Buscando exemplos para realizar a nossa análise da atividade da sociedade civil organizada a partir do conceito de *multidão*, delimitamos uma área de atuação para orientar o nosso foco de estudo neste trabalho. Optamos por nos deter nas iniciativas que se referem ao direito à comunicação, ou, em outros termos, nos processos que defendem princípios de democratização da comunicação.

A escolha não é aleatória. A comunicação é um dos fatores hegemônicos do cenário político contemporâneo e perpassa todo o terreno da biopolítica. Como nos dizem os referidos autores, a nova ordem global — e suas expressões locais — não se estabeleceu por meio de acordos internacionais nem por arranjos de organizações supranacionais; na verdade, ela deve suas origens, pelo menos em parte, às indústrias de comunicação. A “substância política” do Império precisa constantemente se autovalidar e o faz, sobretudo, através dos meios de comunicação. Este processo é descrito por Hardt e Negri da seguinte forma:

A comunicação não apenas expressa mas também organiza o movimento de globalização. Organiza o movimento multiplicando e estruturando interconexões por intermédio das redes. Expressa o movimento e controla o sentido de direção do imaginário (...); em outras palavras, o imaginário é guiado e canalizado dentro da máquina de comunicação. (...) A mediação é absorvida dentro da máquina produtiva. A síntese política do espaço social é fixada no espaço de comunicação. É por isso que as indústrias de comunicação assumiram posição tão central. Elas não apenas organizam a produção numa nova escala e impõem uma nova estrutura adequada ao espaço global, mas também tornam imanente sua justificação. O poder, enquanto produz, organiza; enquanto organiza, fala e se expressa como autoridade. A linguagem, à medida que comunica, produz mercadorias, mas, além disso, cria subjetividades, põe umas em relação às outras, e ordena-as. As indústrias de comunicações integram o imaginário e o simbólico dentro do tecido biopolítico, não simplesmente colocando-os a serviço do poder mas integrando-os, de fato, em seu próprio funcionamento. (...) (a) produção comunicativa e a

construção da legitimação imperial marcham lado a lado e não podem mais ser separadas. A máquina é autovalidante, autopoietica — ou seja, sistêmica. Ela constrói tecidos sociais que esvaziam, ou tornam ineficaz, qualquer contradição (...) Nesta justaposição de produção pela linguagem, produção lingüística da realidade e linguagem de autovalidação reside uma chave fundamental para a compreensão da eficácia, validade e legitimação do direito imperial (2006, p. 51-53)

Nesse sentido, iniciativas que se voltam para questionar ou contestar a “função social” das indústrias de comunicação podem ser consideradas experiências com fins de resistência e de contestação da própria ordem imperial, mesmo que seu foco seja essencialmente local. Além disso, as lutas pelo direito à comunicação são relativamente recentes. Podem ser associadas a duas referências históricas centrais: primeiramente, às negociações internacionais sobre os desequilíbrios nos processos comunicativos, cujo ponto alto foi a redação do Relatório MacBride ainda na década de 70 do século passado, e, em seguida, às discussões em torno da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (CMSI), que ocorreu na passagem para o século 21.

Esses dois marcos — que serão apresentados e analisados mais à frente — repercutiram decisivamente na ação da sociedade civil no Brasil e em todo o mundo e, sobretudo, fizeram emergir o debate sobre os caminhos da incipiente sociedade da informação; o uso das novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) como ferramentas de emancipação social; e a necessidade da própria sociedade civil de incorporar as TICs em suas práticas políticas. De fato, no contexto da soberania imperial, a questão do direito à comunicação ganhou feições globais e locais — as quais, de alguma maneira, estavam sempre interconectadas.

Depois de apresentar as referências que difundiram o direito à comunicação e influenciaram a atuação da sociedade civil nesse campo, definimos como foco de análise — por uma questão de recorte metodológico — as iniciativas que se dedicam ao monitoramento da mídia utilizando como ferramenta privilegiada a Internet. Esse recorte se justifica pelo interesse em analisar casos em que a sociedade civil organizada revela a disposição e/ou reconhece a necessidade — pelo menos em tese — de liberar o pólo de participação em suas atividades, ampliando, assim, as possibilidades de formação e ação em rede e de transformação de suas práticas políticas. A princípio, a decisão pela utilização do ciberespaço como “ambiente” para disseminação de críticas à mídia — e ao mesmo tempo, pela completa abertura à participação da sociedade — pode ser considerada uma

estratégia fomentadora da lógica política e democrática da multidão. Nosso interesse se volta justamente para verificar essas possibilidades.

3.2. O “direito a comunicar” na geopolítica da segunda metade do século 20

É nos anos 70 do século passado que vamos encontrar as primeiras discussões em âmbito global sobre temas relacionados ao direito à comunicação. Impossível analisar a questão sem nos voltar à geopolítica da época, em que a Guerra Fria e o processo de descolonização e de realinhamento de diversos países dividiam e acirravam posições políticas e econômicas. Segundo Armand Mattelart (2002, p. 365), “(o)s anos setenta estão situados sob o signo do paradoxo. De um lado, a ofensiva em todas as direções das grandes unidades do capital transnacional; do outro, a crise da confiança no modelo de crescimento mundial da qual elas são os atores”.

Era sobretudo para as Nações Unidas que convergiam, desde os anos 60, as disputas e as reivindicações de diversos países do Sul — à época chamados de Terceiro Mundo — contra o modelo de crescimento da economia mundial e a resistência das “nações desenvolvidas” em relação às propostas para reverter as assimetrias entre o “centro” e a “periferia”. O cenário foi propício ao desenvolvimento daquilo que ficou conhecido como NOEI – Nova Ordem Econômica Internacional, um conjunto de análises e críticas dos “países não alinhados” (PNA) a favor de reformas nos fundamentos da ordem legal e econômica, incluindo o sistema de trocas internacionais, os mecanismos de concessões financeiras e tecnológicas, e as bases do direito internacional⁵⁴. Os PNA reconheciam que seus interesses transcendiam a tensão Leste-Oeste e, portanto, à Guerra Fria (MASTRINI e DE CHARRAS, 2005), e questionavam as bases da chamada “troca desigual”⁵⁵ entre as nações.

Na década de 70, quando “o discurso sobre a sociedade futura torna-se performático” (MATTELART, 2005), os governos do Sul — que se apresentavam sob uma aparente unidade de pensamento — assumem o discurso da centralidade dos temas ligados à comunicação para pôr em curso um projeto de reestruturação da ordem econômica

⁵⁴ A origem do movimento não alinhado tem como marco histórico a Conferência de Bandung, realizada na Indonésia, em 1955, e que reuniu representantes de cerca de 30 países asiáticos e africanos.

⁵⁵ Sobre a noção de “troca desigual” desenvolvida a partir dos anos 60, Cf. NEGRI e HARDT, 2005, p. 213-214.

mundial. Já que o poder econômico não podia mais ser dissociado da capacidade de produzir e distribuir informação (MATRINI e DE CHARRAS, *Op. cit*), o movimento não alinhado propunha, principalmente a partir de 1973, uma Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (NOMIC). As preocupações e posições de resistência da NOMIC giravam em torno da influência de três fatores — a concentração dos meios de comunicação, a perspectiva reducionista do conceito de livre fluxo da informação⁵⁶ e o “imperialismo cultural” das grandes nações — sobre questões que ainda rondavam o contexto político da época: a integridade cultural e a soberania política e econômica dos países (CRIS, 2005)⁵⁷. A proposta tinha a anuência e o apoio da Unesco⁵⁸ — organismo naturalmente entendido como “espaço” de disputa e intercâmbio multilateral devido à compreensão de que as questões ligadas ao campo da comunicação passavam pelos fenômenos da cultura (MASTRINI e DE CHARRAS, *Op. cit*). Nesse momento, a Unesco fomentava

(...) uma linha política para a comunicação que previa, para o desenvolvimento da imprensa, do rádio e da televisão, dos satélites e outras novas tecnologias de comunicação, uma intervenção explícita dos Estados nacionais, direta e indireta, fosse pela exploração de meios estatais de comunicação, fosse por regulamentos e normas diversas que ajustassem os eventuais meios privados aos programas, objetivos e metas que compunham o planejamento governamental para toda a sociedade (RAMOS, M. C., 2000, p. 29)

Além do argumento de que os governos precisavam rever suas políticas nacionais de comunicação e modificar sua estrutura burocrática nesse setor, defendia-se a idéia de que qualquer mudança de cenário só seria efetiva na medida mesma em que as práticas das corporações de mídia também pudessem ser questionadas e revistas. Pela primeira vez em palco internacional, as assimetrias de acesso e participação nos diferentes processos comunicativos começavam a ser discutidas como algo que afetava princípios dos direitos

⁵⁶ Para seus críticos, o modelo de *free flow of information*, em vigor desde a primeira metade do século 20, envolve a noção de informação como mercadoria e a prevalência dos fluxos de informação gerados pelos grandes meios. A crítica dos PNA se baseava, por exemplo, no diagnóstico de que “a informação que recebiam do mundo, mas também do que acontecia em seus próprios territórios, chegava processada por quatro agências internacionais (AP, UPI, Reuters, France Press)” (MASTRINI e DE CHARRAS, 2005). No contexto da época, era possível interpretar a doutrina do livre fluxo da informação como um mecanismo em consonância com os princípios econômicos de livre-mercado (RAMOS, M.C, 2000, p. 29). Como afirma BRITTOS (2005), o livre fluxo da informação não corresponde necessariamente nem à liberdade de informação nem à diversidade cultural.

⁵⁷ Cabe notar que a “defesa” dessas questões era uma tônica dos posicionamentos ainda embasados na já frágil perspectiva da soberania dos Estados-nação. Tratava-se, portanto, de uma orientação política que andava na contramão daquilo que a “soberania imperial” estava empreendendo simultaneamente.

⁵⁸ Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

humanos previstos em documentos como a Carta das Nações Unidas (1945) e a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). É justamente em torno da “necessidade de retificar os desequilíbrios de informação e abrir oportunidades comunicativas para aqueles que careciam de poder comunicativo” (PASQUALI, 2005) que começava a defesa de um novo conceito, reivindicado ainda em 1969 pelo então diretor de Rádio e Serviços Visuais da Oficina de Informação Pública das Nações Unidas, Jean D’Arcy: o direito a comunicar.

Chegará o momento em que a Declaração Universal de Direitos Humanos deverá se ajustar a um direito mais extensivo do que o do homem (sic) à informação, estabelecido há 21 anos no Artigo 19⁵⁹. Trata-se do direito do homem a comunicar. Este é o ângulo a partir do qual o futuro desenvolvimento das comunicações deverá ser considerado caso se deseje entendê-lo plenamente (D’Arcy *apud* CRIS, 2005⁶⁰)

Em 1976, uma declaração apresentada ao final da Assembléia Geral da Unesco, em Nova Dheli, não deixava margem de dúvida sobre o clima de disputa e descompasso entre as perspectivas dos eixos Sul e Norte em relação ao tema da comunicação:

A circulação atual das informações globais está marcada por uma grave insuficiência e um desequilíbrio. Os meios de comunicação estão concentrados em um punhado de países. Os outros são reduzidos a nada mais ser que receptores passivos das informações difundidas a partir de alguns centros. Esta situação perpetua a era colonial de dependência e de dominação (...) A maioria dos povos do mundo são reduzidos a conhecerem-se uns aos outros e a conhecerem-se a si mesmos pelo intermédio das grandes agências de notícias⁶¹.

Na tentativa de evitar confrontos em torno da polarização ideológica e buscando dar legitimidade às reivindicações pelas propostas de mudança, foi estabelecida, ainda em

⁵⁹ A saber: “(t)odo o homem tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferências, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios, independentemente de fronteiras”. O texto integral da Declaração está disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php>. Acesso em: 10 jan. 2008.

⁶⁰ Tradução nossa. O artigo de McIver et al. (2003) relata as críticas de Jean d’Arcy sobre a noção de direito à informação e as bases do que ele chamava de direito à comunicação. “Como d’Arcy afirmou, esse conceito (tradicional) de comunicação é inadequado na era das telecomunicações globais, na qual o indivíduo pode participar da comunicação horizontal e interativa. Ele reclamava que as pessoas estavam, por mais de cem anos, tão imersas na mentalidade da mídia de massa que aceitavam como normal o fluxo unilateral e vertical de informação não diversificada (...) d’Arcy percebeu o surgimento de novas estruturas tecnológicas e sociais que iriam substituir os antigos modelos de cada setor das comunicações de massa. As antigas estruturas dos setores da distribuição em massa seriam desestabilizadas e transformadas em um sistema unificado. A nova estrutura permitiria a comunicação interativa, horizontal e por vários canais entre indivíduos e grupos” (tradução nossa). Ilustrativo para esta dissertação é ainda outra passagem de D’Arcy sobre o artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, apresentada por Mattelart (2007): “Pois, hoje em dia, os povos sabem, e, se são mais difíceis de governar, é talvez porque o instrumento de comunicação, informação e participação que lhes oferecemos não corresponde mais ao mundo atual e ao avanço de sua técnica”.

⁶¹ Reprodução de excerto da declaração em MATTELART, 2002, p. 379-380.

1976, a Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação, conhecida como Comissão MacBride, devido ao nome de seu diretor, Seán MacBride⁶². A proposta da Comissão era empreender uma série de pesquisas e consultas a fim de definir diretrizes no campo da comunicação para as décadas seguintes. A crença — em larga medida ingênua — de que a Unesco poderia resolver diplomaticamente os debates orientou o texto da Declaração sobre Meios de Comunicação Massiva, de 1978, na qual a perspectiva do *free flow of information* foi combatida em favor de “um livre fluxo e uma divulgação mais ampla e equilibrada da informação” (CRIS, 2005⁶³). O ponto alto, entretanto, veio com o Relatório “Um Mundo, Muitas Vozes⁶⁴”, apresentado em 1980, durante a Conferência Geral da Unesco, em Belgrado, para o qual a noção de “direito a comunicar” defendida por D’Arcy serviu de base conceitual⁶⁵ (*Idem*).

Em menos de dez anos, a noção de “direito a comunicar” se tornou, assim, uma das questões centrais de uma disputa diplomática internacional. No início dos anos 80, poderíamos encontrar, notadamente, duas posições em relação ao Relatório da Comissão MacBride e às suas cinco áreas-chave: políticas de comunicação, tecnologia, identidade cultural, direitos humanos e cooperação internacional. Alguns acreditavam que, com esse documento, a NOMIC passava a contar com um “marco geral”, que trazia um conceito unificador — o direito a comunicar — em torno do qual seus defensores poderiam empreender suas reivindicações. Entretanto, os contornos políticos e econômicos que o mundo estava ganhando nesse momento já permitiam a outros grupos entender o relatório como um emaranhado de propostas utópicas que ganhou pouca atenção tanto no *front* jornalístico quanto no âmbito acadêmico e na área diplomática (MARQUES DE MELO, 2005)⁶⁶. Hamelink (*apud* Mastrini e de Charras, 2005) sintetizou os problemas que levaram o relatório ao “fracasso”: “falta de consideração dos contextos econômicos, sociais e culturais particulares, falta de clareza das propostas, a escassa análise das políticas

⁶² Jornalista e jurista nascido em Paris que recebeu o prêmio Nobel da Paz, em 1974, e o Prêmio Lênin da Paz, em 1977.

⁶³ Tradução nossa.

⁶⁴ Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0004/000400/040066fb.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

⁶⁵ Marques de Melo (2005) vê também no Relatório, a influência de outros três conceitos desenvolvidos por autores latino-americanos: a noção de “invasão cultural”, discutida pelo brasileiro Paulo Freire; o conceito de “comunicação alternativa”, desenvolvido pelo chileno Fernando Reyes Mata; e a perspectiva da “comunicação horizontal”, do boliviano Luis Ramiro Beltrán, que ajudou a fundamentar o conceito de direito à comunicação.

⁶⁶ O autor explica ainda que “(n)ão foi sem razão que ele (o Relatório MacBride) foi rotulado como ‘missão impossível’ por Nordestreng, líder da corporação mundial dos jornalistas e conceituado estudioso da comunicação internacional, que sugeria como inexequível a plataforma embasadora da Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação” (*Op. cit.*).

existentes naquele momento e a falta de diálogo com o principal destinatário das políticas de comunicação, a sociedade civil”. Conforme Murilo César Ramos (2000, p. 30), “(a)guardado como a solução para o impasse político ideológico em que o tema da *Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação* se metera, juntamente com o debate sobre as *políticas nacionais de comunicação*, o *Relatório MacBride* terminou por sucumbir ao dito impasse” (grifos do autor).

Coube aos principais “países alinhados” a tarefa de resolver a questão em contraofensiva. Em 1984, o presidente norte-americano Ronald Reagan — apoiado pelas corporações dos meios de comunicação e algumas organizações de classe correligionárias — protagonizou a saída dos Estados Unidos da Unesco, sob a alegação de que os países subdesenvolvidos e o organismo das Nações Unidas estavam tentando impor o controle governamental sobre os meios e suprimir a liberdade de imprensa⁶⁷. No ano seguinte, a Inglaterra seguiu o mesmo caminho, esvaziando de vez qualquer tentativa de interlocução diplomática. Em vários momentos, o conflito saiu do enfoque Norte/Sul e ganhou feições de disputa entre Leste/Oeste, com os Estados Unidos defendendo sua doutrina da livre informação e a URSS se aproveitando das reivindicações do Terceiro Mundo para legitimar sua política de fechamento dos fluxos de informação em seu território (MATTELART, 2002, p. 381)⁶⁸.

Se os anos 70 podiam ser vistos como um momento favorável à “união” do movimento dos países não-alinhados, na segunda metade da década de 80, a derrocada da URSS, o fim da Guerra Fria, a crise do modelo de geopolítica centrado nos estados-nação e o alastramento da forma soberana de Império mostrava a estabilização de uma nova correlação de forças e demandas. As diferenças políticas, econômicas e culturais dos países em desenvolvimento (que sob vários aspectos colocaram em risco a “unidade” de reivindicações e interesses); a percepção da necessidade de modernização da base material

⁶⁷ Aqui cabe mencionar a declaração de Hearst Junior, neto do magnata da imprensa americana da década de 20, William Randolph Hearst, por ocasião de uma reunião de países latino-americanos convocada pela UNESCO, em 1976: “A ameaça que pesa hoje sobre a imprensa livre é virtualmente mundial, e existe uma vasta conspiração internacional dirigida pela Unesco. Esta última é uma das agências anti-democráticas comandadas por Moscou que opera em Paris sob a bandeira das Nações Unidas... Nós, americanos, que compreendemos a grande necessidade de uma imprensa livre ... sem dúvida não estamos em posição de compreender o que significaria o fato de três quartos do mundo serem isolados de nós pelo black-out de notícias” (Cf. MATTELART, 2002, p. 380-381).

⁶⁸ A URSS, segundo Marques de Melo (2005), assinou com reservas a declaração final da Comissão MacBride. “Seu representante, Sergei Losev, denunciou o caráter ‘demasiadamente ocidentalizado’ do documento. Ele o acusava de manter o ‘empobrecimento das culturas nacionais nos países em desenvolvimento’, justamente por recorrer a ‘fórmulas já superadas e batidas como o conceito de livre fluxo da informação’”. Essas “ressalvas” foram inclusive publicadas no apêndice do Relatório MacBride.

de comunicação dos países (em acordo com o diagnóstico prospectivo e incisivo sobre a sociedade da informação); e alguns anúncios de apoio dos países desenvolvidos à infraestrutura de comunicações⁶⁹ ajudaram a reconfigurar — ou mesmo remover — posturas “ideológicas” e a definir a face não de um novo “alinhamento”⁷⁰, mas de uma adesão à lógica imperial que “relativizou” as posições dos governos sobre os meios de comunicação. Enfim, a dimensão — variavelmente legítima ou não — do interesse e da necessidade tratou de colocar a questão da comunicação nos trilhos unívocos da nova configuração política desenhada pelo Império global⁷¹.

O final dos anos 80 pode ser interpretado, portanto, como o enfraquecimento e o caso de todo o cenário que deu origem à NOMIC. Enquanto a Unesco perdia o papel de referência na discussão das questões relacionadas à comunicação e entrava em crise financeira devido à saída dos grandes membros provedores de recursos⁷², verificava-se o declínio dos debates sobre os desequilíbrios da informação e da comunicação no âmbito intergovernamental.

⁶⁹ Nesse sentido, vale trazer a colocação de Mattelart (2002, p. 381-382) sobre essa prática importante nos anos 70 e com repercussões sobre os anos 80. “O governo americano não teve nenhum empecilho em explorar esta disparidade, acenando (...) com um ‘plano Marshall de comunicações’ a fim de ‘facilitar o acesso dos países em vias de desenvolvimento à tecnologia de satélites’. O projeto permaneceu sem seguimento, mas o efeito do anúncio foi suficiente para realçar a diferença entre os países que optam pela panacéia técnica e aqueles que buscavam empurrar a interrogação sobre o modelo de comunicação e cultura aos confins de um modo de crescimento condenado a criar cada vez mais excluídos”.

⁷⁰ Nesse momento, já não fazia mais sentido falar de “alinhamentos ideológicos”; os próprios termos “Terceiro Mundo”, “centro”, “periferia”, conflito “Norte-Sul” perdiam a base que os sustentava, isto é, a dinâmica da Guerra Fria. Sobre o tema, Cf. Hardt e Negri (2006, p. 354-358).

⁷¹ Aqui cabe lembrar o que nos dizem Hardt e Negri (2005, p. 395-399), segundo os quais “passamos do governo nacional à governança imperial, da hierarquia de potências nacionais fixas às relações móveis e multiniveladas de organizações e redes globais”. Isso significa que “à medida que o Império se forma, a geopolítica deixa de funcionar”, pois a forma soberana imperial organiza uma rede única de controle do mundo.

⁷² Conforme Ramos, M.C. (2000, p. 31), “os anos 80 foram de considerável crise financeira para a Unesco, o que obrigou a organização a reduzir seus auxílios e a reorientar suas prioridades, eliminando progressivamente de sua agenda os chamados temas progressistas, de orientação terceiro-mundista”. Nesse sentido, vale chamar a atenção para a crise “institucional” não apenas da Unesco, mas do sistema das Nações Unidas como um todo. Segundo Hardt e Negri, o modelo de Nações Unidas baseado na “convergência da aspiração iluminista de um governo cosmopolita com um acerto democrático entre os estados-nação” estava exaurido após meio século de vida. “Depois de se verem tolhidas pela guerra fria e neutralizadas por sua própria incapacidade de romper com os mecanismos burocráticos em seu interior”, afirmam os autores, “as Nações Unidas caíram sob o domínio da única superpotência remanescente” (2005, p. 397-398). Numa avaliação dos autores sobre o ciclo de vida desse sistema, encontramos: “a vida das Nações Unidas (...) foi uma longa história de idéias, concessões e limitadas experiências voltadas mais ou menos para a construção de um arranjo supranacional (...) Certamente o domínio das Nações Unidas sobre a estrutura geral do projeto supranacional, entre 1945 e 1989, provocou algumas das mais perversas consequências teóricas e práticas. (...) Nas ambíguas experiências das Nações Unidas, o conceito jurídico de Império começa a ganhar forma (2006, p. 24).

A polarização dos debates da Unesco teve como efeito o distanciamento de numerosos países ditos do Norte em relação à problemática sobre a necessidade de regulamentar o espaço comunicacional mundial. Forçoso é constatar que praticamente nenhum elo se teceu entre o grito de alerta lançado por certos governos de países do Sul contra o modelo de expansão das grandes sociedades e redes multinacionais e as preocupações sobre este mesmo assunto das autoridades públicas de grandes países industriais (...) (MATELLART, 2005, p. 382)

Nos anos seguintes, afirma Marques de Melo (2005), “a própria NOMIC converteu-se em peça histórica. Em seu lugar, foi entronizado um programa de fomento às telecomunicações nos países em desenvolvimento”⁷³. Alguns acreditam que uma das principais lições da NOMIC foi a percepção de que o caminho para alcançar seus objetivos deveria “passar pela democratização dos meios e da comunicação e não através de esforços impulsionados pelo estado ou a indústria para criar novas ordens globais” (CRIS, 2005). Talvez não seja possível mensurar em que medida essa constatação foi ampla e oficialmente absorvida naquele momento, mas o fato é que na dispersão que se seguiu ao movimento de resistência intergovernamental do Terceiro Mundo, as temáticas que foram gestadas na NOMIC não se perderam por completo e passaram a envolver novos e velhos conceitos, estratégias de atuação e defensores.

Paralelamente à NOMIC, outros grupos da sociedade civil organizada, como ONGs, ativistas e organizações populares — tradicionalmente excluídos das discussões dos anos 70 por estarem à margem dos espaços de interlocução com os governos e, em muitos casos, ainda não legitimamente reconhecidos por estes — estavam, ainda que de forma latente, promovendo temas relativos à comunicação. Essas iniciativas, na maioria das vezes atuavam sem conhecimento umas das outras e de forma independente em relação ao embate travado em torno da NOMIC (*Idem*). Ou seja, suas abordagens não necessariamente seguiam as perspectivas desenvolvidas no seio da Unesco. Entre os anos 70 e o início dos 90, várias ações da sociedade civil ganhavam uma dimensão prática de luta que transcendia a defesa “oficial” dos direitos à liberdade de expressão e da liberdade de informação, e passavam a dar forma ao movimento pela democratização da comunicação. O descontentamento com o desequilíbrio das oportunidades de participação nos meios de comunicação, com a face uniforme das representações sociais que a mídia continuava construindo e com a assimetria no acesso ao conhecimento ganhava, por exemplo, a forma de rádios comunitárias, vídeos independentes e *softwares* livres, que se

⁷³ Essas iniciativas estavam alinhadas às propostas de construção de infovias (ou superestradas da informação), conforme visto na nota 29.

mostravam vias mais democráticas e participativas para os processos comunicativos. Como o conjunto das experiências ainda era incipiente, carecia de apoio mútuo e mesmo de estratégias de difusão, talvez haja exagero em afirmar, como Puntel *apud* Marques de Melo (2005), que “o povo se converteu em “novo agente social” da NOMIC. Mas, de fato, as iniciativas nesse sentido pareciam mais promissoras que o debate — por vezes polido, por vezes ferrenho — entre os governos buscando alcançar a “boa vontade” de outras nações e corporações midiáticas. Sendo assim,

(...) um conjunto diverso de atores começou deste modo, ou continuou, o questionamento das tendências nos meios, no conhecimento e nas comunicações, incluindo associações de meios comunitários, organizações baseadas na fé e ativas na área de comunicação, sindicatos internacionais, ONGs de Internet emergentes, grupos de ativismo e militância, que foram discutir temas tão diversos quanto a vigilância na Internet, concentração da propriedade dos meios de comunicação, censura comercial e excessos do *copyright* (CRIS, 2005 – tradução nossa)⁷⁴.

Os anos 90 do século passado assitiram, em seguida, a um movimento incipiente de interligação — seja na perspectiva da formação de redes de interesses seja no sentido de haver um maior mútuo conhecimento — entre os grupos voltados para as temáticas do direito à liberdade de expressão e, sobretudo, da democratização dos meios de comunicação. Não apenas os sistemas financeiros, os fluxos de capital e as estruturas de armazenamento de informação eram interligados pelas novas tecnologias; os fluxos de interesses dos diferentes grupos e ativistas também dispunham de novos mecanismos para se aproximar e exercer influência uns sobre os outros. “Gradualmente foi emergindo uma nova circunscrição com base na sociedade civil dedicada aos mesmos temas que tinham sido postos pela NOMIC, mas com perspectiva diferente” (*Idem*). Ganhava corpo, assim, o movimento em busca daquilo que começou a ser reivindicado por D’Arcy e pela NOMIC, isto é, o direito a se comunicar — ou, como será mais conhecido posteriormente, o “direito à comunicação”.

3.2.1 Sobre a legitimação do conceito de direito à comunicação

Inicialmente, cabe ressaltar que “direito a comunicar” e “direito à comunicação” não são usados necessariamente como termos sinônimos, apesar de extremamente

⁷⁴ Sobre essa nova prática da sociedade civil, Cf. ainda Marques de Melo (2005) e Biltreyst e Leye (2005). No plano “oficial”, cabe também mencionar a manutenção, entre 1989 e 1999, da chamada Mesa Redonda MacBride, que reunia uma vez por ano alguns personagens da sociedade civil, sobretudo organizações de jornalistas e acadêmicos que acompanharam os debates prévios sobre os direitos à comunicação.

relacionados. Alguns grupos, considerando as versões pejorativas criadas em torno da NOMIC — segundo as quais seus defensores estariam a favor do controle governamental da informação e do enfraquecimento da liberdade de imprensa —, prescindem do termo “direito a comunicar” para evitar associações ao contexto dos anos 70 e 80. Outros, a exemplo da Campanha CRIS (*Communication Rights in the Information Society*)⁷⁵, enfatizam o caráter complementar dos dois termos:

O direito a comunicar pode ser entendido como uma convocatória informal ao ativismo, chamando a um entendimento de sentido comum, às necessidades percebidas e às frustrações das pessoas na área de comunicação. Também pode ser usado em um sentido legal formal, no qual um ‘Direito a Comunicar’ deveria tomar seu lugar junto a outros direitos humanos fundamentais acumulados pelo direito internacional. ‘Direito à Comunicação’ é um termo útil que se relaciona de forma imediata com um conjunto de direitos humanos já existentes que são negados a muitas pessoas e cujo pleno significado só pode se realizar quando são considerados em conjunto, como um grupo inter-relacionado. O todo é maior que a soma das partes (CRIS, 2005, p. 23 – tradução nossa).

A adoção do termo “direito à comunicação” não é, portanto e obviamente, neutra. Refere-se à percepção de que o direito à liberdade de expressão e o direito à informação, tal como foram formulados em instrumentos legais e acordos nacionais e/ou internacionais, não conseguem dar conta de uma gama de circunstâncias e condições que limitam a efetividade dos direitos humanos. Por exemplo, o ideal a partir do qual se defende a noção de liberdade de expressão — grupo de indivíduos comunicantes, cada um com iguais direitos a conceber, transmitir e receber idéias dos outros e, portanto, acolher racionalmente decisões de benefício mútuo — deriva da percepção quase idealizada da sociedade como uma espécie de “clube de debate” (CRIS, 2005). Entretanto, como se sabe, as condições de acesso a esse “clube” estão longe de primar pela igualdade. Como já foi amplamente discutido, o que se verifica, na prática, é “uma sociedade na qual a maioria das interações entre pessoas estão grandemente mediatizadas e filtradas, na qual os meios de comunicação massiva, os governos, as corporações comerciais, os grupos de interesse especiais e muitos outros lutam pela atenção, buscando influir e controlar o processo de criação, o conteúdo e o fluxo das comunicações” (*Idem*, 2005, p. 25; Cf. ainda: SODRÉ, 2002, HABERMAS, 1984; MATTELART, 2005).

Enquanto a liberdade de expressão é um direito humano básico, o direito à comunicação preconiza que tal liberdade depende da conquista de determinadas condições

⁷⁵ A Campanha CRIS surgiu, em 2001, a partir de um conjunto de ONGs e movimentos que já lutavam pela democratização da comunicação. Mais à frente, a proposta da CRIS será novamente abordada.

que ultrapassam a existência de uma esfera pública, mas envolvem a disponibilidade de meios (recursos técnicos, dispositivos legais, espaços de interlocução, etc.) capazes de garantir o acesso e a participação de todo um conjunto de atores comunicativos no referido clube de debates ou mesmo a criação de múltiplos clubes de debates.

Para a Campanha CRIS, por exemplo, “os direitos à comunicação exigem que se criem na prática as condições necessárias para um ciclo positivo da comunicação. Este ciclo envolve um processo não de busca, recepção e transmissão, mas também de escutar e de ser escutado, de compreensão, aprendizagem, criação e resposta” (*Idem*, p. 24, tradução nossa). Dessa forma, o conceito de liberdade de expressão não dá conta de enfatizar as formas de expropriação da capacidade midiática nem das estratégias de controle e univocidade dos meios. A opção pelo termo “direito à comunicação” sugere tematizar “as condições para o pleno exercício da liberdade de expressão em uma sociedade mediatizada na qual o poder e o controle dos recursos são distribuídos de forma desigual” (*Idem*, p. 25, tradução nossa⁷⁶). O foco da reivindicação — que antes, no momento da Declaração de Direitos Humanos, por exemplo, se restringia ao “direito à voz”, ou seja, ao direito à liberdade de opinião e expressão — passa a abarcar os fatores que dizem respeito às possibilidades de acesso e à articulação das diversas vozes da sociedade.

À parte todo o percurso da estruturação e defesa dos direitos à comunicação percorrido por governos e/ou grupos da sociedade civil no Brasil e no mundo nos últimos 30 anos, antigas e novas questões têm sido apresentadas como argumentos para justificar a recorrência a esses direitos. As mudanças na sociedade a partir da disseminação e da centralidade das TICs e os diversos sentidos que ganhou a expressão “sociedade da informação” (e da comunicação) — serviram para reorientar os debates nesse sentido.

Importante observar como a agenda da sociedade da informação tem sido pautada e debatida oficialmente nos últimos anos e quais os diferentes projetos políticos que estavam sendo gestados em sua defesa. Por um lado, eventos como a Cúpula de Bruxelas, em 1995 — quando o G7 se reuniu pela primeira vez para discutir a “sociedade global da informação” juntamente com nomes fortes das indústrias de diversos setores, da informática à aeroespacial, sem a participação da sociedade civil organizada; e a Cúpula Okinawa — promovida em 2000 pelo G8 e que deu origem à “Carta sobre a sociedade

⁷⁶ O ponto de vista da CRIS está sendo aqui ressaltado por conta da influência desta campanha e da sua articulação com várias iniciativas da sociedade civil organizada no Brasil e no mundo.

Global da Informação”⁷⁷ — servem-nos de exemplos ilustrativos da defesa dos “grandes projetos de infra-estruturas planetárias” voltadas para economia global. Tais eventos serviram, de fato, para dar articulação política e ênfase ao *global information dominance*.

De outro lado, para muitos grupos e ativistas da sociedade civil, fortalecia-se a preocupação de que as propostas das grandes nações e empresas para uma “sociedade global” não previam nenhum tipo de reajuste nos desequilíbrios formais entre os países, muito menos no que se referia aos direitos à comunicação. A sociedade da informação tal como estava sendo defendida pela lógica imperial não trazia a apreensão quanto ao acirramento das assimetrias no acesso e na participação nos processos comunicativos. Quando muito, havia o discurso da preocupação e da necessidade em diminuir a “brecha digital”, o que, em si, não sugere a disposição de uma mudança estrutural, mas apenas o interesse em garantir que mais pessoas estejam aptas a participar — seja pelo trabalho, seja pelo consumo — do sistema global.

Enfim, a nova configuração de agentes sociais e profissionais começou a subtrair a questão das novas jazidas da riqueza imaterial do domínio das doutrinas e estratégias hegemônicas. Tornaram-se evidentes as diferenças de fundo que dividem o projeto plural de construção das “sociedades do saber”, por todos e para todos, tanto na esfera da produção quanto da circulação, e o projeto unívoco e abstrato de uma “sociedade global da informação”, que esquece as relações de força entre as culturas e as economias. (...) Mas, desde 2001, os quatro princípios-chave que fundamentam esse “direito à comunicação” — liberdade, diversidade, acesso e participação — estão no centro dos canteiros abertos pelo movimento social sobre a diversidade das expressões culturais e midiáticas. É a grande batalha atual (MATTELART, 2007)

Dessa forma, verificamos uma atual recorrência à defesa dos direitos à comunicação para discutir temas “clássicos” — como o predomínio dos meios corporativos; o papel cada vez maior dos meios de comunicação na formação de identidades e nos processos culturais; a ausência de diversidade na mídia; e as orientações das políticas públicas na área de comunicação. Mas a pauta contemporânea dos direitos à comunicação também passou a incluir a influência do *copyright*, que reafirma a propriedade intelectual e limita a comunicação e a disseminação de conhecimento; o acesso irregular às TICs; a distorção de direitos civis sob o pretexto da guerra contra o terrorismo; as ameaças de controle e censura na rede; as controvérsias entre *software* de código aberto e/ou fechado, entre outros temas (CRIS, 2005). É nesse sentido que o direito

⁷⁷ A Carta está disponível em: <<http://www.g7.utoronto.ca/summit/2000okinawa/gis.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

à comunicação tem sido acionado por uma agenda renovada de reivindicações da sociedade civil para a dita “sociedade da informação”.

Durante os preparativos para a Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (CMSI), em 2003 e 2005, o direito à comunicação retornou efetivamente à pauta dos debates internacionais. Afinal, desde o lançamento do Relatório MacBride até o final da CMSI, passaram-se 25 anos, e, no entanto

a distribuição dos recursos de comunicação não parece ter alcançado maiores níveis de igualdade. Tampouco estes recursos teóricos têm servido para evitar que a noção de Sociedade da Informação restrinja a discussão ao nível técnico, de engenharia e mercantil, isolado tanto da produção de sentido e da cultura, como dos problemas de distribuição da riqueza econômica e simbólica (MASTRINI e DE CHARRAS, 2005 – tradução nossa)

Como será visto à frente, várias questões debatidas na CMSI estão ancoradas nos mesmos problemas diagnosticados pela Comissão MacBride, cujo foco principal era a exclusão midiática de grupos, comunidades, povos e regiões (MARQUES DE MELO, 2005). A retomada desses temas se associava à clara intenção de fazer “frente à tendência e à visão mercantilista da sociedade da informação e impulsionar uma alternativa” (MASTRINI & DE CHARRAS, 2005).

No plano internacional, o Relatório MacBride e a CMSI balizam, portanto, o período em que a defesa do direito à comunicação vivenciou a transição da moderna geopolítica do século 20, baseada nos estados-nação, para as atuais configurações da soberania imperial. Fora dos eixos governamentais, as resistências locais e globais ao modelo assimétrico no fluxo das informações e da comunicação sempre existiram — muitas das quais impulsionadas por aquilo que Negri e Hardt chamam de multidão (forças da produção social). Mas, se no primeiro momento elas se encontravam isoladas, a etapa seguinte trouxe não apenas a possibilidade, mas a urgência de articulação. De fato, nos vinte e cinco anos de intervalo entre os dois marcos históricos do direito à comunicação, um outro ator vem tentando participar da cena principal: a sociedade civil organizada, tanto em âmbito local como global. Na prática, cada vez mais “global” e “local” se imbricam.

Dessa forma, cabe perguntar se a sociedade civil, tal como tem se apresentado em sua luta pelo direito à comunicação na sociedade da informação, tem conseguido alterar a correlação de forças do cenário atual; se suas estratégias de ação são adequadas para modificar, neutralizar, reverter ou causar algum impacto sobre seus alvos de crítica.

3.2.2. Direito à comunicação no Brasil

Antes de entrar nas discussões sobre a Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (CMSI), consideramos oportuno evidenciar brevemente como se deu a discussão do direito à comunicação em âmbito local. No Brasil, o movimento pelo direito à comunicação seguiu caminho semelhante ao que estava sendo trilhado no cenário internacional entre os anos 80 e 90. Em linhas gerais⁷⁸, os debates na Unesco e as discussões sobre as Políticas Nacionais de Comunicação tiveram relativa influência, no final dos anos 70 e na década de 80, sobre o meio acadêmico e sobre a formação de entidades de classe e/ou organismos regulatórios para os profissionais e meios de comunicação disponíveis na época.

No período que se seguiu ao regime militar e às mobilizações pela abertura política, encontramos um dos marcos iniciais — sob uma perspectiva institucional — do movimento pela democratização da comunicação: a criação da Frente Nacional por Políticas Democráticas de Comunicação (FNPDC), em 1983, cuja formação contava com jornalistas, estudantes, professores e representantes de entidades da sociedade civil, como a FENAJ, OAB, ABI e CNBB. O foco estava, sobretudo, na implementação de leis e políticas públicas para a regulação nos serviços de radiodifusão e para impedir a formação de monopólios das grandes empresas de comunicação. A articulação em torno do FNPDC marcou a formação, em 1991, do atual Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), e que teve como uma das suas principais contribuições a apresentação de propostas da sociedade para a Constituição Federal de 1988. Por outro lado, assim como no contexto internacional, não se pode creditar a discussão e a prática da luta pelo direito à comunicação apenas a essa base “institucional”. Apesar de já muito discutidas, cabe lembrar ainda as experiências de comunicação popular e alternativa — implementadas, desde a década de 60, por comunidades eclesiais de base e por outros grupos e movimentos, no campo ou nos espaços urbanos, que destacavam a questão do acesso e da participação da “audiência” nos processos comunicativos —, bem como as

⁷⁸ Ressaltamos que não é objetivo deste trabalho retomar a discussão sobre a trajetória do direito à comunicação no Brasil, o que já foi feito por outros autores e grupos em diferentes trabalhos, sejam eles acadêmicos ou mesmo documentos desenvolvidos pela sociedade civil organizada — havendo, obviamente, divergências de pontos de vista. Interessa-nos aqui levantar como o direito à comunicação surgiu no contexto da geopolítica da segunda metade do século 20, como ele foi apropriado e interpretado a partir da entrada em cena de diferentes visões sobre a sociedade da informação, e como passa a ser a luta da sociedade civil organizada, no ciberespaço, em nome desse direito. Para um levantamento da trajetória do movimento pela democratização da comunicação no Brasil, Cf. INTERVOZES, 2005.

iniciativas de resistência dentro da própria imprensa e em meios alternativos, no que diz respeito às tentativas de criação de espaços de livre expressão durante o regime militar. De toda forma, é praticamente unânime a percepção de que esses movimentos nascem e se desenvolvem fragmentados e que as tentativas de articulação resultaram em períodos intermitentes de avanço e retrocesso.

Murilo César Ramos (2007, p. 45-47) argumenta que hoje no Brasil podemos identificar duas instâncias convergentes em torno da democratização da comunicação. A primeira estaria relacionada ao FNDC, entidade liderada atualmente pela FENAJ, com base em nove estados, e de cuja coordenação executiva participam também a Federação Nacional dos Trabalhadores em Emissoras de Rádio e Televisão, a Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária, a Associação Nacional das Entidades de Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões e o Conselho Federal de Psicologia — além de ser formada por outras dez entidades da sociedade civil⁷⁹. A segunda frente, de origem mais recente, seria o Coletivo Intervozes, criado em 2002 e mais articulado com as questões internacionais através da ligação com a Campanha CRIS (*Communication Rights for the Information Society*). Parece-nos oportuno situar essa “segunda frente” de atuação já dentro do contexto das articulações em rede entre os movimentos locais e globais pelo direito à comunicação — uma espécie de efeito da globalização dos movimentos.

Em relação a ambos os casos, entretanto, Murilo César Ramos faz críticas sobre as suas formas de ação e articulação. No primeiro caso, aponta a forte tendência à representação empresarial, mesmo no “bloco da sociedade civil”; no segundo, o foco da crítica concentra-se na inspiração “estruturalista” e “fragmentadora” da forma de luta coletiva. De qualquer maneira, cabe aqui a referência à pesquisa “O Direito à Comunicação no Brasil”, realizado pelo Intervozes⁸⁰, que reúne análises sobre a legislação brasileira e o envolvimento do Estado e da sociedade civil para reconhecer e implementar políticas públicas pelo direito à comunicação. De fato, o relatório não traz avaliações e perspectivas promissoras e mostra como as várias iniciativas nesse sentido possuem “articulação frágil entre si” (INTERVOZES, 2005, p. 38).

⁷⁹ Informações disponíveis no site: <<http://www.fndc.org.br>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

⁸⁰ A publicação teve apoio da Fundação Ford e faz parte do Projeto de Governança Global, realizado através de articulação com a CRIS Brasil, braço nacional da Campanha CRIS. O relatório trata de questões como liberdade de expressão, pluralidade dos meios, propriedade intelectual, respeito à diversidade cultural, privacidade, acesso às tecnologias de informação e comunicação e participação da sociedade civil, focando-se em quatro pilares: esfera pública, uso do conhecimento e domínio público, liberdades civis na sociedade da informação e acesso equitativo a TICs.

Essas duas frentes e suas respectivas redes de atuação não se restringem a discutir questões referentes às políticas públicas no campo da comunicação. Seguindo a influência do debate em âmbito global, encontramos a recorrência a outros temas — ainda que sob enfoques diferentes — que perpassam o direito à comunicação, como o controle social sobre os meios de comunicação, a pluralidade de expressão, a apropriação das TICs, os limites à disseminação do conhecimento, a governança na Internet e a abordagem sobre os direitos humanos. É em torno dessas perspectivas e demandas que podemos entender a atuação da sociedade civil organizada no processo da CMSI.

3.3. A sociedade civil e a Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (CMSI)

“Ontem à noite, enquanto comíamos em um bar no centro de Túnis, um grupo de jovens nos interpelou com dureza. Que sentido tinha estarmos ali se nada mudará quando formos embora? Nesse pedacinho de liberdade que se criou quando ouvimos o que diziam, percebíamos seus sonhos, seus anseios e também sua desilusão”⁸¹

Há cerca de dez anos, a União Internacional de Telecomunicações - UIT (*International Telecommunication Union - ITU*), organismo técnico da ONU, começava a pleitear junto ao sistema das Nações Unidas a criação de uma cúpula para discutir em escala mundial temas afins e urgentes para a agenda dos países: tecnologias da informação e comunicação (TICs), governança na Internet, desenvolvimento, exclusão digital, concentração do controle das mídias, propriedade intelectual, ciência, segurança, entre outros. Na época, estava em jogo o debate sobre os fundamentos e os protagonistas de uma já evidente “sociedade da informação”. Logo, pairou a preocupação quanto aos riscos de celebrar uma cúpula com esses objetivos de forma excludente e unilateral⁸².

⁸¹ Excerto do texto “Onde estão todos?”, publicado na seção “Cadernos Especiais” da Rets (Revista do Terceiro Setor) sobre a segunda fase da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (CMSI), realizada em 2005 na cidade de Tunis. Disponível em:

<<http://arruda.rits.org.br/rets/servlet/newstorm.notitia.apresentacao.ServletDeSecao?codigoDaSecao=60&dataDoJornal=1132149082000>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

⁸² A página União Internacional de Telecomunicações (UIT) informa que esses tipos de “(c)onferências têm realizado um papel de suma importância no direcionamento do trabalho das Nações Unidas desde o seu início. (...) As recentes conferências a respeito de temas sobre o desenvolvimento, geralmente em forma de Cúpulas, dão continuidade a uma série de encontros que se iniciaram nos anos setenta e que abriram espaços em várias áreas. (...) Ao ganharem as manchetes dos jornais, elas ajudaram a moldar a opinião mundial e a

Inicialmente, a crítica fundava-se no receio de que, sob a regência da UIT, a cúpula seria constituída apenas por representantes dos governos dos países a ela associados e das empresas privadas de telecomunicações⁸³. Para Carlos Afonso, diretor de Planejamento e Estratégias da Rits (Rede de Informações para o Terceiro Setor), a UIT é “um organismo da ONU em que mais de 180 governos e cerca de 650 empresas de telecomunicações estão representados, mas que não se caracteriza (como aliás qualquer outra agência da ONU) pela democracia, transparência e pluralismo⁸⁴”. Havia ainda o temor de que a UIT assumisse a discussão sobre o controle da Internet⁸⁵ pautando-se exclusivamente por questões técnicas⁸⁶ e negligenciando a noção de uma sociedade da informação voltada para o desenvolvimento, a democracia e os direitos humanos. Diversos grupos da sociedade civil repudiaram essa emergente linha de constituição da cúpula e se articularam para garantir uma participação mais forte nos debates (SATHLER, 2005). Em resposta, a ONU precisou adotar mecanismos mais incluídos, uma metodologia conhecida como *multistakeholder*, que envolve “os públicos que têm algum interesse ou podem ser afetados pela atuação de uma empresa, governo ou OSC⁸⁷” (*Idem*)⁸⁸.

convencer líderes mundiais a apoiarem a realização das mesmas. (...) A participação de milhares de ONGs, cidadãos, estudantes, professores e empresários, tanto nos encontros oficiais como nos não-oficiais, tem transformado essas conferências em verdadeiros “fóruns globais”. As Nações Unidas têm encorajado tal iniciativa, pois é ciente da importância do apoio de vários setores da sociedade para a implementação das políticas em discussão” (tradução nossa). Entre os temas que estimularam a criação de Cúpulas da ONU estão: Infância (1990) Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992), Direitos Humanos (1993), População e Desenvolvimento (1994), Desenvolvimento Social (1995), Gênero (1995), Financiamento para o Desenvolvimento (2002), além da Cúpula do Milênio (2000). Disponível em:

<<http://www.itu.int/wsis/basic/un-summits.html>> Acesso em: 10 jan. 2008.

⁸³ Como explica Sathler (2005), nesse momento “(o) setor privado se entusiasmou com as possibilidades de contar com grandes investimentos públicos para a compra e instalação de equipamentos, treinamento e expansão da conectividade, além da abertura de novos mercados para seus produtos e serviços junto aos chamados ‘outros quatro bilhões’. Trata-se do segmento da população mundial tratado pela ITU como *information poors*, cujo acesso às TICs é pouco ou inexistente” (grifos do autor).

⁸⁴ Disponível em: <<http://www.vecam.org/article535.html>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

⁸⁵ Segundo Gustavo Gindre, coordenador geral do Instituto de Estudos e Projetos em Comunicação e Cultura (INDECS), “a burocracia da entidade (UIT) também se assustava com um meio de comunicação que, embora se utilize das redes de telecomunicações, não se sujeita às suas regulações”. Cf. <www.indecs.org.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=63>. Acesso em: 10 jan. 2008. Numa avaliação mais recente, o diretor executivo da Rits, Paulo Lima (2005), defendeu que “A UIT apostou muitas fichas e muito dinheiro — das doações das cerca de 700 empresas que dela participam — para assumir a governança da Internet”. Disponível em:

<<http://arruda.rits.org.br/rets/servlet/newstorm.notitia.apresentacao.ServletDeSecaoParaImpressao?codigoDaSecao=3&codigoDaNoticia=13426&dataDoJornal=1132347904000>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

⁸⁶ Sathler (*Op. cit.*) explica que a UIT foi, “originalmente criada para alocar o espectro de frequência de rádios, definir órbitas satelitais, estabelecer padrões tecnológicos de equipamentos de comunicação, facilitar acordos de tarifas compartilhadas entre operadoras internacionais e prover consultoria para países empobrecidos quanto à implementação de projetos de telecomunicações”. Outras informações sobre as funções da UIT, Cf. <<http://www.itu.int/net/about/index.aspx>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

⁸⁷ Organizações da sociedade civil, conforme usado pelo autor.

Em dezembro de 2001, depois de vários meses de negociações, controvérsias e consultas, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou, por meio da Resolução 56/183, a criação da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação - CMSI (*World Summit on the Information Society - WSIS*), sob organização da UTI⁸⁹. Numa iniciativa inédita até então, a ONU recomendou que a Cúpula contasse com a participação não só de governos, mas também das organizações não governamentais, do setor privado, da sociedade civil e dos meios de comunicação, além de representantes das Nações Unidas e de outras organizações internacionais⁹⁰.

“Pela primeira vez na história”, enfatiza Sathler (*Op. cit*), “uma Cúpula convocada pela ONU contou oficialmente com a participação das OSCs em todas as etapas da discussão”. Segundo Betancourt (2004):

A sociedade civil é convocada (para a CMSI) com o propósito de introduzir elementos de análise sobre as consequências e os impactos sociais, culturais e políticos do desenvolvimento da Sociedade da Informação. Do mesmo modo, fazer contribuições desde uma perspectiva democrática. É importante mencionar que o setor privado e a sociedade civil têm um caráter de observadores do processo oficial.⁹¹

Também ao contrário de outras cúpulas da ONU, a CMSI foi planejada em duas fases. A primeira seria realizada em 2003, em Genebra; e a segunda, em Tunis, dois anos depois. Cada etapa contaria com várias reuniões preparatórias, conferências regionais e temáticas e grupos de trabalho em âmbitos locais e continentais⁹².

A Cúpula de Genebra mobilizou cerca de 11 mil participantes de 175 países entre 10 e 12 de dezembro de 2003. Do encontro foram gerados uma *Declaração de Princípios*,

⁸⁸ Para mais informações sobre a metodologia *stakeholder*, Cf., por exemplo, <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Stakeholder>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

⁸⁹ A resolução está disponível em:

<http://www.itu.int/wsis/docs/background/resolutions/56_183_unga_2002.pdf> Acesso em: 10 jan. 2008. Na página da UIT, encontram-se também informações sobre “antecedentes e origens da Cúpula”, em uma perspectiva cronológica e institucional. Cf. <<http://www.itu.int/wsis/basic/background.html>> (mesma data de acesso).

⁹⁰ Para mais informações sobre os mecanismos de participação da CMSI, Cf. <<http://www.itu.int/wsis/participation/index.html>> Acesso em: 10 jan. 2008.

⁹¹ Disponível em <<http://www.nupec.org.br/downloads/cupulamndialparte1.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2008. A autora informa ainda que “(d)entro do processo da Cúpula, a sociedade civil reúne uma multiplicidade de grupos, movimentos, organizações e redes com diferentes experiências e visões sobre os temas que são abordados na CMSI (...). Nela incluem-se ONGs, membros do setor acadêmico, sindicatos, membros de governos locais, educadores, pesquisadores, voluntários, ativistas em diferentes áreas, povos indígenas, grupos de filantropia, entre outros”.

⁹² Todo o processo para a realização da Cúpula durou quatro anos (de 2002 a 2005), incluindo desde as primeiras reuniões preparatórias até o encontro final em Tunis. Para a visualização de um esquema do processo de preparação da CMSI, Cf. SATHLER (*Op. cit*).

que estabeleceu as aspirações da Cúpula quanto ao papel transformador das TICs na vida social e econômica, e o *Plano de Ação de Genebra*, que previa acordos e contribuições do governo, do setor privado e da sociedade civil. Entretanto, se por um lado a sociedade civil pôde comemorar como uma conquista a sua inclusão nos processos da CMSI, por outro, os resultados da Cúpula não foram tão profícuos em relação às suas demandas e questionamentos.

Na prática, foi mais um exemplo de que palavras podem ser lançadas aleatoriamente em uma *Declaração de Princípios*, mas cuidadosamente calculadas em um *Plano de Ação*, no qual predominou a visão pró-mercado. Em relação a esses documentos, Sally Burch, diretora-executiva da Agência Latino-Americana de Informação (ALAI) fez a seguinte leitura:

Os documentos finais são de várias formas uma colagem de posições contrárias. Os interesses do setor privado prevalecem em relação aos temas sobre infraestrutura e meio ambiente na Declaração de Genebra e no Plano de Ação, nos quais se nota um incentivo à competitividade e ao comércio digital, reforçando o atual regime dos direitos de propriedade. (...) os princípios expressos na Declaração nem sempre se harmonizam com as proposições do Plano de Ação. Por exemplo, o artigo primeiro da Declaração afirma o “desejo e compromisso comum em construir uma Sociedade da Informação centrada na pessoa e no desenvolvimento, na qual cada um possa criar, ter acesso, utilizar e compartilhar a informação e o conhecimento, possibilitando aos indivíduos, comunidades e populações atingir o seu potencial pleno para promover o desenvolvimento sustentável e melhorar sua qualidade de vida...”. Mas no seu primeiro artigo, o Plano de Ação limita a visão de atingir os objetivos de desenvolvimento a “promover o uso da TIC — produtos-base, redes, serviços e aplicações”. De forma semelhante, os objetivos contidos no Plano de Ação, que devem ser alcançados até 2015, são quase todos relacionados apenas à conectividade da TIC (...) diversos outros assuntos estão ausentes ou são abordados de forma inadequada e, de maneira geral, existe pouca coerência, o que indica que as tentativas de conciliar visões opostas podem gerar fortes contradições (tradução nossa)⁹³.

Conforme Burch, a conferência de Genebra gerou, portanto, “debates acalorados”, mas “compromissos mornos”. No plano internacional e local, as críticas eram evidentes. Paulo Lima, por exemplo, mencionou três pontos em torno dos quais “os documentos finais mal dissimulam o fracasso”: 1) a criação do Fundo de Solidariedade Digital — proposta rechaçada pelos países centrais que se negaram a assumir compromissos financeiros para apoiar nações mais pobres; 2) a privacidade e a liberdade na rede — questão desconsiderada em nome de uma dita cibersegurança; e 3) mudança no modelo de governança na Internet, cuja infra-estrutura central funcionava sob a regência do governo

⁹³ Original disponível em: <<http://alainet.org/active/5174&lang=pt>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

norte-americano — apesar da insistência na necessidade de desenvolver uma gestão da rede “multilateral, transparente e democrática, com a plena participação dos governos, do setor privado e da sociedade civil” (Cf. LIMA, 2004)⁹⁴. Tais questões continuaram sendo acompanhadas e debatidas nos anos subseqüentes.

A resposta da sociedade civil à CMSI veio sob a forma de uma “declaração alternativa”, adotada por unanimidade em Plenária no final do encontro de Genebra⁹⁵. Tratava dos pontos supracitados e reiterava questões e conceitos negligenciados (ou pouco enfatizados) pelos balanços oficiais, a exemplo da exclusão da noção de comunicação como direito humano e elemento constitutivo da sociedade da informação⁹⁶; a defesa da disseminação do *software* livre⁹⁷; os instrumentos de apoio às mídias comunitárias; a garantia da pluralidade e diversidade nos meios de comunicação tradicionais e o desenvolvimento sustentável baseado em direitos humanos. O documento, entretanto, circulou entre vários ativistas, redes, movimentos sociais e participantes da Cúpula, mas não ganhou adeptos fortes entre governos e grupos empresariais, como se poderia imaginar.

As expectativas e os esforços da sociedade civil voltaram-se então para o segundo momento da CMSI, que chegou a ser anunciada como “a cúpula das soluções”⁹⁸, já que nesse encontro, em novembro de 2005, seriam definidas as estratégias para alcançar as

⁹⁴ Para essa e outras avaliações da sociedade civil brasileira sobre a primeira fase da CMSI, Cf. o documento “Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação: um tema de todos”. Disponível em:

<<http://www.nupec.org.br/downloads/cupulamundialparte1.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2008; e Sathler (*Op. cit.*).

⁹⁵ O documento é intitulado “Declaração da Sociedade Civil – Construir Sociedades da Informação que atendam às necessidades humanas”. Está disponível em:

<<http://www.nupec.org.br/downloads/cupulamundialparte2.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

⁹⁶ Na realidade, a Declaração da Sociedade Civil utiliza o termo “sociedade da informação e da comunicação” como opção conceitual por entender a comunicação como aspecto crítico de qualquer sociedade da informação. Além da referida “declaração alternativa”, é interessante conferir a avaliação de Selaimen (2004) que, partindo do caso da CMSI, levanta algumas questões sobre a exclusão da “comunicação” do conceito de sociedade da informação, inclusive abordando episódios dessa discussão no âmbito da ONU. A autora destaca também a visão geral da sociedade civil sobre a noção de comunicação como direito humano. Cf. <<http://www.nupec.org.br/downloads/cupulamundialparte1.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

⁹⁷ O posicionamento da sociedade civil sobre os direitos de autor, patentes e marcas registradas (ponto 2.3.3.2 da Declaração) corrobora a opção pelo *software* livre. O documento enfatiza que os direitos de propriedade intelectual são concedidos para o benefício da sociedade, mais concretamente para fomentar a criatividade e a inovação. Entretanto, a “referência para determinar quais deles devem ser examinados e ajustados regularmente depende de em que medida satisfazem a este objetivo. Na atualidade, a maioria dos habitantes do planeta não tem acesso aos conhecimentos mundiais de domínio público (...). No lugar de ampliar e favorecer a divulgação dos conhecimentos mundiais, os últimos avanços tecnológicos estão privatizando cada vez mais a informação. As patentes estão sendo estendidas aos *softwares* (e inclusive a idéias) o que deu lugar a uma redução da inovação e o fortalecimento dos monopólios”.

⁹⁸ Conforme expresso na Declaração da Sociedade Civil e em vários outros documentos e matérias jornalísticas.

metas do Plano de Ação até 2015, além de acordos sobre diversas questões pendentes. A fase 2 da CMSI contou com várias instâncias prévias: quatro conferências regionais (África, Ásia-Pacífico, América Latina e Caribe, Ásia Oriental), três conferências preparatórias gerais (sendo a última dividida em duas etapas), além de três grupos de trabalho: o primeiro sobre financiamento para infra-estrutura e uso das TICs, intitulado TFFM⁹⁹; o segundo sobre governança na Internet, conhecido como WGIG (ou, em português, GTIG)¹⁰⁰, e o terceiro que funcionou como uma espécie de câmara de aconselhamento à presidência da CMSI.

O sistema de governança da Internet foi, sem dúvida, o ponto mais controverso durante todo o processo da CMSI, ganhando intensidade ainda na preparação da segunda fase da Cúpula¹⁰¹. O assunto merece ser destacado, sobretudo por ter relação com a posição do governo e da sociedade civil brasileira, e por servir de exemplo sobre como se dá a interlocução entre essas duas instâncias frente aos organismos internacionais e as forças de mercado¹⁰².

O relatório final do GTGI¹⁰³, apresentando em julho de 2005 com a intenção de traçar avaliações e recomendações técnicas sobre o tema, finalmente defendia — depois de novas controvérsias — dois posicionamentos centrais: primeiramente, que a governança mundial de qualquer componente da Internet não poderia estar sob a hegemonia de um único governo; em segundo lugar, que um fórum global era necessário e urgente, mesmo que no princípio tivesse apenas funções de aconselhamento e resolução de disputas (AFONSO, 2006a). Tais pontos de vista num documento que deveria refletir a posição de todos os países-membros envolvidos na CMSI desafiava diretamente o sistema de controle

⁹⁹ *Task Force on Financial Mechanisms*.

¹⁰⁰ *Working Group on Internet Governance* (Grupo de Trabalho sobre Governança na Internet).

¹⁰¹ Nesse sentido, é importante trazer a colocação de Sathler (2005), que parece bastante afinada com as duas principais noções de “governança” incorporadas pelos participantes da CMSI. Para o autor, “governança é mais que um conceito teórico. É um campo de conhecimentos e práticas que exigem uma abordagem multidisciplinar para sua compreensão. Para alguns, trata-se do *conjunto de regras, processos e práticas que orientam e estabelecem as relações formais de poder de uma organização com seus públicos ou entre governos e governados*. O risco dessa visão é que torna possível se exercitar a *governança* de acordo com o previsto pelas normas e, ainda assim, abdicar dos fins desejáveis e do bem comum, com prejuízo quanto à eficácia e equidade. Especialmente se quem regulamenta pode se beneficiar de alguma forma daquilo que é responsável por decidir. (...) Seguem-se as regras, mas perde-se o rumo. Outros preferem definir a *governança* com caráter normativo, cuja ênfase está no que caracteriza uma *boa governança*, que tem dentre seus atributos os seguintes: *abertura, transparência, comunicação proativa, participação, responsabilização/accountability, eficiência, eficácia e coerência*. Serve a qualquer tipo de organização e pode extrapolar o âmbito de um país” (grifos do autor).

¹⁰² Essa abordagem também nos servirá de exemplo ilustrativo sobre a forma contemporânea de soberania imperial.

¹⁰³ Disponível em: <<http://www.wgig.org/docs/WGIGREPORT.doc>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

da Internet pela ICANN (*Internet Corporation for Assigned and Numbers*) — instância criada em 1998, na Califórnia, e ligada ao Departamento de Comércio americano.

Como atesta o próprio *site*, a ICANN tem a função de estabelecer as regras do uso da Internet. Trata-se de “uma entidade sem fins lucrativos e de âmbito internacional, responsável pela distribuição de números de ‘Protocolo de Internet’ (IP), pela designação de identificações de protocolo, pelo controle do sistema de nomes de domínios de primeiro nível¹⁰⁴ (...) e com funções de administração central da rede de servidores”¹⁰⁵. A ICANN é, portanto, o organismo que regula, sob influência governamental americana, a chamada infra-estrutura lógica da Internet, de tal maneira que a entidade chega a ser comparada a uma “concessionária de serviços”, uma espécie de bolsa de valores ou uma corretora, “que aprova ou não uma nova combinação de letras como uma ‘commodity’” (*Idem*)¹⁰⁶.

O ponto alto do relatório do GTGI era, portanto, a defesa de um conceito de governança focado em uma perspectiva democrática, transparente e plural, ou seja, que garantisse a representação de todos os grupos de interesse no processo decisório (*Idem*). Sendo assim, o documento traz a seguinte definição:

A governança da Internet consiste no desenvolvimento e na aplicação (pelos governos, setor privado e sociedade civil, em seus respectivos papéis) de princípios, normas, leis, regras, procedimentos de adoção de decisões e programas comuns que moldem a evolução e a utilização da Internet¹⁰⁷.

Durante o período que antecedeu a CMSI de Tunis, a orientação multilateral do relatório do GTGI ainda incomodava alguns países, sobretudo, e obviamente, os Estados Unidos. A posição do governo brasileiro ganhou destaque no que dizia respeito à defesa do controle global das decisões que afetam as operações da Internet e à criação de um fórum

¹⁰⁴ O que significa o controle da concessão e do registro de macro-domínios de países (como o “br”) e de categorias de instituições e empresas (como o “.gov” ou “.com”).

¹⁰⁵ Cf. <<http://www.icann.org/tr/portuguese.html>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

¹⁰⁶ O autor evidencia ainda que essa atividade hoje consome praticamente todo o tempo e recursos da ICANN, que tem seu orçamento basicamente financiado pela distribuição de domínios. Evidentemente, isso a torna dependente e parte interessada nesse tipo de negócio. “Apesar dos esforços da ICANN para mostrar que é transparente e democrática”, explica Afonso, “alguns resultados de seu trabalho apontam em outra direção”. Ele cita, por exemplo, casos de indicação manipulada de dirigentes pelos membros do próprio comitê de nomeação da organização e a redelegação do domínio “.net”. Esse último caso, por exemplo, gerou várias polêmicas. Em 2005, a ICANN aprovou a redelegação desse domínio para a Verisign, empresa responsável por mais de 70% do mercado de nomes e domínios do planeta (AFONSO, 2006b), o que foi interpretado, inclusive internacionalmente, como um comprometimento à isenção dos interesses da ICANN. Disponível em:

<http://www.softwarelivre.org/downloads/Tangolomango2005_Software_Livre.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2008.

¹⁰⁷ Tradução nossa. O original do relatório do WGIG está disponível em: <<http://www.wgig.org/docs/WGIGREPORT.pdf>> Acesso em: 10 jan. 2008.

multistakeholder e permanente de discussão referente à governança da rede¹⁰⁸. Ainda na PrepCom III (reunião preparatória), realizada em setembro de 2005, a delegação brasileira, apoiada em grande parte pela sociedade civil, assumiu a coordenação do grupo de negociação dos chamados *like-minded countries* — os países que se manifestavam a favor do modelo multilateral de governança¹⁰⁹. Do outro lado, apoiando os Estados Unidos e apenas algumas modificações superficiais na ICANN, estavam a Argentina, Austrália, México, Uruguai, Japão, entre outros. O embate ganhou mais força quando a União Européia decidiu se colocar ao lado dos “multilateralistas”, isolando a posição dos Estados Unidos¹¹⁰ e gerando mais expectativas em relação à Cúpula¹¹¹.

O encontro final da CMSI, realizada em novembro de 2005 na cidade de Tunis, reuniu quase o dobro de participantes da primeira edição. Como resultados oficiais, chegou-se a um acordo sobre a criação do Fórum de Governança da Internet – FGI (*Internet Governance Forum*), uma instância formada por governos, empresas e sociedade civil. Entretanto, como os mecanismos de funcionamento desse fórum não foram definidos, a ICANN continua até hoje à frente do controle da *web*, numa clara demonstração de que a entidade saiu ilesa das discussões, apesar de todo o embate prévio. Entretanto, como se poderia esperar de um conflito marcado pela lógica imperial, a ampla aliança entre governos de países do Sul e da Europa, movidos, cada qual, por seus próprios interesses,

¹⁰⁸ A posição do governo brasileiro tomava por base, sobretudo, a experiência do Comitê Gestor da Internet (CGI.br – Disponível em: <<http://www.cgi.br/>> Acesso em: 10 jan. 2008). O embaixador e diretor do Ministério das Relações Exteriores, Antonino Marques defendeu que “(a) maneira como o CGI.br opera reflete precisamente o que temos dito nas reuniões de Genebra. (...) A filosofia que está por trás do modelo que funciona no Brasil deve ser a filosofia por trás do modelo que deve funcionar no mundo, em termos de governança da Internet. (...) Com o termo “inclusivo” queremos defender a participação de diversos setores: governo, setor privado, sociedade civil, academia”. Cf. <<http://www.c3fes.net/docs/papercmsibrasil.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

¹⁰⁹ Conforme relata o representante do Instituto Brasileiro de Direito e Política de Informática (IBDI), Pedro Antonio Rezende. Disponível em : <<http://www.cic.unb.br/~pedro/trabs/ibdi.html>>. Acesso em: 10 jan. 2008. O assunto foi tratado em vários jornais. Cf., por exemplo, matéria do Herald Tribune “*Tunisia chided over Web censorship*”, disponível em: <<http://www.iht.com/articles/2005/11/15/business/censor.php>>. Mesma data de acesso.

¹¹⁰ Ver matéria também do Herald Tribune, “*EU and U.S. clash over control of Net*”. Disponível em: <<http://www.iht.com/articles/2005/09/29/business/net.php?page=1>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

¹¹¹ Até aqui, os resultados desse embate, que poderiam ser vistos como uma vitória não só de governos, mas da sociedade civil local e internacional — sobretudo se considerarmos o papel que ela teve para o início e a continuidade da discussão sobre a governança na Internet, e a sua participação como instância *stakeholder* da CMSI — não tiraram de cena a discussão sobre outros temas caros aos movimentos sociais e às OSCs, mas que continuavam a ser relegados. Na verdade, ainda havia por parte de vários atores da sociedade civil, críticas em relação ao posicionamento dos governos e da própria CMSI (ver, por exemplo, o documento “O Brasil na Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação: visões, posições e reflexões sob o ponto de vista do governo e sob o ponto de vista da sociedade civil”, elaborado sob a responsabilidade da Fundação Friedrich Ebert. Muitas dessas preocupações se confirmariam na rodada final da Cúpula).

não alterou o controle da rede pelos Estados Unidos, ligados à sua doutrina da *global information dominance*.

Entre as demais “meias-conquistas” da CMSI Tunis, está a redação do *Compromisso de Tunis* e da *Agenda de Tunis para a Sociedade da Informação*¹¹². Mesmo reconhecendo avanços, em geral a sociedade civil novamente não se sentiu contemplada pelas definições da segunda fase da CMSI. O documento *Declaración de la sociedad civil sobre la CMSI - Mucho más se pudo haber logrado*, desenvolvido por meio de um processo global de consulta *on line* cerca de um mês após a CMSI de Tunis, deixou clara a insatisfação em relação aos mesmos pontos críticos pendentes na primeira edição da Cúpula: falta de compromissos com as políticas e os mecanismos de financiamento das TICs — sobretudo porque os documentos oficiais continuavam a expressar uma orientação “pró-mercado”; falta de detalhes sobre a criação do Fórum para a Governança na Internet (FGI); cerceamento da participação da sociedade civil em questões deliberativas; deslocamento da perspectiva de direitos humanos, excluindo também as temáticas transversais de gênero, raça e etnia; entre outros temas¹¹³. Gustavo Gindre, integrante da delegação oficial brasileira como membro do CGIBr, fez a seguinte avaliação sobre a participação da sociedade civil na CMSI Tunis:

Basta comparar o documento da sociedade civil com a Agenda de Tunis para perceber que esta última representa pouquíssimo as aspirações dos movimentos sociais e ONGs que estiveram na CMSI, o que significa que a sociedade civil não soube ou não conseguiu influenciar o debate travado nas pré-conferências (*PrepComs*) entre os diversos governos¹¹⁴ (GINDRE, 2005 - grifos nossos).

Em relação à Agenda de Tunis, Gindre apontou também: a ausência de temas como propriedade intelectual, mídias eletrônicas e convergência para a Internet; a prevalência da idéia de que, no mercado global das TICs, o Estado só deve atuar nos setores que não interessam às forças de mercado; e a falta de aplicações para os índices destinados a mensurar desenvolvimento e oportunidades digitais.

¹¹² Na página oficial da *UIT/World Summit on the Information Society*, estão disponíveis os documentos redigidos tanto nas duas fases da Cúpula (2003 e 2005) como nas diversas etapas preparatórias. Cf. <<http://www.itu.int/wsis/index.html>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

¹¹³ O texto integral do documento está disponível em: <http://www.apc.org/apps/img_upload/5ba65079e0c45cd29dfdb3e618dda731/Decl_Soc_Civil_CMSI_1.doc>. Acesso em: 10 jan. 2008.

¹¹⁴ Disponível em: <http://www.indecs.org.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=63>. Acesso em: 10 jan. 2008.

Diante desse rol de avanços “mornos” e muitas pendências, a trajetória da CMSI é importante para este estudo por dois motivos. Primeiramente, porque os resultados da Cúpula deixam transparecer a dificuldade de inserção da sociedade civil nos processos de reivindicação e negociação com governos e organismos internacionais, como a ONU e a UIT, na arena local e global. Havia um quê de esperança frustrada em relação à expectativa de reorientação da lógica pró-mercado e dos modelos fechados e hierarquizados de decisão nos quais o mundo está assentado. Ainda conforme Gindre, “(s)em poder participar das delegações oficiais e com pouca organização internacional (que conseguisse reunir os múltiplos interesses dispersos entre dezenas de ONGs e movimentos sociais), a sociedade civil terminou sendo um ator pouco ouvido no processo de construção da Agenda de Tunis” (*Op. cit.*).

De fato, a discussão em torno da governança da Internet no seio da UIT não deixa de manter fortes semelhanças com a luta contra o desequilíbrio dos fluxos de informações empreendida 25 anos antes pelo movimento de países não alinhados — cujo resultado final foi previamente abordado. Hoje os arranjos entre os países são outros, a presença da sociedade civil organizada já é claramente visível e a dimensão do interesse foge a alinhamentos ideológicos como os que existiam nas duas últimas décadas do século passado. Entretanto, como ver avanços em relação ao primeiro quadro desenhado no âmbito da Unesco?

Um cenário como esse inevitavelmente exige repensar temas caros à democracia, como o sistema de representação, a capacidade de decisão e a defesa de interesses. Além disso, permite colocar em questão as “tradicionais” formas de atuação da sociedade civil diante dos desafios da sociedade da informação e da lógica do Império. Com o episódio da CMSI, tornou-se cada vez mais imprescindível pensar na

tensão que a sociedade civil enfrenta em todo o mundo no campo da comunicação, dentre outros setores, relacionada com o confronto entre um viés institucionalizado, de expectativas num diálogo possível com governos e a iniciativa privada, e um mais característico das ações diretas implementadas por grupos diversos, articulados ou não, que implementam experiências de comunicação em eventos específicos ou no cotidiano (TAVEIRA CABRAL e VAZ CABRAL FILHO, 2006).

Em segundo lugar — e por outro lado —, à parte todas as controvérsias, desapontamentos e avanços obtidos com as fases da CMSI, um resultado pode ser creditado. A mobilização em torno da Cúpula, desde os seus primeiros passos no final dos

anos 90 do século passado até chegar aos eventos de 2003 e 2005, permitiu que conceitos e questões referentes aos direitos à comunicação na sociedade da informação entrassem de vez, e oficialmente, na pauta de discussões e reivindicações no Brasil e no mundo. Nas palavras do coordenador da Campanha CRIS, Seán Ó Siochrú, “a CMSI introduziu uma nova dinâmica na discussão e ação sobre os direitos à comunicação na sociedade civil” (CRIS, 2005, p. 20).

Conforme dito anteriormente, a agenda da sociedade civil sofreu um importante deslocamento com o amadurecimento da idéia de que as próprias TICs poderiam ser incorporadas como elementos-chave para superar (ou enfrentar) a orientação emergente de uma sociedade da informação pautada pelos interesses de mercado. A propagação das TICs era algo pelo que se lutava e, ao mesmo tempo, aquilo que poderia oferecer algum tipo de alternativa — não apenas técnica, mas também política e estratégica — à forma de atuação da sociedade civil, na medida em que as redes distribuídas e os fluxos de informação e comunicação podiam ser ampliados, ajudando a otimizar atividades, solucionar “entraves” tradicionais e promover ações coletivas disseminadas. Nesse sentido, vale considerar a posição do Geneva 03, uma rede de grupos e ativistas que desenvolveu um trabalho conhecido como *WSIS? We seize!* — voltado para a crítica e a mobilização social durante a primeira fase da CMSI:

Não acreditamos que a negociação e a súplica diante do altar das Nações Unidas produzirão autonomia de informação para todos. Em vez disso, nós estamos conquistando nossa autonomia agora, *usando os meios e tecnologias ao nosso dispor*: a Internet, redes ponto-a-ponto (*peer to peer*), software livre e de código aberto, infra-estruturas comunitárias sem fio, televisão e rádios piratas e comunicação em tempo real. Além de questionamentos sobre tecnologia de comunicações, *We Seize!* busca abrir uma ampla discussão sobre as novas condições sociais que formam o mundo atual, e *sobre as quais a CMSI tem pouco ou nada a dizer*: concentração de mídia, expansão de regimes de propriedade intelectual, *trabalho imaterial* e temporário e migração (tradução e grifos nossos¹¹⁵)

Em síntese, poderíamos dizer que a CMSI trouxe resultados para a própria sociedade civil, mas uma conquista limitada quando consideramos a relação (em larga medida perversa) que se estabeleceu entre sociedade civil e governos/organismos internacionais no âmbito da soberania imperial. Parece-nos que, nesse caso especificamente, as estratégias empreendidas pela sociedade civil organizada ainda

¹¹⁵ *WSIS? We seize!* poderia ser traduzido como: “CMSI? Nós a dominamos!” Cf. <<http://www.cris-italia.info/cris/a/2549.html>> Acesso em: 10 jan. 2008.

funcionaram dentro dos modelos de interlocução e enfrentamento que marcaram as antigas disputas intergovernamentais; não por acaso, os resultados de suas intervenções em âmbito global parecem alcançar os mesmos “progressos” dos países que lutavam contra a hegemonia das grandes nações. Como se sabe, a geopolítica do século 20, bem como os conceitos que a balizaram (fronteiras, identidades, estados-nação), há muito estão em crise; agora “os conflitos ou contradições internos do conceito de geopolítica devem ser reconhecidos como conflito entre multidão e a soberania imperial (a ordem global de poder e exploração)” (HARDT e NEGRI, 2005, p. 397), e não mais como anteriormente. Cada vez mais se faz necessária uma organização política alternativa que envolva novos fluxos e intercâmbios para a ação coletiva.

A resposta para o impasse talvez esteja em rever a forma de atuação e de resistência da sociedade civil. Nesse sentido, é essencial observar o uso estratégico que a sociedade civil pode fazer da crise da geopolítica, do seu potencial de ação em rede e de ação cooperativa, sobretudo através das TICs. A sociedade civil tal como tem se apresentado no cenário local e global parece precisar se (re)encontrar com a potência da multidão e abandonar estratégias previsíveis e pouco contundentes contra seus alvos de luta. E nesse sentido, a CMSI foi um exemplo global ilustrativo, mas as pistas sobre as limitações que impedem o progresso de várias de suas demandas podem ser vistas em outros exemplos globais, mas sobretudo nas atividades empreendidas localmente.

3.4 - A ação da sociedade civil pelos direitos à comunicação no ciberespaço

(...) “a habilidade ou inabilidade de as sociedades dominarem a tecnologia e, em especial, aquelas tecnologias que são estrategicamente decisivas em cada período histórico, traça seu destino a ponto de podermos dizer que, embora não determine a evolução histórica e a transformação social, a tecnologia (ou sua falta) incorpora a capacidade de transformação das sociedades” (Castells, 2001, p. 26).

Por influência direta ou indireta da CMSI, várias entidades — sobretudo as que já vinham, algumas há décadas, atuando pela defesa do direito à comunicação — começaram

a desenvolver no ciberespaço, com o suporte das TICs, iniciativas voltadas para a disseminação e conexão de seus princípios, propostas e estratégias de atuação.

O exemplo mais notório em âmbito internacional dessa “emergência” foi a criação da Campanha CRIS, em 2001, ao mesmo tempo em que se estava delineando a configuração da CMSI. Redes globais e regionais se juntaram no começo da década para estabelecer um campo de luta comum, buscando ampliar e transformar o debate sobre a sociedade da informação¹¹⁶. Os marcos conceituais e os objetivos da CRIS demarcam bem suas linhas de atuação em relação às visões e perspectivas sobressalentes na CMSI:

- Fortalecer o domínio público, assegurando que informação e conhecimento estejam disponíveis para o desenvolvimento humano e não encerrados em mãos privadas.
- Assegurar acesso e uso efetivo de redes eletrônicas em um ambiente de desenvolvimento, por exemplo, mediante a regulação sólida e inovadora dos investimentos públicos.
- Assegurar e estender os bens coletivos globais, tanto para difusão como para telecomunicações, com o objetivo de assegurar que estes recursos públicos não sejam comercializados com fins privados.
- Institucionalizar o manejo democrático e transparente da sociedade da informação em todos os níveis: desde o local até o global.
- Combater a vigilância e a censura governamental ou comercial.
- Apoiar meios comunitários e centrados nas pessoas, tanto os meios tradicionais como as novas mídias¹¹⁷.

Seguindo linhas de mobilização semelhantes, nos últimos anos do século passado e nos primeiros deste século, vimos surgir organizações civis, redes e institutos no Brasil dedicados a funcionar como espaços de discussão, crítica e monitoramento para oferecer um contraponto às perspectivas dos governos e das empresas no que diz respeito a questões já incorporadas à pauta dos direitos à comunicação, como: a) políticas públicas no campo da democratização da informação — sobretudo as que envolvem a concessão de licenças públicas para rádios e TVs, concentração dos meios de comunicação, acesso aos meios de produção e veiculação de informação, comunicação comunitária, convergência tecnológica e sistema público de comunicação; b) utilização estratégica de *softwares* livres; c) regime

¹¹⁶ Segundo OYEN et al. (2003), as organizações que iniciaram a Campanha CRIS são: ALAI, ALER, APC, AMARC, CAMECO, CCNS, EED International, ECCR, FEMNET, GlobalCN, IWCT, IPS, MediaChannel, PANOS London, Les Penelopes, People's Communication Charter, RITS, VECAM, WACC. A RITS é a única entidade sediada no Brasil. Entretanto, a maioria dessas entidades possui seções e trabalhos ligados ao Brasil e à América Latina e Caribe.

¹¹⁷ Disponível em:

<http://www.crisbrasil.org.br/apc-aa/cris/cmsi01.shtml?AA_SL_Session=01e802e03cd63bf764c994ce07e0410b&x=40>. Acesso em: 10 jan. 2008. Ver também a Carta da Campanha CRIS, disponível em: <http://www.crisbrasil.org.br/apc-aa/cris/projetos.shtml?AA_SL_Session=b671c946a831239bfd087337aa4b0329&x=165> (mesma data de acesso).

de direitos de propriedade intelectual; d) programas de inclusão digital; e) capacitação de ONGs, redes e movimentos para o uso das TICs; e f) controle social dos meios, incluindo questões sobre liberdade de expressão e imprensa, diversidade cultural, direitos humanos e monitoramento das mídias. Em geral, essas iniciativas vão encontrar no ciberespaço o ambiente privilegiado para a propagação de idéias e articulação em rede¹¹⁸.

Tais experiências configuram-se como importantes objetos de análise para identificar o tipo de uso que a sociedade civil está fazendo do ciberespaço a fim de alcançar seus objetivos; isto é, para verificar se a apropriação dessas ferramentas está permitindo renovar práticas e superar as limitações que a sociedade civil normalmente enfrenta junto às suas instâncias de interlocução política, sejam elas o governo, as empresas de comunicação ou a própria sociedade em geral.

Dentro desse universo de iniciativas da sociedade civil ligadas ao direito à comunicação, escolhemos nos focar nos casos de monitoramento e controle social da mídia no ciberespaço, dos quais tomamos por referência os ambientes virtuais *Ombuds PE* e *Ética na TV*, que serão descritos mais à frente. A opção por esses objetos se refere a quatro questões centrais. Primeiro pela centralidade da importância do alvo de crítica (os meios de comunicação) para a sociedade da informação, o direito à comunicação e a democracia. Segundo porque se trata de objetos com foco de crítica direto, isto é, no primeiro caso, a mídia imprensa pernambucana, e no segundo, a mídia televisiva de âmbito nacional. Terceiro, porque ambos voltam-se para o acompanhamento da mídia sob o eixo discursivo da comunicação como direito humano. E por último, por realizarem seu trabalho assumindo a postura de estarem abertos à participação da sociedade através da utilização do potencial dialógico e recursivo das TICs.

Partindo deste recorte metodológico e da observação das características de nosso *corpus* de estudo, orientaremos esta análise buscando entender se essas iniciativas são capazes de renovar os tradicionais modelos de atuação da sociedade civil; e como é possível articular essas experiências com o conceito de “multidão”.

¹¹⁸ Como exemplos de iniciativas nesse sentido, podemos citar: Intervozes (criado em 2003 - <<http://www.intervozes.org.br/>>); Observatório do Direito à Comunicação (criado em 2007 - <www.direitoacomunicacao.org.br/>); a CRIS Brasil (criada em 2004 - <<http://www.crisbrasil.org.br/>>); o Observatório de Políticas Públicas de Infoinclusão - OPPI (criado em 2003 - <<http://www.oppi.org.br/>>); entre outros.

4. Análise dos objetos a partir do conceito de multidão

(...) “a multidão tem uma estranha temporalidade dupla: sempre já e ainda não”
(Hardt e Negri, 2005, p. 286)

4.1. Em busca da delimitação dos objetos de análise

Considerando o que foi apresentando acima, é importante destacar algumas diferenças básicas entre as experiências que suscitaram o interesse para esta dissertação e outras iniciativas com fins semelhantes. Apenas com a preocupação de delimitar nosso objeto de estudo, evitando tecer uma análise que não seja apropriada para todos os casos, separamos as experiências de monitoramento da mídia em duas categorias: *os casos de análise deontológica* e *os casos de análise externa* — sendo estes últimos os exemplos que receberão nossa atenção desde o próximo tópico até final deste trabalho.

No primeiro grupo, encontramos os casos de monitoramento e crítica a serviço de uma *deontologia própria dos profissionais dos media* — com grande ênfase para os profissionais do jornalismo impresso, mas sem refutar os meios radiofônicos e audiovisuais. Trata-se de iniciativas que, ao realizar o acompanhamento e a análise dos produtos e do trabalho da mídia, buscam atender uma demanda social de supervisão dessa atividade, pautando-se, sobretudo por princípios, atributos e critérios que orientam (ou deveriam orientar) a atividade desses profissionais, como a noção de responsabilidade social de suas diversas categorias ou mesmo as normas prescritas nos códigos de ética que “regem” o exercício desses agentes¹¹⁹. Funcionam, em maior ou menor grau, dentro do

¹¹⁹ Vários documentos “institucionais” nos indicam os “princípios” de responsabilidade social dos profissionais de mídia e seus códigos de ética. Do Código de Ética da Federação Nacional de Jornalistas (FENAJ), por exemplo, poderiam ser extraídos alguns itens, como: divulgar informação precisa e correta, resguardar o sigilo de fontes, não obter vantagens pessoais por meio do exercício da profissão, atuar por presunção de inocência, não utilizar meios inadequados para apurar informações, ouvir o máximo possível de fontes para uma cobertura jornalística etc. Documento disponível na página da FENAJ: <http://www.fenaj.org.br/federacao/cometica/codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2008. Além destes, poderiam ser citadas as orientações e determinações do Código de Ética na ANJ (Associação Nacional dos Jornais), da Constituição Federal de 1988 (Título II, Capítulo I – Dos direitos e deveres individuais e coletivos; e Título VIII, Capítulo V – Da Comunicação Social); dos Estatutos da ABERT (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão), da ANER (Associação Nacional dos Editores de Revista) e da ABI (Associação Brasileira de Imprensa), a Lei de Imprensa, entre outros.

modelo de *media-watching*¹²⁰ (ou observatórios de mídia) para exercer seu trabalho de acompanhamento e/ou crítica.

Normalmente, esses casos ganham duas configurações principais, de acordo, sobretudo, com a natureza de seus realizadores: a) experiências de mídia sobre mídia, e b) iniciativas acadêmicas¹²¹. Na primeira subcategoria, como indica o próprio nome, encontram-se os casos em que a mídia é pauta de si mesma. Sua estratégia privilegiada de atuação é, portanto, a publicação de materiais elaborados, principalmente, por profissionais da área de Comunicação, além de especialistas e profissionais liberais de outras áreas que escrevem sobre produtos midiáticos e a própria mídia.

Em âmbito internacional, alguns exemplos poderiam ser citados, como a FAIR *Fairness and Accuracy in Reporting*¹²² (EUA), *Accuracy in Media* (EUA)¹²³, *Transparency*¹²⁴, *On the Media*¹²⁵ e *Media Channel*¹²⁶. O exemplo brasileiro mais emblemático é o Observatório da Imprensa¹²⁷ (OI), que surgiu primeiramente na Internet, em 1996, e só em seguida ganhou espaço na TV e no rádio. Outra iniciativa local que pode ser destacada é o Fazendo Media¹²⁸, página que existe desde 2004, funcionando paralelamente com um *blog* e um jornal mensal. Esses casos, citados apenas a título de exemplificação, têm em comum as seguintes características: a) estrutura própria de veículos de comunicação — com equipe de edição, organização por editorias e mecanismos de propaganda comercial; b) funcionam como fonte alternativa de informação jornalística; c) têm como meio privilegiado de atuação o ciberespaço; e d) normalmente estão abertos à participação do público¹²⁹.

¹²⁰ Segundo a página do Observatório da Imprensa, “(a) idéia do *media-watching* surgiu nos Estados Unidos agregando-se às experiências anteriores do *ombudsman* e do *media-criticism*, como forma de sensibilizar a comunidade e os profissionais da mídia para a complexidade da função jornalística na sociedade moderna”. Disponível em: <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/objetivos.asp>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

¹²¹ Num estudo sobre casos latino-americanos de monitoramento da mídia, Damas e Christofletti (2006) colocam tanto os exemplos que aqui chamamos de experiências de “mídia sobre mídia” quanto as experiências acadêmicas dentro da categoria de “observatórios de meios”, incluindo aí também as iniciativas realizadas por organizações não-governamentais. A diferenciação dos objetos é feita apenas no momento da explicação de cada observatório analisado na pesquisa. Para nós, a diferenciação prévia é importante porque irá nos ajudar a demarcar melhor nossos objetos de análise, conforme será visto mais à frente.

¹²² Cf. <<http://www.fair.org/index.php>>

¹²³ Cf. <<http://www.aim.org/>>

¹²⁴ Cf. <<http://www.transparencynow.com/>>

¹²⁵ Cf. <<http://www.onthemedias.org/about/>>

¹²⁶ Cf. <<http://www.mediachannel.org/>>

¹²⁷ Cf. <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/>>

¹²⁸ Cf. <<http://www.fazendomedia.com/>>

¹²⁹ Cf. Anexo 1 com a apresentação dos *casos de análise deontológica / mídia sobre mídia*, em um quadro onde estão organizadas informações sobre os exemplos supracitados, como objetivos/propostas, responsáveis/realizadores e instrumentos de atuação.

Nas iniciativas vinculadas ao meio acadêmico, teríamos como exemplo, no Brasil, o Monitor de Mídia¹³⁰, o Canal da Imprensa¹³¹ e o Mídia & Política¹³². São experiências mantidas por estabelecimentos de ensino superior, no âmbito dos cursos de graduação e/ou pós-graduação em Comunicação Social, que funcionam como instrumentos ou projetos de pesquisa acadêmica para a discussão e acompanhamento da prática jornalística e midiática¹³³. Também utilizam, preferencialmente, o ciberespaço para projetar seus diagnósticos de análise.

Em síntese, poderíamos dizer que os *casos de análise deontológica* são mantidos por “setores especializados” no trabalho da mídia — seja a academia, seja a própria categoria profissional — que reivindicam para si o papel de monitorar a atividade dos profissionais e os produtos dos meios de comunicação. É importante notar que, embora possamos destacar características sobressalentes nos dois “formatos” que a *análise deontológica* encarna, todas as iniciativas brasileiras supracitadas tiveram como pano de fundo inicial a academia, inclusive o Observatório da Imprensa e o Fazendo Media — iniciados pelo Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e pela TV Universitária da Universidade Federal Fluminense, respectivamente¹³⁴. Com o tempo e desenvolvimento de seus trabalhos, essas experiências foram estruturando-se como “veículos sobre mídia”, de certa maneira atuando de forma independente do universo acadêmico.

Saindo dos *casos de análise deontológica*, encontramos os *exemplos de análise externa*. Nesses casos, a deontologia dos profissionais da mídia não é descartada, mas é acionada e questionada por outros atores da sociedade civil, ou seja, por organizações *externas ao universo tradicional dos media*, que reivindicam determinadas condutas (baseadas na noção de direitos humanos e de desenvolvimento sustentável, por exemplo) a fim de dar ênfase a uma deontologia mais ampla para o jornalismo. Fundamentados em seu papel de “representantes” da sociedade (ou de alguns de seus grupos), esses atores/organizações/entidades visam exercer um tipo de pressão externa sobre os meios de comunicação, tentando influir sobre a agenda dos meios, discutindo suas abordagens,

¹³⁰ Cf. <<http://www.univali.br/default.asp?P=1057>>

¹³¹ Cf. <<http://www.canaldaimprensa.com.br/>>

¹³² Cf. <<http://www.midiaepolitica.unb.br/>>

¹³³ Cf. Anexo 2 com a apresentação dos *casos de análise deontológica / iniciativas acadêmicas*, dispostos no mesmo tipo de quadro a que nos referimos na nota 129.

¹³⁴ Ver novamente o Anexo 1. Nesse sentido, se considerarmos o conceito de sociedade civil proposto pela ONU, que inclui o setor acadêmico, esses exemplos poderiam ser vistos como experiências cuja origem está na sociedade civil.

apresentando deficiências, apontando êxitos, etc. É nesse grupo que se encontram os nossos objetos de análise — o *Ombuds PE* e o *Ética na TV* —, a partir dos quais teceremos uma avaliação sobre a atuação da sociedade civil no ciberespaço.

Cabe observar que a classificação proposta acima não se baseia em uma taxonomia orgânica e fechada que pretende identificar e descrever (quantitativa ou qualitativamente) a totalidade das características dessas iniciativas (natureza, organização, articulação, posição ideológica, formas de atuação, tipos de análise que realizam, etc.). Também não queremos indicar uma valoração qualitativa das experiências ao escolher uma ou outra “categoria” para nosso objeto de análise. Nosso esboço de “classificação” serve apenas, como já dissemos, para fazer uma delimitação do *corpus* de pesquisa que nos ajude a compreender as motivações, o “lugar de onde se fala” e os tipos de reivindicação dessas experiências para, assim, entender melhor suas estratégias de atuação enquanto casos da sociedade civil organizada. Os exemplos supracitados de maneira alguma se refutam, mas se complementam em termos de iniciativas da sociedade civil. Todos podem ser vistos dentro do viés de crítica da mídia e defendem que os produtos dos meios de comunicação sejam compreendidos como serviço público passível de supervisão e constante avaliação.

Encerrando este tópico, cabe resumir duas características preliminares do *Ombuds PE* e do *Ética na TV*: a) o fato de serem mantidos, prioritariamente, por organizações da sociedade civil organizada externas ao meio especializado da mídia; e b) a demanda pela participação de outros grupos/pessoas a fim de funcionar como uma rede de monitoramento com outros atores da sociedade civil (organizada ou não), a partir das TICs.

4.2. Observações sobre a metodologia de análise

Tomando como referência o conceito de *multidão* — suas características quanto à estrutura de organização, à motivação comum e ao tipo de produção desencadeada —, vamos analisar como se dá a atuação de iniciativas da sociedade civil organizada, especificamente do *Ombuds PE* e do *Ética na TV*, em seus respectivos ambientes virtuais, verificando se essas experiências empreendem ou articulam características desse conceito em seus trabalhos de monitoramento da mídia. Cabe considerar que as análises aqui apresentadas foram elaboradas a partir da observação semanal da produção desenvolvida nas referidas páginas no período compreendido entre maio e setembro de 2007.

Ressaltamos que nosso foco de atenção recai também sobre *o uso que os grupos da sociedade civil fazem (ou se limitam a fazer) do potencial da topologia do ciberespaço*. A princípio, o interesse em estender a forma de luta para o ciberespaço indica a intenção de trazer para o seu projeto político de atuação as possibilidades democráticas da *web*, entre as quais a utilização de uma estrutura de rede que permite a conectividade generalizada com outros “nós” que mantêm interesses afins, a liberação do pólo de emissão de informação e a perspectiva de uma comunicação libertária e de trabalho colaborativo. Considerando que as tecnologias são políticas na medida em que têm inclinações que podem ser facilmente esvaziadas por certas políticas e práticas (SHAPIRO, 2000, p. 14), nossa intenção consiste em conhecer o uso político e social que esses objetos fazem do ciberespaço.

Interessa-nos aqui verificar se essas iniciativas exploram ou não o conjunto de possibilidades proporcionadas pelo ciberespaço e verificar se a ação empreendida dentro desses ambientes fomenta um espaço para a articulação da multidão. Trata-se, na verdade, de fazer para os objetos a seguinte pergunta: a ação no ciberespaço reflete ou projeta uma transformação da atuação da sociedade civil? Em outras palavras, o que tem sido feito com a oportunidade de utilizar o dispositivo técnico disponível, ou seja, as redes multinodais, descentralizadas e rizomáticas, que podem ser interpretadas como potências renovadoras de emergência, ação e convergência da multidão?

No que se refere ao conceito de *multidão*, nossa análise se baseou nas três características centrais — observadas no segundo capítulo deste trabalho — que, para nós, balizam a sua especificidade em relação a um projeto de transformação e resistência: a ação em rede, as formas de identificação e mobilização do comum e a produção cooperativa.

4.3. Apresentação e análise dos casos de monitoramento da mídia realizado pela sociedade civil no ciberespaço

4.3.1. Ombuds PE

O *Ombuds PE* é uma iniciativa da organização não governamental pernambucana Centro de Cultura Luiz Freire (CCLF)¹³⁵, fundado em 1972. A página institucional da entidade informa que sua “missão” é “contribuir para a radicalização da democracia na sociedade, promovendo a expansão, qualificação e consolidação da participação cidadã e da prática dos Direitos Humanos, vivenciados como um processo educativo e cultural”. Em seus mais de 35 anos de existência, o CCLF participou da fundação do Movimento Nacional de Direitos Humanos – MNDH, integrou o movimento pró-constituinte; colaborou na elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente; deflagrou a prática do monitoramento de políticas públicas na área de justiça e segurança; participou da criação da Associação Brasileira de ONGs - Abong; desenvolveu práticas educacionais no âmbito da leitura, educação infantil e específica para povos indígenas e quilombolas; entre outras atividades. Atualmente, reúne uma equipe de cerca de 60 pessoas, entre sócios e corpo técnico, coordenação e administração. Sua abrangência de atuação é o estado de Pernambuco, mas na Região Nordeste realiza “intervenções diretas nos estados da Paraíba e Ceará e, do ponto de vista nacional, funciona através de *ações em rede, movimentos, campanhas e articulações*”¹³⁶. De fato, o CCLF se tornou uma instituição de referência de ação política da sociedade civil tanto em âmbito local quanto nacional, de maneira que suas estratégias e áreas de atuação têm sido reconhecidas e apoiadas por várias outras instituições.

Na lista de seus parceiros estão redes e grupos de alcance nacional e internacional: CRIS Brasil (*Communication Rights in the Information Society* – Direito de Comunicação na Sociedade da Informação), Fórum Social Mundial (FSM), Fórum Social Brasileiro, Campanha Nacional pelo Direito à Educação e Mieib (Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil). O grupo de apoiadores inclui instituições e entidades dos setores público e privado, como o Instituto C&A, Fundação Ford, Novib, Save The Children, Terre des Hommes, Fundo Cristão, Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação (FNDE), Fundo Municipal da Criança e Adolescente de Olinda, Governo do Estado de Pernambuco (Fundarpe e Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos), Prefeitura de Olinda (Secretaria de Políticas Sociais), Governo Federal -

¹³⁵ Cf. <<http://www.cclf.org.br/>>

¹³⁶ Grifo nosso para destacar a apropriação da noção de trabalho em rede que, normalmente, é característico desse tipo de organização.

Secretaria de Promoção e Igualdade Racial e Ministério da Cultura, e Fundação Kellog¹³⁷.

Segundo o próprio *site* institucional, o “CCLF tem como foco os *direitos à comunicação*, educação e cultura, e a democratização da gestão pública” (grifo nosso). No que diz respeito aos direitos à comunicação e ao uso da comunicação como estratégia de transformação social, uma das iniciais (e principais) iniciativas do CCLF foi a TV Viva¹³⁸ — primeira televisão de rua da América Latina. Implementada em 1984, a TV Viva tinha os objetivos de descentralizar a produção e a veiculação de informações, baseando-se nas “reivindicações e ações culturais, políticas, sociais e econômicas das organizações populares — sindicatos, associações de moradores, grupos de mulheres, de jovens, de pequenos agricultores, indígenas e quilombolas”. Era, claramente, uma iniciativa contra o sistema oficial de comunicação brasileiro, mantido por poucas empresas que promoviam, à sua maneira, a “integração” do País via redes de comunicação e emissoras de rádio e TV. Em mais de 20 anos de trabalho, a TV Viva produziu documentários, vídeos de ficção e animações sobre diversas temáticas¹³⁹ e continua atuando como “braço” do Programa de Comunicação do CCLF.

No início desse século, ainda dentro da linha dos direitos à comunicação, mas já incorporando o discurso da urgência de redefinição desses direitos no cenário proposto pela sociedade informacional e lançando mão das possibilidades das TICs, o CCLF “atualizou” sua frente de trabalho e sua plataforma de ação. Em 2004, criou a página *Ombuds PE*, que nasce do diagnóstico do CCLF sobre a necessidade de “diálogo entre os movimentos sociais e a grande mídia”. Essa proposta somada ao pertencimento do CCLF à rede internacional CRIS evidenciam a linha de pensamento que orienta a entidade, fortemente ligada ao histórico e às mudanças nas lutas da sociedade civil organizada pelo direito à comunicação, conforme apresentado no capítulo anterior.

O nome do *site* faz menção ao termo *ombudsman*, cargo que as principais empresas jornalísticas brasileiras já possuem e que se destina, pelo menos em tese, à elaboração de

¹³⁷ Todas as informações foram retiradas do *site* do CCLF. Disponível em vários *links* da página <<http://www.concepto.com.br/cclf/centro.php>>. Acesso em: 10 jan. 2008. Na página estão disponíveis ainda informações sobre histórico, estratégias de intervenção, objetivos institucionais, linhas de ação, publicações, etc.

¹³⁸ Cf. <<http://www.tvviva.org.br/>> Acesso em: 10 jan. 2008.

¹³⁹ Durante dez anos, uma das estratégias da TV Viva era a exibição mensal de seus programas “diretamente para a população-alvo, em praça pública, através de telões, em bairros da Região Metropolitana do Recife e em cidades do interior de Pernambuco”. Informações retiradas da página da TV Viva.

artigos que representem os interesses dos leitores e da sociedade em relação a tudo o que é publicado no jornal¹⁴⁰.

A estratégia de atuação do *Ombuds PE* é bastante elementar: uma equipe do corpo técnico do CCLF, formada inclusive por jornalistas, acompanha os três principais jornais pernambucanos — a saber, Jornal do Commercio, Diário de Pernambuco e Folha de Pernambuco —, e utiliza sua página na Internet¹⁴¹ para publicar apreciações (em geral curtas e objetivas) sobre a maneira com que os direitos humanos são tratados nesses veículos de comunicação. Ivan Moraes Filho, um dos responsáveis pelo trabalho de crítica e monitoramento da mídia no *Ombuds PE*, definiu assim a atividade:

A dinâmica, simples. Ler os três maiores jornais pernambucanos, encontrar textos que gerassem comentários relevantes. Buscar consensos entre a equipe ou com parceiros e parceiras de fora, dependendo do tema a ser tratado. Publicar a nota no *site* e esperar pelos comentários de leitores e leitoras¹⁴².

As críticas sobre a mídia pernambucana são publicadas no *Ombuds PE* entre segunda e sexta-feira, mas podem se referir a matérias e reportagens veiculadas em quaisquer dias, inclusive nos finais de semana. Na seção “O que é o *Ombuds PE*”, a equipe de produção da página informa que:

A partir das análises feitas pelo CCLF, todos(as) os(as) leitores(as) podem comentar. Concordar, discordar, acrescentar. Este não é um espaço onde há verdades absolutas nem uma disputa do “bem contra o mal”. É um fórum democrático de discussão aberta que visa a melhorar o tratamento dado aos direitos humanos pelos nossos veículos de comunicação (grifos nossos)¹⁴³.

¹⁴⁰ Segundo o *site* da Folha de S. Paulo, primeiro jornal latino-americano a manter esse cargo no seu quadro interno, “(o)mbudsman é uma palavra sueca que significa representante do cidadão. Designa, nos países escandinavos, o ouvidor-geral, função pública criada para canalizar problemas e reclamações da população”. Cada jornal possui uma política própria para a atuação do seu *ombudsman*. Cf. <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ombudsman/cargo.shtml>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

¹⁴¹ Uma vez por semana, a equipe do *Ombuds PE* também leva a discussão sobre os direitos humanos e a mídia para um bloco de um programa televisivo sobre a cena cultural pernambucana, intitulado Sopa Diário — veiculado na TV Universitária local diariamente, das 12h às 13h. O *Ombuds PE* utiliza cerca de 15 minutos do programa para apresentar análises semelhantes a que disponibiliza no *site*. O programa pode ser acompanhado ao vivo, nas segundas-feiras, pela página da TV Universitária, <<http://www.ufpe.br/tvu/>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

¹⁴² Material publicado na página da CRIS Brasil. Disponível em: <http://www.crisbrasil.org.br/apc-aa/cris/noticias.shtml?AA_SL_Session=3&x=308>. Acesso em: 10 jan. 2008.

¹⁴³ Cf. <<http://www.concepto.com.br/cclf/ombudspe01.php>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

Na época em que foi criado, o *Ombuds PE* estava hospedado no *Blogger*¹⁴⁴ e mantinha uma interface gráfica bastante limitada. Consistia em uma tela de fundo de cor única sem nenhum recurso visual e reunia apenas *links* para algumas poucas páginas externas, além da ferramenta de inserção de comentários dos internautas¹⁴⁵. Em 2006, foi inaugurada uma nova página que se mantém autônoma em relação ao *site* do CCLF, mas que continua a funcionar como um *blog* bastante simples, oferecendo, além dos *links* para as críticas sobre os jornais pernambucanos, o acesso a páginas institucionais do CCLF e a outras seções que apresentam, sucintamente, informações sobre a proposta e a orientação do *Ombuds PE*.

O CCLF já realizava o trabalho de clipagem e crítica da mídia pernambucana e estabelecia contatos diretos com os jornalistas para repassar a “leitura da entidade” — baseada na abordagem dos direitos humanos — em relação ao que era publicado nos jornais. Mas apoiando-se no potencial interativo e dialógico oferecido pela plataforma *blog*, surgiu a intenção de socializar, para grupos/entidades de interesses afins e para o público geral, os debates que antes estavam restritos ao CCLF e à mídia¹⁴⁶.

A partir da proposta do *Ombuds PE* e da observação da atividade realizada em sua página, verificamos que a iniciativa busca, pelo menos em tese, manter uma rede de interesse social para discutir — e influenciar — as práticas dos veículos de comunicação, incluindo as abordagens e as representações sociais difundidas pela mídia e consideradas “erradas” ou “prejudiciais” para a sociedade. O *Ombuds PE* não busca deslegitimar o exercício dos meios de comunicação de massa, mas demarcar um espaço de “resistência”, no sentido de estabelecer algum tipo de limitação ou “pressão” aos veículos da imprensa local. A “estratégia de luta” empreendida pelos idealizadores da página consiste em utilizar o espaço aberto à sociedade civil nos regimes democráticos para definir, através do “debate público” no ciberespaço, formas de qualificar a prestação dos serviços de informação jornalística. Trata-se, portanto, de uma estratégia de regulação que funciona em consonância com as atribuições do que se chamaria de sociedade civil organizada, como

¹⁴⁴ Uma das primeiras e mais utilizadas ferramentas para a publicação de *blogs*, conhecida também por ter popularizado esse modelo de emissão de conteúdo.

¹⁴⁵ É possível conferir a versão antiga do *Ombuds PE* por meio do seguinte *link*: <<http://www.ombudspe.blogger.com.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

¹⁴⁶ Ver matéria publicada na ABONG (Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais), disponível em: <http://www2.abong.org.br/final/informes_pag.php?cdm=13963>; e o artigo “Ombuds PE: um ano debatendo mídia e direitos humanos”, publicado no *site* da CRIS, em <http://www.crisbrasil.org.br/apc-aa/cris/noticias.shtml?AA_SL_Session=2940e4de9b5c8479a13904658d06cdac&x=308>. Acesso em: 10 jan. 2008.

indica a Carta Aberta das entidades que participaram da Semana Nacional da Democratização da Comunicação, realizada em novembro de 2005, com o apoio de mais de 30 grupos da sociedade civil organizada. Além de recomendações para o setor público e meios de comunicação, o documento estabelece 21 orientações para os movimentos sociais, entre as quais destacamos:

- Publicar e divulgar materiais informativos que orientem a prática da comunicação social;
- Ocupar, também, os meios online com as pautas dos movimentos;
- Fortalecer o diálogo entre os movimentos e a mídia;
- Denunciar violações dos direitos humanos na mídia, seja diretamente aos veículos ou em espaços como o *Ombuds PE* (www.ombudspe.blogspot.com.br) ou a campanha *Ética na TV* (www.eticanatv.org.br) (Cf. CRIS BRASIL, 2005 - grifos nossos¹⁴⁷)

A experiência desenvolvida pelo *Ombuds PE* possui, portanto, forte ligação com as atividades na área de comunicação propostas pela instituição a que está ligado e é, de fato, reconhecida — enquanto *modus operandi* de uma ação direta — por outras iniciativas da sociedade civil organizada ligadas ao direito à comunicação no Estado e no País. Como dito anteriormente, vemos nessa proposta uma tentativa de estender o espaço de interlocução da sociedade civil, abrindo a oportunidade para um outro tipo de legitimação da defesa de interesses da sociedade, isto é, uma legitimação amparada não apenas na representação de determinados interesses, mas numa vontade coletiva que encontra formas de se expressar no ciberespaço.

No que se refere às atividades de monitoramento desenvolvidas no *site*, verificamos que, entre maio e setembro de 2007, o *Ombuds PE* postou 56 textos (*posts*), uma média de apenas onze por mês; destes, 47 são de autoria do próprio *Ombuds PE* e apenas nove (16%) são, prioritariamente, de outras fontes. Em relação ao conteúdo das análises publicadas e produzidas pelo *Ombuds PE* sobre a imprensa/mídia pernambucana, verificamos que os tipos de crítica poderiam ser agrupados em quatro categorias básicas¹⁴⁸:

¹⁴⁷ Disponível em:

<http://www.crisbrasil.org.br/apcaa/cris/noticias.shtml?AA_SL_Session=d0f750a85299ecaaa6f729239e7f203f&x=461>. Acesso em: 10 jan. 2008. No último item, ressaltamos o fato do *Ombuds PE* e do *Ética na TV* — o dois objetos de análise deste trabalho — serem indicados como referência para as ações de denúncia e crítica aos meios de comunicação no âmbito dos direitos humanos. Essa associação sugere uma certa “parceria” e “confluência” de pensamento entre essas duas iniciativas da sociedade civil.

¹⁴⁸ O Anexo 3 traz a classificação dos 56 *posts* em função das categorias definidas por nós para os textos do *Ombuds PE*. Ressaltamos que não era nossa proposta realizar a “análise do discurso” dos textos publicados na página, pois isso exigiria um aparato teórico específico. A presente classificação diz respeito à nossa interpretação dos textos e as categorias utilizadas funcionam apenas a título de organização do material apurado para esta dissertação. Consideramos que é possível criar várias formas de classificação desses *posts*,

A - Crítica à linguagem ou ao uso inadequado de elementos discursivos empregados pela imprensa – 11%

Exemplos:

1. Opção da mídia pelo termo “menor” ao invés do “termo” adolescente (*post* nº 14);
2. Linguagem que reforça a presumibilidade de culpa de suspeitos (*post* nº 17)

B - Crítica ao trabalho de apuração – 25%

Exemplos:

1. Ausência de variedade de fontes (*post* nº 02);
2. Abordagem de apenas um dos “lados” do fato jornalístico (*post* nº 04)

C - Crítica a posicionamentos e orientação editorial – 32%

Exemplos:

1. Publicidade partidária ou governamental revestida de jornalismo (*post* nº 09);
2. Omissão de informações por posicionamento editorial/político (*post* nº 46)

D - Reprodução de textos de origem externa – 16%

Sobre o trabalho e a produção desenvolvidos na página, verificamos que o *Ombuds PE* — enquanto ambiente virtual de monitoramento da mídia e enquanto ferramenta (*blog*) que permite a liberação do pólo de emissão e a comunicação interativa — não expressa a estrutura de uma rede descentralizada e distribuída que atrai “nós” com interesses afins ou comuns. De fato, a página registra baixa participação por meio de comentários, seja do público geral, seja de representantes de outros grupos da sociedade civil organizada que atuam pelos direitos à comunicação e pelos direitos humanos — inclusive da “rede” de parceiros do CCLF.

Por meio da leitura dos comentários no *blog*, verificamos que, do total dos 56 textos postados pelo *Ombuds PE*, 35 (cerca de 63%) não possuem comentários. Apresentando os números de outra forma, internautas “postaram” 40 comentários — uma média de apenas oito por mês. Além disso, em nenhum dos comentários há indícios de que

de acordo com a especificidade do seu uso. Além disso, um único *post* poderia receber mais de uma classificação. Optamos, entretanto, por dar a classificação que consideramos mais determinante no conjunto do texto.

as contribuições foram feitas por outros grupos organizados que compartilham (ou mesmo divergem) das posições do *Ombuds PE*. Mesmo que os demais “nós” que integram a rede de entidades locais ligadas ao direito à comunicação e aos direitos humanos concordem e/ou mantenham um pensamento “comum” com as análises e críticas que o *Ombuds PE* defende — o que não é possível aqui conferir pelo trabalho que empreendemos de observação apenas da produção da página¹⁴⁹ — a concordância e o apoio não se fazem perceber no *site*, muito menos de forma reiterativa, produtora e cooperativa, isto é, de maneira a complementar e alimentar uma espécie de rede de influência (ou pressão) sobre a mídia. Em consequência desses fatores, a maioria das intervenções/comentários no *site* não diversifica os tipos de análise, não promove retificações nem negociações, de maneira que o espaço não prima pela existência de opiniões divergentes ou variedade de fontes e pontos de vista. Há indicações de alguns *links* para alguns textos externos, mas sempre páginas indicadas pela própria equipe do *Ombuds PE* e nada que se configure como uma “rede de monitoramento”.

Dessa forma, apesar da página estar ligada a uma entidade que faz parte de várias redes da sociedade civil organizada, de ser uma experiência pioneira de monitoramento da mídia pelo ciberespaço em seu estado, de ter divulgação do seu trabalho pela TV, e de abordar questões bastante caras a vários grupos sociais, o *Ombuds PE* não funciona, de fato, como uma lista de discussão, fórum ou rede social de “encontros” para onde diferentes atores (coletivos e/ou individuais, organizados ou não) com diferentes singularidades e interesses comuns convergem a fim de compartilhar e produzir críticas e posicionamentos sobre a mídia — como a princípio poderia se pensar pela proposta apresentada em sua página.

Os processos comunicativos e colaborativos no *site* também ficam muito aquém do necessário para a constituição de uma rede produtora. Além de baixa participação, não há praticamente nenhuma relação e interatividade entre as colocações do *Ombuds PE* e as dos internautas, e entre as colocações dos próprios internautas, de maneira que os poucos “nós” de alguma maneira mobilizados para a visita/participação na página não estabelecem comunicação e colaboração na construção de críticas, discussão e análises sobre a mídia. Não que esses elementos por si só possam ser vistos como a *resistência mais eficaz* contra a forma como os meios de comunicação funcionam, mas, de fato, são a base a partir da

¹⁴⁹ Essa avaliação poderia ser feita a partir de um tipo complementar de pesquisa, visando verificar os posicionamentos de outras entidades em relação à linha de trabalho da mídia e do próprio *Ombuds PE*.

qual uma “rede de multidão” focada em interesses afins poderia colaborar para empreender coletivamente outras e novas formas de ação política em relação à mídia.

Na verdade, verificamos que todo o trabalho de produção de críticas e de monitoramento da mídia impressa pernambucana é realizado exclusivamente pela equipe do *Ombuds PE*. Isto é, o pólo de produtividade do *Ombuds PE* recai sobre os responsáveis da página, o que favorece uma produção de resultado uníssono, prevalecendo apenas o ponto de vista da equipe do *Ombuds PE* e/ou da instituição a que está vinculado. Mais do que isso, o *Ombuds PE* não funciona como um espaço de (e para) uma rede de “resistência”; na verdade, o que se verifica é a restrição da página a um espaço para “depósito” de críticas e pontos de vista, ou seja, de emissão de informações. De certa maneira, a produção do *Ombuds PE* tende a “representar” os interesses de uma sociedade (ou de alguns de seus grupos) que, na prática, não se faz presente nem necessariamente os legítima. Ao invés de expressões de diferentes singularidades que convergem em torno de interesses comuns, temos um ambiente que funciona como espaço de representação de interesses coletivos por um grupo específico.

Enquanto instrumento de pressão sobre os veículos jornalísticos, essas características tornam a iniciativa isolada e frágil, com baixo potencial de intervenção sobre as rotinas e procedimentos da mídia, seja no aspecto da linguagem, do trabalho de apuração de informações, e, sobretudo, nos casos de orientação política dos jornais¹⁵⁰ — o que pode ser percebido pela baixa quantidade de postagens de conteúdo positivo sobre a mídia. No período de investigação da pesquisa, apenas quatro postagens apresentavam algum tipo de avaliação positiva sobre matérias publicadas nos jornais; dessas, apenas uma poderia ser interpretada como “totalmente positiva”, já que as outras três também reuniam elementos de crítica negativa. Além disso, nenhum *post* registrou algum tipo de mudança no comportamento da mídia a partir do trabalho de crítica desenvolvido pelo *Ombuds PE* junto à imprensa local.

4.3.2. Ética na TV

¹⁵⁰ Sobre as rotinas de produção dos veículos de comunicação, Cf. MORAIS e LEMOS, 2003.

A página do *Ética na TV*¹⁵¹ existe desde 2002 e funciona como “a fonte primária de informação” da Campanha “Quem financia a baixaria é contra a cidadania” — articulação da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados em parceria com entidades da sociedade civil. A campanha é um dos resultados da VII Conferência Nacional de Direitos Humanos, realizada também em 2002 em Brasília, e está destinada a “incentivar o respeito aos direitos humanos e à dignidade do cidadão”, acompanhando permanentemente a programação televisiva e indicando os casos que — de forma sistemática — “desrespeitam convenções internacionais assinadas pelo Brasil, princípios constitucionais e legislação em vigor que protegem os direitos humanos e a cidadania”. A campanha utiliza vários instrumentos (nacionais e internacionais) que balizam sua perspectiva de atuação, entre eles a Constituição Federal (1988), o Código Civil Brasileiro (2002), a Lei de Imprensa (1967), o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), leis sobre racismo (1989), pessoas portadoras de transtornos mentais (2001), meio ambiente (1998), além do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (1966), Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1992), Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem (1948), Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e Declaração Interamericana pelo fim da Violência contra a Mulher (1996).

Seu alvo de monitoramento abrange toda a programação televisa difundida em cadeia nacional, e não apenas materiais e noticiários jornalísticos. Conforme observado pelas análises e pelas sistematizações de denúncias disponíveis no *site*, seu foco de atenção tem se concentrado nas “condutas abusivas” da programação destinada ao entretenimento televisivo — sobretudo novelas e programas de humor.

Na cartilha de divulgação da campanha “Quem financia a baixaria é contra a cidadania”, os responsáveis explicam a razão para realizar esse tipo de atividade:

É uma alternativa ao que já se vem tentando fazer, em vão até agora, em matéria de apelos e tentativas de negociar com empresas. Partimos de algumas premissas: 1ª) As empresas que atuam no mercado de publicidade têm responsabilidade sobre a programação que apóiam por meio de suas verbas publicitárias. 2ª) Certas emissoras, produtores, apresentadores e outros comunicadores não têm se sensibilizado face aos repetidos apelos da sociedade e do Estado por mais ética na programação. Pelo contrário, as reações diante de tais apelos costumam ser o desprezo arrogante, o cinismo e o silêncio. 3ª) Cabe à sociedade civil e ao Congresso Nacional criar condições para o exercício do direito à comunicação, reconhecido como um direito humano pelo Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais — ao qual o Brasil está associado (COMISSÃO

¹⁵¹ Cf. <<http://www.eticanatv.org.br/>>

DE DIREITOS HUMANOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2003 – grifos nossos).

As 51 entidades e organizações de vários locais do país que constituem a ampla rede da campanha, na maioria dos casos, possuem trajetória ligada à defesa dos direitos humanos. Aqui cabe destacar a diversidade de públicos e temáticas em que se baseiam essas entidades, que incluem, por exemplo, organizações de apoio à criança e ao adolescente; grupos ligados a questões de gênero e sexualidade; associações de cunho religioso, entidades de classes profissionais, organismos internacionais¹⁵² e instituições acadêmicas¹⁵³. De acordo com informações contidas no *site* e nas cartilhas institucionais¹⁵⁴, a campanha é organizada e realizada nacionalmente através das seguintes instâncias:

- a) Fórum de organizações parceiras - Espaço de coordenação política que avalia as ações, planeja estratégias e elege o Conselho de Acompanhamento da Programação (CAP) e a Secretaria Executiva, em reuniões bimensais abertas a todas organizações parceiras¹⁵⁵;
- b) Secretaria Executiva - Composta pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados e outras cinco organizações parceiras, a Secretaria coordena as tarefas administrativas da campanha, incluindo as atividades ligadas ao *site* e à rede de parceiros. Atualmente, é composta pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), Fórum Paulista pela *Ética na TV*, Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania (Cives) e Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom);

¹⁵² Destacamos a participação da Unesco, enquanto organismo internacional, na rede de parceiros da campanha, sobretudo porque, como visto no capítulo anterior, esse “braço” da ONU esteve no centro das discussões internacionais sobre o direito à comunicação nas últimas décadas. Dessa forma, podemos dizer que a participação da Unesco na campanha refletirá a sua experiência e posição nessas discussões, o que nos ajuda a conhecer um pouco das influências e orientações da referida rede.

¹⁵³ O Anexo 4 traz a lista de todas as entidades que integram a campanha “Quem financia a baixaria é contra a cidadania”.

¹⁵⁴ A cartilha da Campanha não se encontra disponível no *site*. Tivemos acesso a uma versão impressa da cartilha, de 2003, e à versão digital, de 2004, disponível na página da Câmara dos Deputados (Cf. <<http://www2.camara.gov.br/internet/comissoes/cdhm/relatorios/CartQFinBaiContCid.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2008. Na versão digital, cuja publicação estava destinada aos participantes do Fórum Social Mundial de 2005, encontramos duas informações adicionais: uma apresentação que remete aos dois anos da Campanha e uma seção sobre as “conquistas” obtidas em 2004.

¹⁵⁵ Essa configuração da Campanha deve ser ressaltada. Apesar de ser uma iniciativa da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e, portanto, ligada ao setor público, a configuração e gestão da Campanha, nos moldes como ela é apresentada, reafirma a sua característica de articulação da sociedade civil organizada.

c) Conselho de Acompanhamento da Programação (CAP) - Envolve 30 membros, selecionados pelas organizações parceiras. Tem a função de acompanhar e analisar os programas designados pela Secretaria Executiva e as denúncias recebidas, a fim de emitir “pareceres” em relação à adequação aos direitos humanos e à carta de princípios da campanha. Além disso, prepara estudos sobre questões de interesse da articulação.

d) Núcleos Regionais – A campanha reúne núcleos organizados, que funcionam como unidades autônomas, em 16 estados (AM, BA, GO, MA, MG, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RS, SC, SP, TO), além do Distrito Federal, com a intenção de realizar atividades regionais e se articular com a campanha nacional.

Por “condutas abusivas”, a campanha entende “algumas formas comuns de desrespeito aos direitos humanos na mídia”, como a apologia e a incitação ao crime; a discriminação por raça, gênero, religião e orientação sexual; a afronta à dignidade de grupos e pessoas considerados “fragilizados” (deficientes físicos, doentes mentais, etc.); a valorização da exploração sexual comercial, da pedofilia, do incesto e do abuso sexual; o estímulo à precipitação da sexualidade infantil e infanto-juvenil; a exposição abusiva de crianças e adolescentes (incluindo a exibição de entrevistas sobre dificuldades no interior da família e sobre temas que estão além das suas capacidades de compreensão); a divulgação de imagens de pessoas internas; e a imputação de autoria de crime sem provas¹⁵⁶.

Além do acompanhamento sistemático da mídia, outra frente de atuação é a apuração de denúncias da sociedade, que podem ser feitas através de ligações telefônicas gratuitas, pela página do *Ética na TV* ou por *e-mail*. A partir do contato dos telespectadores, uma equipe da Campanha analisa a fundamentação das denúncias para dar seqüência à sua atividade de monitoramento. Pautando-se pelo mote “quem financia a baixaria é contra a cidadania”, uma das estratégias exercidas pela campanha consiste em tentar “persuadir os responsáveis pelo programa a interromper os abusos ou, se necessário, incluí-los junto com os anunciantes, na lista dos que desrespeitam os direitos humanos e a cidadania”¹⁵⁷.

¹⁵⁶ Informações contidas na versão digital da cartilha (2004).

¹⁵⁷ Informações contidas na versão digital da cartilha (2004).

A campanha divulga periodicamente, no *site* e em outros veículos, os “*rankings* da baixaria na TV” — como ficaram conhecidas as listas nas quais são apontados os programas televisivos que mais receberam reclamações e críticas do público¹⁵⁸. Com base nessas denúncias, o Conselho de Acompanhamento de Programação (CAP) prepara e divulga na página seus pareceres (de formato e conteúdo bastante técnicos¹⁵⁹), em que são informados, por exemplo, o histórico do programa, classificação etária, especificação sobre a ocorrência de discriminação a grupo social, anunciantes e recomendações.

A última sistematização de denúncias publicada no *Ética na TV* em 02 de outubro de 2007 registrou o seguinte *ranking*: 1º lugar - Paraíso Tropical (novela da TV Globo); 2º lugar - Pé na Jaca (novela da TV Globo); 3º lugar - Big Brother Brasil 7 (TV Globo), 4º lugar - A Tarde é Sua (Rede TV) e Pra Valer (Rede Bandeirantes)¹⁶⁰. Até então, a Campanha havia contabilizado mais de 31 mil “manifestações” do público ao longo de quase cinco anos de existência — aproximadamente duas mil denúncias entre janeiro e agosto de 2007.

A página do *Ética na TV*, que sofreu modificações na estruturação de conteúdo e na interface visual em 2006, é composta, ainda, por área de cadastramento, notícias, artigos (cujos arquivos estão disponíveis para *download* mediante cadastramento no *site*), e um menu com seções referentes à Campanha — que, entretanto, nem sempre estão atualizadas ou disponíveis, já que algumas permanecem há bastante tempo com a indicação “em construção”. Entre as seções do menu, encontramos:

- a) o tradicional “Quem somos”, que reúne dados gerais, Carta de Princípios, Balanço Patrimonial (não disponível), Executiva da Campanha (não disponível), Representação nos Estados (não disponível) e Deliberações da Assembléia;
- b) *Ranking* das denúncias (com a organização das denúncias de 2006 e 2007, e pareceres);
- c) Parceiros (informações incompletas);

¹⁵⁸ Segundo informações do *site*, as denúncias consideradas pertinentes são encaminhadas ao Ministério Público.

¹⁵⁹ Os pareceres estão disponíveis na página <<http://www.eticanatv.org.br/index.php?sec=2&cat=6&pg=2>>. Acesso em: 10 jan. 2008. O Anexo 5 traz um exemplo de parecer elaborado pelo CAP sobre o programa Big Brother Brasil 7.

¹⁶⁰ Cf. a 13ª sistematização de denúncias apuradas pelo *Ética na TV* no link <<http://www.eticanatv.org.br/index.php?sec=2&cat=5&pg=2>>, cuja página apresenta os tipos de “condutas abusivas” associadas a cada programa. Acesso em: 10 jan. 2008.

- d) Estante, que reúne: materiais da Campanha (não disponíveis), artigos, redações, ofícios, informações sobre classificação indicativa, impactos (não disponível) e boletins (não disponível);
- e) Fórum de discussão (aberto à participação mediante cadastro); e
- f) Legislação, com os excertos dos documentos nacionais e internacionais que pautam a Campanha.

Como no caso do *Ombuds PE*, após a apresentação geral, passamos agora à análise crítica sobre a estratégia de atuação do *Ética na TV* e o uso que é feito do ambiente virtual criado pela campanha “Quem financia a baixaria é contra a cidadania”. Nesse objeto, verificamos que o grupo que constitui a campanha — ressaltamos, mais de 50 entidades — não se faz presente no *site* por meio de uma estrutura de organização em rede. Sua “presença” se dá apenas pontual e isoladamente através de pareceres técnicos, nos quais uma única entidade emite uma avaliação sobre determinado programa em um formulário — praticamente comparável a um “boletim de ocorrência” —, que reúne informações como: nome do programa, emissora, classificação etária, horário, anunciantes, histórico, informações sobre o público, descrição das denúncias, datas em que o programa foi assistido, indicação de grupo(s) social(is) discriminado(s) e contato com entidades em defesa desses grupos, item sobre encaminhamento de parecer a outro órgão/instituição, indicação de dispositivos e princípios da campanha que foram violados pelo programa, considerações conceituais e transcrições de textos de algumas denúncias do público. De fato, se existe comunicação entre os “nós” da rede da campanha, ela não se expressa no ambiente virtual criado.

A opção pela produção e publicação de pareceres nos traz ainda alguns exemplos sobre a atuação isolada dos integrantes da campanha. O *Ética na TV* disponibiliza os pareceres referentes aos programas que entraram para o “*ranking* da baixaria”, ou seja, um total de cinco documentos por lista preparada periodicamente¹⁶¹. Tomando por base o último *ranking* elaborado, verificamos que os pareceres de três programas apontam “discriminação a grupo social específico”; no caso, o “Big Brother Brasil 7”, acusado de discriminar mulheres; o “Pra valer”, que teria discriminado praticantes de magia, população negra e grupos de defesa dos animais; e a novela “Pé na Jaca”, indicada como

¹⁶¹ Aqui, cabe notar que os pareceres referentes a *rankings* anteriores não ficam disponíveis no *site*.

incentivadora de discriminação de pobres, mulheres, diferentes etnias e GLBTs¹⁶². Entretanto, nenhum dos três pareceres indica a interlocução com entidades de defesa dos referidos grupos discriminados no respectivo campo do documento — mesmo considerando que a campanha é constituída por entidades ligadas a esses grupos sociais específicos.

De fato, a página não se apresenta como espaço de encontro e confronto de idéias, críticas e posicionamentos sobre a mídia televisiva nacional — nem entre as entidades que integram a campanha nem entre/com a sociedade de uma maneira geral. A ausência de constituição de rede pode ser verificada não apenas pela dispersão da ação das entidades na página, mas também, e sobretudo, pela relação estabelecida com os internautas. Apesar do *site* ser o espaço preferencial para a atuação da campanha, a participação do público só se dá por meio da emissão de “denúncias” pontuais, que não estão integralmente expostas no *site* para a avaliação e discussão do público. No máximo, elas são incluídas na forma de depoimentos nos pareceres, sendo utilizadas para justificar e/ou legitimar a produção do documento e a crítica ao programa avaliado.

Isso significa que, as diferentes singularidades que convergem para o *site* — “munidos” de seus diferentes pontos de vista que, a princípio, convergem com a proposta da campanha — praticamente não estabelecem comunicação entre si. Dessa forma, as contribuições oferecidas pelos internautas, restritas ao formato de denúncias, limitam qualquer tipo de produção recursiva e colaborativa, de maneira que o reconhecimento do interesse comum se perde no *site*. O que verificamos é que as singularidades — e a sua produtividade potencial, isto é, aquilo que pode ser produzido a partir de seus pontos de vista — apenas se somam quantitativamente, mas não colaborativamente em função de objetivos/desejos comuns. Um exemplo disso é que as críticas são organizadas em torno de categorias temáticas extremamente fechadas. Como exemplo, citamos que, de acordo com o último *ranking* de sistematização de denúncias, foram apontadas as seguintes categorias: exposição de pessoas ao ridículo, desrespeito à dignidade humana, desvalorização da família, discriminação de setores religiosos, violência contra animais, violência contra a mulher, cenas de sexo e nudez, banalização dos valores morais, pornografia, desonestidade, incitação à violência. De fato, por meio dessas categorias não é possível reconhecer as motivações e os interesses inerentes às denúncias; enfim, as singularidades que foram mobilizadas em torno dessas críticas.

¹⁶² Sigla para gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros.

A participação do público por meio de “denúncias” também remete a uma idéia de renúncia ou transferência de decisão e responsabilidade a um ente externo (transcendente) em quem se pode (ou se deve) confiar a tarefa de resolver problemas comuns que nos interessam; sem, na verdade, haver uma co-participação em todo o processo de monitoramento da mídia e sem constituir algo que se assemelhe a uma rede de ação distribuída e colaborativa.

Novamente neste caso, como no *Ombuds PE*, a produtividade do trabalho de monitoramento recai prioritariamente sobre o grupo da campanha, que se “alimenta” das denúncias externas para legitimar sua estratégia de atuação. A ligação produtiva entre os dois eixos de participação no *site* — equipe do *Ética na TV* e público geral — se dá apenas pela apuração das denúncias e pela sistematização destas em pareceres técnicos e “rankings de baixaria na TV”, ambas atividades exercidas pelos responsáveis da página. Cabe ainda mencionar que os espaços criados para debates (fórum virtual, por exemplo) são pouco utilizados. Até o final do mês de setembro de 2007, o fórum contava com apenas três tópicos e poucas mensagens e visitas, sendo: Tópico 1 - *O que você acha da programação da TV brasileira?* (2 mensagens), *Globo Esporte, o Melhor* (1 mensagem), e *Big Brother Brasil 7* (2 mensagens)¹⁶³. Além disso, não era possível verificar se as mensagens eram produzidas por representantes e integrantes da rede da sociedade civil oficialmente ligada ao *Ética na TV* ou por internautas pontuais.

Dessa forma, verificamos que o ambiente virtual da campanha funciona apenas como uma “fonte primária de informação” — conforme descrito no início desta descrição — e não como um espaço colaborativo de construção de críticas e posicionamentos sobre a mídia televisiva ou como uma rede cooperativa de ação e luta, capaz de mobilizar singularidades interessadas em torno de algo “comum”. O que percebemos é que a organização rígida e centralizada da campanha exposta acima é transferida para a página e, portanto, para a relação com os internautas, o que esvazia o potencial dialógico e cooperativo do *Ética na TV*.

¹⁶³ Optamos por indicar apenas o quantitativo de mensagens publicadas no fórum (e não o registro das visitas) para sinalizar o seu nível de atividade/participação. Mesmo considerando que a “visita”, em si, é uma “atividade” importante no fórum, nossa opção se deu porque o sistema de atualização do *site* contabiliza cada uma das ocasiões em que visitamos determinado tópico. Como foi necessário realizar várias visitas por conta da nossa pesquisa, todas as vezes que entramos em um tópico para verificar a sua atividade, nossa entrada foi registrada. Assim, verificamos que nossa pesquisa “aumentou” consideravelmente o número de “visitas” ao fórum e aos tópicos.

Trata-se, na verdade, de uma estratégia de atuação bastante parecida com a do *Ombuds PE*, isto é, a página se apresenta como um repositório institucional de informações, artigos e pareceres. Ou seja, em detrimento de processos comunicativos entre diferentes nós de uma rede que potencialmente emerge, temos a predominância de um modelo em que prevalece a ênfase na emissão de informações. Sendo assim, a iniciativa reproduz um formato limitado, isolado e pouco dinâmico de atuação da sociedade civil, além de um modo de atuação centralizado e sem margem para uma participação conjunta e colaborativa com a “multidão”.

4.4.3. Considerações sobre os dois objetos

Partindo da observação de três características centrais do conceito de multidão, isto é, entendendo-a como uma *rede* aberta de singularidades que se mantém unida com base no que *compartilham* e *produzem* em *comum*¹⁶⁴, verificamos que o trabalho de monitoramento da mídia realizado pelo *Ombuds PE* e pelo *Ética na TV* em seus respectivos ambientes virtuais não está centrado na produtividade e na potencialidade biopolítica da multidão — apesar de serem iniciativas cujas propostas enfatizam a participação aberta e colaborativa. Verificamos que os exemplos analisados oferecem limitações à constituição de *um espaço de manifestação e articulação da multidão*¹⁶⁵. A primeira delas seria a dificuldade em constituir uma rede cujos “nós” tenham condições de expressar suas diferentes singularidades e reconhecer os demais nós como “parceiros” com interesses e idéias afins — no caso específico, o monitoramento e o controle social da mídia.

O nível de atividade encontrado nos objetos em análise também enfraquece seu potencial de ação. Sem o reconhecimento e a mobilização do comum, a produção

¹⁶⁴ Em entrevista a Nicholas Brown e Imre Szeman sobre o livro *Multidão*, Hardt e Negri sintetizam o conceito: “E isso é exatamente como concebemos a multidão: singularidade somada a cooperação, reconhecimento da diferença e do benefício de uma relação comum”. Cf. HARDT e NEGRI, 2005. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002006000200007&lng=em&nrm=iso&tlng=em>. Acesso em: 10 jan. 2008.

¹⁶⁵ Na mesma entrevista, Hardt e Negri enfatizam: “Seria um contra-senso exigir que a multidão se torne a sociedade civil”. (...) seria igualmente ridículo exigir que forme um partido ou qualquer estrutura fixa de organização. A multidão é a forma ininterrupta de relação aberta que as singularidades põem em movimento”. Queremos ressaltar, entretanto, que a nossa intenção não é compreender a multidão como sociedade civil, mas verificar se a sociedade civil organizada consegue atuar a partir do potencial biopolítico da multidão.

encontrada nas páginas analisadas prescinde de interações colaborativas entre sujeitos sociais; dessa forma, a potência da comunicação, capaz de gerar cooperação produtiva e alternativas de atuação, perde espaço. Ressaltamos que o que chamamos aqui de produtividade refere-se especialmente a um tipo imaterial de produção que envolveria, por exemplo, não apenas a elaboração de textos críticos sobre os alvos de crítica (a mídia, seja impressa local, seja televisiva e nacional), mas idéias, comunicações, imagens, proposições, afetos, formas e lógicas de vida — enfim, “bens” produzidos e reproduzidos a partir da interação e que, ao convergirem, são capazes de oferecer algum tipo de pressão mais eficaz sobre os alvos de crítica e resistência¹⁶⁶.

Não estamos considerando que é o simples diálogo entre diferentes nós de uma determinada rede que define a eficácia ou a abrangência da resistência, mas sim os processos de comunicação e articulação das singularidades em torno do “comum”, os quais são capazes de desencadear efeitos e movimentos em rede. Como afirma Negri (2005), as singularidades em relação aumentam a sua capacidade de agir; daí que a multidão só pode ser constituída em interações sociais colaborativas. De fato, nem sempre é possível precisar quais serão os efeitos e os movimentos que emergirão da relação estabelecida pelos “nós” da multidão, sobretudo porque a natureza desses efeitos e movimentos tende a ser imaterial e inapropriável. Ao mesmo tempo, são justamente essas características que empoderam a multidão enquanto ator político apto à resistência e à transformação no que se refere ao seu interesse/desejo comum. Consideramos que, no momento em que a multidão identifica as condições válidas de expressão e ação, essa força autônoma encontra formas múltiplas de produtividade para dar vazão aos seus interesses/desejos, os quais, estando sempre no centro das relações, podem ser constantemente (re)alimentados, renovados, (re)modulados. A cada nova participação, a cada comunicação estabelecida, a cada vez que as diferentes singularidades são postas em relação, há a possibilidade de se atingir/modificar/reestruturar a rede e, assim, (re)construir formas de resistência.

Entretanto, não é esse o tipo de produção encontrada em nossos objetos, de maneira que verificamos uma limitação do potencial técnico do ciberespaço — isto é, de sua capacidade de favorecer a conexão disseminada, recursiva e interativa —, mas também a ausência/desperdício das singularidades que, de alguma maneira, convergem para os referidos ambientes virtuais. Dessa forma, as iniciativas da sociedade civil tendem a se

¹⁶⁶ E aqui também podemos nos referir ao conceito de “trabalho vivo”, tal como foi apresentado na página 37 deste trabalho.

distanciar (ou não expressar) da multidão, em nome da qual realmente deveriam ser justificados os trabalhos em torno do direito à comunicação — ou mesmo qualquer atividade de resistência que se destine a “defender” a sociedade e/ou seus grupos.

Apesar de não haver restrições de acesso aos referidos ambientes virtuais, a maneira que os objetos utilizam para convocar e lidar com a participação não permite a emergência de auto-organização nem promove inteligência coletiva. A questão que se coloca aqui não é apenas a da importância da *criação de um espaço de expressão de críticas*. De fato, as páginas mantidas pelos nossos objetos de análise acabam funcionando como outros *sites* já existentes que se destinam a acompanhar as atividades dos meios de comunicação — como os que foram citados nos casos de análise deontológica. Sem a dimensão da produção colaborativa (auto-organização e inteligência coletiva), esses espaços podem funcionar — embora talvez não seja essa a intenção — nos modelos mantidos pelos tradicionais gestores de comunicação, que costumam conceder espaços fixos, pré-determinados e pouco dialógicos para a intervenção do público¹⁶⁷.

Em decorrência disso, verificamos que, no embate entre o fluxo de informação (formato típico dos meios unilaterais) e a potência de cooperação (que caracteriza o tipo de atividade política da multidão), os objetos analisados primam pela primeira opção. Tanto o *Ombuds PE* quanto o *Ética na TV* apontam para um modelo de ação transmissional, como se tivessem apenas a função de produzir e emitir análises no ciberespaço, ao invés de construí-las dialógica e colaborativamente com outras singularidades com interesses comuns.

Nesse papel de “pólos emissores de crítica da mídia”, as referidas experiências das entidades da sociedade civil organizada funcionam como a expressão dos *expetises da realidade*; enfim, a expressão de um lócus de saber que atua “em benefício da sociedade” e de seus grupos por meio da interpretação de interesses e da representação. Na verdade, parece que estamos diante de iniciativas orientadas pela noção de “luta pelo direito à comunicação” que se faz como um fim a ser alcançado por meio da representação e não como processo, que envolveria, reiterada e democraticamente, a própria multidão. O interesse “comum”, ou pelo menos a idéia que se faz dele, é representado, ao invés de constituído e reafirmado pela multidão. Ou seja, encaram-se os possíveis interlocutores

¹⁶⁷ Entre os exemplos que poderiam ser citados, estão as tradicionais seções “Carta do leitor” e as ferramentas que permitem que o público escolha, entre alternativas pré-definidas, qual o filme deseja assistir ou qual o final para uma determinada história.

como audiência e não como colaboradores de uma prática de resistência. Nesse sentido, vejamos o que nos diz Hard e Negri (2005):

Somente poderíamos caminhar para além da representação, se isso for um projeto factível, ao fazer pressão nas formas existentes e experimentando novas formas de representação. A crise generalizada da representação coloca no centro da agenda política a necessidade de experimentar novas formas de representação e formas não-representativas de organização democrática.

Se, a princípio — por meio da rede disseminada do ciberespaço e do trabalho de articulação e convergência política da multidão —, haveria a possibilidade de legitimar a ação da sociedade civil a partir do desejo/interesse da própria multidão, essa possibilidade ainda não se faz presente nos objetos de análise.

Não é nossa intenção aqui refutar ou indicar que essas iniciativas não são legítimas ou necessárias. De fato, trata-se de experiências que podem ser vistas como um esforço em busca do estabelecimento de algum tipo de pressão sobre seus alvos de luta, no caso específico, os meios de comunicação. Entretanto, nossa crítica, reiteramos, se refere à possibilidade da sociedade civil empreender formas de ação a partir do potencial político da multidão. Sobretudo porque a dificuldade em atingir esse fim pode estar relacionada a uma série de fatores que precisariam ser revistos, caso realmente se considere a ação da sociedade civil como uma ação de resistência. Entre esses fatores, poderíamos citar a própria fragmentação dos componentes da sociedade civil organizada (que defendem temáticas específicas e/ou temáticas paralelas¹⁶⁸); um certo descompasso entre as perspectivas e interesses da sociedade civil e da multidão, que se traduz pela ineficácia de alguns dispositivos de representação; a necessidade que a sociedade civil enfrenta de demarcar espaços de atuação; certas conveniências políticas; ou mesmo a dificuldade/resistência de repensar os termos e os significados da própria luta que se pretende empreender. Cada um desses fatores tende a dificultar, em maiores e menores graus, a atividade política coletiva e convergente — e, obviamente, exigiriam outros e amplos estudos.

¹⁶⁸ Como exemplo de temáticas paralelas à questão do direito à comunicação e do monitoramento e controle social da mídia, citamos os grupos e movimentos da sociedade civil que, de alguma maneira, atuam pela defesa de determinados segmentos da sociedade (mulheres, crianças, homossexuais, grupos de moradores, negros, indígenas, etc.) e temáticas como meio ambiente, justiça, cultura, desenvolvimento local, etc. Trata-se de grupos e temáticas que diariamente são abordados nos meios de comunicação e que, por isso, tais abordagens são constantemente acompanhadas e questionadas por segmentos organizados da sociedade civil.

Sendo assim, pautando-nos pela concepção de multidão, nossa análise verificou que as iniciativas do *Ombuds PE* e do *Ética na TV* exprimem uma espécie de “fórmula de resistência fraca” ou de “resistência simbólica”, definida pelos seguintes termos: ausência de funcionamento de uma estrutura em rede aberta e disseminada somada ao não reconhecimento e mobilização do “comum”, o que gera uma fraca capacidade de produção colaborativa e cooperativa, de maneira que a eficácia da resistência, nessas condições, se apresenta comprometida.

5. Considerações finais

“Mas quem atua no interior das dinâmicas deste antagonismo? O ator é em primeiro lugar a multidão, é a multiplicidade inumerável de poderes e saberes sociais, e a rede do cotidiano significante”.

“A carne da multidão é puro potencial, uma força informe de vida, e neste sentido um elemento do ser social, constantemente voltado para a plenitude da vida” (Hardt e Negri, 2005, p. 251)

Começamos esta dissertação apresentando a nossa inquietação quanto às formas possíveis e eficazes de resistência em favor da democracia no cenário atual, ou seja, no contexto em que a configuração globalizada do mundo pode ser descrita em termos de soberania imperial, cuja lógica e *modus operandi* se estende por todos os territórios, assumindo as mais variadas expressões locais e globais. Como dissemos, chama-nos a atenção, sobretudo, o fato de que várias das tensões e problemas coletivos mais locais, que infringem direitos, liberdades, possibilidades de mudança — e, por extensão, o estabelecimento da democracia — possuem estreita relação com os contextos globais e com aquilo que poderia ser descrito como a ordem do Império. Diante desse quadro, que tipo de prática política seria mais eficaz para resistir e lutar coletivamente?

Com esta dissertação, o interesse nessas questões se voltou para a atuação da sociedade civil, uma esfera vastamente discutida na teoria política e nos estudos da democracia, e que possui várias interpretações para sua constituição e atribuições. Para alguns autores, tal esfera assume inúmeros modelos de atividade — desde versões do tradicional assistencialismo até às formas de movimentos e grupos articulados em torno de interesses políticos específicos empenhados em conquistar direitos, liberdade e autonomia. Mas a maioria das concepções de sociedade civil tende a valorizá-la como um lócus de resistência e defesa de princípios e interesses democráticos. Nossa “curiosidade” sobre as formas de ação política empreendidas por essa esfera — que orientou, em menor e maior grau, todos os capítulos desta dissertação — buscou entender quais os fatores poderiam determinar a eficácia e/ou limitações das atividades da sociedade civil organizada na contemporaneidade.

Nesse sentido, este trabalho se dedicou a traçar e a defender um caminho que nos permitisse repensar a noção de sociedade civil e entendê-la não como uma “categoria

normativa”, cuja forma de ação política deve sempre ser vista como uma prática necessária e eficaz *per se*, mas como ator/lócus de ação e resistência. A dissertação se colocou à disposição, portanto, de construir um outro olhar sobre as iniciativas da sociedade civil organizada, tentando verificar a sua potencialidade a partir da análise de características centrais do conceito de *multidão*¹⁶⁹, proposto por Michael Hardt e Antonio Negri.

Para desenvolver a análise, uma temática específica defendida pela sociedade civil se mostrou bastante produtiva: o direito à comunicação. A ação em torno desse direito, como vimos, surgiu num período de redefinição do cenário mundial, nas últimas décadas do século 20, e acompanhou as mudanças rumo à ascensão e à hegemonia do modelo de soberania do Império, da sociedade em rede regida pelo informacionalismo e do trabalho imaterial. Tais mudanças, ao mesmo tempo em que apontavam para um cenário de intensificação do controle e da subjugação das formas de resistência, traziam em seu bojo um novo potencial de atividade e luta — ampliando, assim, as condições de possibilidade da autonomia e, ao mesmo tempo, exigindo uma redefinição do tradicional “imaginário” social sobre a sociedade civil.

De fato, como nunca antes poderíamos imaginar, estavam dadas as circunstâncias técnicas e sociais para que cada vez mais a multidão — diga-se de passagem, a força produtiva do Império — pudesse desenvolver a ação em rede, em torno de interesses afins e estabelecendo mecanismos de cooperação e trocas imateriais produtivas. Exemplos dessas condições foram oferecidos pelas novas tecnologias de informação e comunicação, sobretudo as que permitiam a comunicação mediada por computador, como a Internet. Com as possibilidades de comunicação e interação disseminada e descentralizada, baseadas numa estrutura de rede aberta e horizontal, ampliavam-se as oportunidades para que a multidão se constituísse em redes formadas por tantos nós quanto indivíduos houvesse e quisessem dela participar — nós esses que encontravam meios apropriados para produção e colaboração em torno do comum. O “comum” poderia, portanto, ser a expressão de múltiplas singularidades dispostas a resistir àquilo que impusesse limites ao seu desejo de liberdade e emancipação.

Diante desse cenário, parecia que finalmente era possível imaginar lutas políticas que prescindissem de formas centralizadas de comando ou formas dispersas de atuação.

¹⁶⁹ Particularmente, gostaria de ressaltar que o conceito de multidão, tal como foi defendido por Hardt e Negri, é para nós mais do que um conceito normativo, funcionando, na verdade, como uma “bela idéia”, nos termos apresentados na frase do professor Cláudio Ulpiano, indicada na epígrafe principal desta dissertação: “*As idéias podem ser belas — e são belas quando de algum modo nos tornam mais potentes*”.

Interesses comuns poderiam convergir juntos, desencadeando movimentos de resistência, sobretudo em favor da democracia; podíamos de fato imaginar a expressão de um tipo de resistência que não apenas lutasse pela democracia, mas que fosse ela própria um modo democrático de funcionar — um fim em si mesma. O ciberespaço com sua capacidade de interconexão generalizada tornou-se, dessa forma, um dos “ambientes” privilegiados para a luta da multidão.

As mudanças na sociedade e na capacidade produtiva, além das possibilidades democráticas oferecidas pelas novas tecnologias da informação e comunicação foram percebidas e acompanhadas pela sociedade civil tanto em âmbito internacional quanto local. A questão do direito à comunicação foi bastante sugestiva nesse sentido. Dada a importância da comunicação no contexto contemporâneo, essa trajetória marcou, entre vários outros pontos, a defesa da comunicação como direito humano — focando-se, inicialmente, nos entraves impostos às sociedades pelas corporações de mídia —, até, num momento posterior, a defesa da Internet como meio de luta pela democracia e, ao mesmo tempo, uma arma que precisava ser incorporada à ação de resistência não só pela sociedade civil, mas por todos — enfim, pela multidão.

Entretanto, restava ainda verificar se o potencial libertário e democrático do ciberespaço seria, de fato, utilizado como ferramenta de ação política; algo que fosse capaz de renovar a prática de resistência da sociedade civil organizada. Ou seja, a partir da atividade empreendida pelas iniciativas da sociedade civil no ciberespaço — seus objetivos, modelos de funcionamento, relação com os demais nós da rede disseminada e formas de produtividade advindas dessas interações — poderíamos verificar a concretização de um “aclamado” potencial de ação coletiva.

Partindo desse ponto de vista e centrados nas características consideradas por nós como centrais no conceito de multidão, buscamos a delimitação de um *corpus* de análise que nos permitisse verificar as questões supracitadas. Através da observação dos ambientes virtuais *Ombuds PE* e *Ética na TV*, ambos auto-intitulados iniciativas da sociedade civil organizada, nossa análise nos mostrou que a ação da sociedade civil ainda enfrenta limitações no que diz respeito ao uso social e político do ciberespaço para agir em/com/a partir da potência da multidão. De fato, a atividade empreendida nos referidos ambientes virtuais não expressa a constituição de redes de ação social, em que os múltiplos nós mantêm uma relação de parceria ou identificação entre si. Nessas condições, limitam-se

fortemente as possibilidades de constituição do comum e de cooperação voltada à resistência.

Cabe considerar que estamos tratando apenas de um diagnóstico pontual no que diz respeito ao amplo universo de iniciativas da sociedade civil organizada no ciberespaço, mesmo no que se refere a experiências associadas à defesa do direito à comunicação. Como vimos, só essa área temática da sociedade civil contempla várias outras expressões de lutas e reivindicações — cada uma delas capaz de exprimir diferentes formas de articulação em rede com a multidão. Não seria possível, nem justo com os “objetos”, considerando a limitação deste trabalho, apontar que os obstáculos encontrados estão associados a uma atuação eminentemente autoritária e não-democrática das entidades/instituições responsáveis pelos referidos ambientes virtuais; ou mesmo desconsiderar o movimento de articulação política que as entidades da sociedade civil desenvolvem no plano “real”.

Além disso, ao lidar com o conceito de força política multitudinária, seria necessário considerar uma série de fatores que poderiam impedir a participação livre da multidão. Talvez haja desinteresse e apatia do público¹⁷⁰, talvez haja descompasso entre os interesses defendidos pela sociedade civil e os interesses/desejos reais da multidão. De qualquer maneira, tais assertivas exigiriam pesquisas complementares para avaliar essas questões.

Entretanto, as constatações a que chegamos levam-nos a pensar que, se a multidão é de fato o ator político por excelência capaz de conduzir a transformação no cenário atual, talvez hoje o maior desafio imposto à sociedade civil organizada seja criar as condições para “estar mais perto da multidão”, articular e mobilizar seus interesses, fazer parte dela, negociar com ela um tipo de produção colaborativa e cooperativa capaz de realmente fazer frente aos obstáculos à democracia que são apresentados pelas ramificações e filamentos do Império. Podemos dizer que essa perspectiva encontra apoio no argumento defendido por Negri, segundo o qual existe hoje uma real necessidade de redefinir as formas de ação política em consonância com as “bases”:

¹⁷⁰ Consideramos que as limitações das tradicionais práticas políticas não devem ser vistas como resultado da ação de apenas um dos lados/sujeitos envolvidos, alijados ou prejudicados nos processos políticos. Tal visão parece-nos bastante limitada e “conveniente”, no sentido de que desloca para o “outro” (o Estado, a sociedade civil organizada, o partido...) a obrigação e a responsabilidade sobre determinadas questões e problemas, quando, na verdade, no plano social, todos os sujeitos envolvidos participam, em interação, da ordem política.

No meu entender, o importante, hoje em dia, é *retomar o contato com o território, com a base, reabrir a enquete, reidentificar os locais a partir dos quais as lutas são possíveis*. (...) Quando falo de multidão é porque reconheço a multidão como uma nova realidade social, em torno de uma nova configuração do trabalho e de novas formas de sua organização. *A passagem entre “ser” multidão e “fazer” multidão é algo que suscita uma questão completamente aberta, uma hipótese*. Creio que estão dadas todas as condições para identificar novas passagens nesse campo. Mas hoje em dia é muito difícil dar indicações concretas sobre isto, mantendo-se *a diferença entre ser multidão*, tema sobre o qual eu trabalho, *e fazer multidão*, que é uma questão de organização (grifos nossos)¹⁷¹.

Não é nossa intenção neste trabalho sinalizar respostas para a passagem do “ser multidão” para o “fazer multidão” que Negri menciona. Mas, restringindo a questão ao âmbito da dita sociedade civil, parece-nos que o caminho para “fazer multidão” pode estar na mudança na “forma de atuação” da sociedade civil. Isto é, parece ser necessário lidar de outra maneira com a força autônoma da multidão. Talvez os tradicionais papéis atribuídos e apropriados pela sociedade civil organizada — sejam eles de representação, de produção de diagnósticos da realidade, de elaboração de soluções para questões sociais — estejam se redefinindo. E, de certa forma, a própria multidão poderá, em alguma medida, em algum momento, criar as condições para colocar em xeque tais papéis se a relação sociedade civil-multidão não for redefinida à mesma proporção em que se redefinem as condições de expressão da multidão.

Tal cenário evidenciaria uma espécie de crise da legitimidade da própria sociedade civil organizada, que poderia se confrontar diretamente com a força política multitudinária. Evidentemente, é precipitado afirmar essa situação. Mas o fato é que, por enquanto, em muitos casos, a multidão parece estar “correndo por outros lados” e manifestando-se politicamente de diferentes formas, segundo seus múltiplos interesses/desejos. Seja através da inovação promovida pelo trabalho cooperativo centrado na ética do compartilhamento de saber que, muitas vezes, rege o espírito *hacker*¹⁷²; seja nas redes sociais ou comunidades virtuais em que interesses comuns (não necessariamente políticos no sentido restrito) fomentam a convergência da ação de diferentes grupos¹⁷³ — apenas para citar alguns

¹⁷¹ Trecho extraído da entrevista concedida por Antonio Negri a Rets. Cf. (MATTAR et al., 2005). Disponível em: <<http://arruda.rits.org.br/rets/servlet/newstorm.notitia.apresentacao.ServletDeSecao?codigoDaSecao=10&dataDoJornal=1130035744000>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

¹⁷² Sobre o tema da ética *hacker*, Cf., por exemplo, COELHO DOS SANTOS (2002); MORAIS (2005); e RAYMOND (2001).

¹⁷³ Apenas como exemplo ilustrativo e mais recente, citamos o exemplo da rede social de notícias *Digg*, voltada sobretudo para área de tecnologia. O caso em que a multidão deflagrou uma “guerra” contra uma espécie de censura que os responsáveis pela página promoveram por conta da divulgação do código de proteção do HD-DVD e BLU RAY, no primeiro semestre de 2007 foi discutido no artigo *Código e luta por*

exemplos. Nesses casos, percebemos que “rede”, “desejo/interesses comuns a uma multiplicidade” e “cooperação” mantêm-se centrais na produção de subjetividades e formas de vida que já mostraram o quanto são capazes de trazer repercussões para a esfera social. Dessa forma, exemplos nos quais a potência de articulação da multidão ganha a forma de resistência coletiva (ainda que incipientes e/ou apenas indicando possibilidades) acabam vindo ou se estabelecendo em outros espaços sociais — nem sempre ligados à sociedade civil.

De fato, não vemos incompatibilidade de convergência na ação da multidão e da sociedade civil organizada. Pelo contrário. Mas acreditamos que é a multidão a força política capaz de definir os termos da ação coletiva hoje. Nesse sentido, repensar a prática de atuação talvez seja hoje o ato de resistência mais profícuo que pode ser empreendido pela sociedade civil¹⁷⁴. Afinal, “já não existe qualquer possibilidade de voltar atrás em direção aos modelos modernos de representação para criar uma ordem democrática. Precisamos inventar formas diferentes de representação, ou talvez novas formas de democracia que vão além da representação” (NEGRI, 2005, p. 322). Além disso, esse “auto-repensar” tende a preparar a sociedade civil para uma possível união a outras formas de lutas, isto é, a outros movimentos de lutas locais e internacionais que podem estar sendo gestados nesse momento.

As redes telemáticas — neutras diante do interesse humano em utilizar ou não seu potencial para interações comunicativas descentralizadas e horizontais — são instrumentos essenciais nesses sentido. Trata-se, na verdade, de ferramentas que permitem tentar compensar a diferença na distribuição e no exercício de poder que existe no plano “real”. Resta verificar a quem realmente interessa esse tipo de compensação e se as lutas que se autoproclamam como defensoras da democracia estão de fato empenhadas na reversão dos desequilíbrios que pretendem combater.

Essas são apenas conjecturas para pensar práticas que realmente nos impeçam de viver o “mais do mesmo” no que se refere ao estabelecimento da democracia, ou seja, para impedir que o futuro se apresente a nós como repetição de tudo o que já tentamos e acreditamos. Como apoio para seguir nesse projeto, parece-nos importante considerar, tal

autonomia na comunicação em rede. (Cf. ANTOUN; LEMOS; PECINI; 2007 - Disponível em:

<<http://www.adtevento.com.br/intercom/2007/resumos/R1636-1.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2008).

¹⁷⁴ Nesse sentido, gostaria de agradecer especialmente a Daniel Gaio por me ajudar a pensar que o potencial da força multitudinária pode nos orientar a rever não apenas a atividade da sociedade civil organizada, mas também questões referentes às políticas públicas e à área acadêmica. Tais temas pareceram extremamente produtivos e, provavelmente, voltarão às minhas tentativas de entender e estudar a multidão.

como Hardt e Negri, que o projeto político da multidão ainda está sendo desenhado e amadurecido. “A invenção de uma nova ciência da democracia para a multidão é certamente uma tarefa gigantesca”, sentencia-nos (2005, p. 394). Esta dissertação foi, portanto, uma tentativa voltada para o desejo de pensar essa invenção.

Referências bibliográficas

ABBATE, Janet. *Inventing the Internet*. London: MIT Press, 2000.

ABONG. *CCLF lança site para acompanhar a mídia pernambucana*. Disponível em: <http://www2.abong.org.br/final/informes_pag.php?cdm=13963>. Acesso em: 10 jan. 2008.

AFONSO, Carlos. *Governança da Internet*. 2006a. Disponível em: <<http://www.vecam.org/article535.html>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

_____. *Gestão Global da Internet*. In: VIEIRA, Marina (Org.) *Software Livre: Cultura e Comunicação*. 2006b. Disponível em: <http://www.softwarelivre.org/downloads/Tangolomango2005_Software_Livre.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2008.

ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos. In: _____ (Org.) *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: UFMG, 2000, p. 15-57.

ANTOUN, Henrique. *A multidão e o futuro da democracia na cibercultura*. In: FRANÇA, Vera; WEBER, Maria Helena; PAIVA, Raquel; SOVIK, Liv. (Orgs.). *Livro do XI Compós: estudos de comunicação ensaios de complexidade*. Porto Alegre: Sulina, 2003, v. 1, p. 165-192.

ANTOUN, Henrique; LEMOS, Ana Carla de; PECINI, André. Código e luta por autonomia na comunicação em rede. In: FREIRE FILHO, João; HERSCHMANN, Micael (Org.) *Novos Rumos da Cultura da Mídia*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007, v. 1, p. 263-290.

ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. São Paulo: Martins Fontes/UNB, 1987.

ARQUILLA, John; RONFELDT, David. *Networks, netwars and the fight for the future*. In: *First Monday*, Chicago, University of Illinois, 2001, ano 6, n. 10. Disponível em: <http://www.firstmonday.org/ISSUES/issue6_10/ronfeldt/>. Acesso em: 10 jan. 2008.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BETANCOURT, Valéria. A Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação: processo e temas debatidos. In: LIMA, Paulo; SELAIMEN, Graciela (Org.) *Sociedade da Informação: um tema de tod@s*. 2004. Disponível em: <<http://www.nupez.org.br/downloads/cupulamndialparte1.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

BILTEREYST, Daniel; LEYE, Veva, 2005. *El poder de los textos sagrados*. Quadernos Del CAC: 2005, nº 21, p. 55-58. Disponível em:

<<http://www.cac.cat/web/recerca/quaderns/hemeroteca/detall.jsp?NDg%3D&MQ%3D%3&Jyc%3D&Mw%3D%3D.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

BOBBIO, Norberto. *Ensaaios sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: UNB, 2004.

BRITTOS, Valério. *Circulación internacional y distorsiones comunicacionales en el capitalismo global*. Quadernos Del CAC: 2005, nº 21, p. 87-100. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1214131&orden=42786&info=link>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

BROWN, Nicholas; SZEMAN, Imre. O que é a Multidão? Questões para Michael Hardt e Antonio Negri. *Revista Novos Estudos*. CEBRAP. São Paulo, n. 75. jul., 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002006000200007&lng=em&nrm=iso&tlng=em>. Acesso em: 10 jan. 2008.

BURCH, Sally. *World Summit on the Information Society: from heated debate to tepid commitments*. ALAI, 2003. Disponível em: <<http://alainet.org/active/5174&lang=pt>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

CAIAFFO, Stéfani *et al.* *Da multidão-massa à multidão-potência: contribuições ao estudo da multidão para a Psicologia Social*. Arquivos Brasileiros de Psicologia, vol. 59, nº 1, 2007. Disponível em: <<http://seer.psicologia.ufrj.br/seer/lab19/ojs/include/getdoc.php?id=1298&article=66&mode=pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede: a era da informação – economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

_____. *A galáxia da Internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CHAUÍ, Marilena. *Filosofia*. São Paulo: Ática, 2005.

CLEAVER, Harry. Os zapatistas e a teia eletrônica da luta. In: *Revista Lugar Comum – Estudos de mídia, cultura e democracia*. Rio de Janeiro: UFRJ, n. 4. jan./abr., 1998, p.139-163.

CÓDIGO DE ÉTICA DOS JORNALISTAS BRASILEIROS. FENAJ. Disponível em: <http://www.fenaj.org.br/federacao/cometica/codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2008.

COELHO DOS SANTOS, Francisco. *Peripécias de agosto: alguns episódios da “cena hacker”*. In: XI ENCONTRO DA COMPÓS, ECO/UFRJ, Rio de Janeiro, 2002. Anais... Rio de Janeiro Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2002. 1 CD-Rom.

COHEN, Jean L. *Sociedade civil e globalização: repensando categorias*. Dados – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, vol. 46, n° 3, 2003, p. 419-459.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Quem financia a baixaria é contra a cidadania: uma campanha pela valorização dos direitos humanos na televisão. 2004. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/internet/comissoes/cdhm/relatorios/CartQFinBaiContCid.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

COUTINHO, Carlos Nelson. Hegel e a democracia. In: *Revista Estudos Avançados*. 1997. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/iea/artigos/coutinhohegel.pdf>>. Acesso em 27 jan. 2008.

CRIS BRASIL. *Efetivação do direito humano à comunicação: desafio para toda a gente - Carta aberta das entidades que participaram da Semana Nacional da Democratização da Comunicação em Pernambuco*. 2005. Disponível em: <http://www.crisbrasil.org.br/apc-aa/cris/noticias.shtml?AA_SL_Session=d0f750a85299ecaaa6f729239e7f203f&x=461>. Acesso em: 10 jan. 2008.

CRIS. *Manual para la evaluación de los derechos a la comunicación*. 2005. Disponível em: <http://www.crisinfo.org/pdf/ggpes.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2008.

DAMAS, Susana; CHRISTOFOLETTI, Rogério. Fiscalizar e alfabetizar: dois papéis dos observatórios de meios latino-americanos. *E questão*. Porto Alegre, v. 12, n° 1, p. 149-169, jan.-jun., 2006.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DE DIREITOS HUMANOS. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php>. Acesso em: 10 jan. 2008.

DECLARAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – CONSTRUIR SOCIEDADES DA INFORMAÇÃO QUE ATENDAM ÀS NECESSIDADES HUMANAS. In: LIMA, Paulo; SELAIMEN, Graciela (Org.) *Sociedade da Informação: um Tema de Todos*. 2004. Disponível em: <<http://www.nupez.org.br/downloads/cupulamndialparte1.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

DECLARACIÓN DE LA SOCIEDAD CIVIL SOBRE LA CUMBRE MUNDIAL SOBRE LA SOCIEDAD DE LA INFORMACIÓN. 2005. Disponível em: <http://www.apc.org/apps/img_upload/5ba65079e0c45cd29dfdb3e618dda731/Decl_Soc_Civil_CMSI_1.doc>. Acesso em: 10 jan. 2008.

DELEUZE, Gilles. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: *Conversações*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992, p. 219-226.

DEMO, Pedro. Visão assistencialista de pobreza. In: *Charme da exclusão social*. Campinas: Autores Associados, 1998. p. 3-51.

DUPAS, Gilberto. *Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, Estado e o futuro do capitalismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

EAGLETON, Terry. A política da amnésia. In: *Depois da teoria: um olhar sobre os Estudos Culturais e o pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 13-39.

FOUCAULT, Michel. Disciplina. In: *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1975. p. 125-206.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

FRANCO, Renata. *Um novo contrato social?: sociedade civil, participação e a experiência do conselho de desenvolvimento econômico e social*. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

GIDDENS, Anthony. *A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*. São Paulo: Record, 2001. p. 88-102.

GINDRE, Gustavo. Boletim Prometheus, nov., 2005. Disponível em: <www.indecs.org.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=63>. Acesso em: 10 jan. 2008.

GOLDMAN, Márcio. Poder e resistência: um ensaio sobre a dimensão conceitual do “Império”. *Mana*. v. 09. n. 2. out. 2003, p. 183-200. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v9n2/17936.pdf>>. Acesso em 10 jan. 2008.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

_____. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. vol. II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HARDT, Michael. A sociedade mundial de controle. In: ALLIEZ, Éric. *Gilles Deleuze: uma vida filosófica*. São Paulo: Ed. 34, 2000. p. 357-372.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

_____. *Multidão: guerra e democracia na era do Império*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1992. p. 257-291

HOBBS, Thomas. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

INTERVOZES. *Direito à comunicação no Brasil: base constitucional e legal, implementação, o papel dos diferentes atores e tendências atuais e futuras*. 2005.

Disponível em:

<http://www.direitoacomunicacao.org.br/novo/content.php?option=com_docman&task=catt_view&gid=23>. Acesso em: 10 jan. 2008.

LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. *Trabalho imaterial: formas de vida e produção da subjetividade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LAZZARATO, Maurizio. Capitalismo cognitivo e trabalho imaterial. *Agência Carta Maior*. Entrevista, Arte e Cultura. Dez. 2006. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=13020>. Acesso em: 10 jan. 2008.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Ed. 34, 1999.

_____. *A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*. Loyola: São Paulo, 2000.

LIMA, Paulo. Um novo recomeço. *Revista Rets*. nov. 2005. Disponível em: <<http://arruda.rits.org.br/rets/servlet/newstorm.notitia.apresentacao.ServletDeSecaoParaImpressao?codigoDaSecao=3&codigoDaNoticia=13426&dataDoJornal=1132347904000>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

_____. Sociedade da Informação, Democracia e Igualdade. In: LIMA, Paulo; SELAIMEN, Graciela (Org.) *Sociedade da Informação: um tema de tod@s*. 2004. Disponível em: <<http://www.nupeq.org.br/downloads/cupulamndialparte1.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo civil e outros ensaios*. Petrópolis: Vozes, 2001.

LÜCHMANN, Lígia Helena. *Possibilidades e limites da democracia deliberativa: a experiência do orçamento participativo de Porto Alegre*. Tese (doutorado). UNICAMP, Campinas, 2002.

MALINI, Fábio. O comunismo das redes. *Revista Global Brasil*. n. 8, abr.-maio, 2007a. p. 8-9.

_____. O comunismo das redes: sistema midiático p2p, colaboração em rede e novas políticas de comunicação na Internet. In: *XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, Santos, 2007b. Anais eletrônicos. Disponível em: <<http://www.adtevento.com.br/INTERCOM/2007/resumos/R2198-1.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

MARQUES DE MELO, José. *A participação latino-americana na concepção das teses sobre a democratização da comunicação: re-visitando MacBride e a NOMIC*. *Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación* v. 8, n. 6, set. – dez. 2005. Disponível em: <<http://www2.eptic.com.br/arquivos/Revistas/VII,n.3,2005/MarquesdeMelo.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã - 1º Capítulo seguido das teses sobre Feuerbach. São Paulo: Moraes. 1984.

MASTRINI, Guillermo; DE CHARRAS, Diego. *20 años no es nada*: Del NOMIC a la CMSI. Anuario Ininco, jun. 2005, vol.17, no.1, p.217-240.

MATTAR, Maria Eduarda; LIMA, Paulo; MOSCATELLI, Joana. 'É preciso retomar o contato com as bases'. In: *RETS*. out. 2005. Disponível em: <<http://arruda.rits.org.br/rets/servlet/newstorm.notitia.apresentacao.ServletDeSecao?codigoDaSecao=10&dataDoJornal=1130035744000>>. Acesso em 10 jan. 2008.

MATTERLART, Armand. *História da utopia planetária*: da cidade profética à sociedade global. Porto Alegre: Sulina, 2002. p. 293-420.

_____. *Sociedade do conhecimento e controle da informação e da comunicação*. Transcrição: Conferência proferida na sessão de aberta do V Encontro Latino de Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura: Salvador, 9 a 11 de nov. 2005. Disponível em: www.gepicc.ufba.br/enlepicc/ArmandMattelartPortugues.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2008.

_____. A batalha das palavras. *Le monde diplomatique*. ago. 2007. Disponível em: <<http://diplo.uol.com.br/2007-08,a1891>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

McIVER JUNIOR, William J; BIRDSALL, William F.; RASMUSSEN, Merrilee. The Internet and the right to communicate. *First Monday*. v. 8, n. 12. dez. 2003. Disponível em: http://firstmonday.org/issues/issue8_12/mciver/index.html>. Acesso em: 10 jan. 2008.

MONTAÑO, Carlos. Tercer sector y cuestion social: crítica al patrón emergente de intervención social. São Paulo: Cortez, 2005.

MORAIS, Wilma; LEMOS, Ana Carla. *As rotinas de produção e suas interferências nos documentários e reportagens especiais*. Anuário Internacional de Comunicação Lusófona, 2004, Lusocom (Federação Lusófona de Ciências da Comunicação).

MORAIS FILHO, Ivan. Ombuds PE: Um ano debatendo mídia e direitos humanos. *CRIS*. 2005. Disponível em: <http://www.crisbrasil.org.br/apc-aa/cris/noticias.shtml?AA_SL_Session=2940e4de9b5c8479a13904658d06cdac&x=308>. Acesso em: 10 jan. 2008.

MORAIS, Rodrigo. *Informacionalismo e ética hacker*: resistências digitais na sociedade em rede. Rio de Janeiro: Escola de Comunicação (ECO) - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2005 (Dissertação de Mestrado em Comunicação e Cultura).

NEGRI, Antonio. *A constituição do comum*. Palestra apresentada na Conferência Inaugural do II Seminário Internacional sobre Capitalismo Cognitivo e Economia do Conhecimento, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://fabiomalini.files.wordpress.com/2007/03/a-constituicao-do-comum-traducao.doc>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Sociedade civil: entre o político-estatal e o universo gerencial. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n° 52, jun. 2003, p. 185-202.

OKINAWA CHARTER ON GLOBAL INFORMATION SOCIETY. G8 Information Centre. Disponível em: <<http://www.g7.utoronto.ca/summit/2000okinawa/gis.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

OYEN, Victor; LIMA, Paulo; SELAIMEN, Graciela. A Cúpula Mundial de 2003: A Sociedade Informacional. *CRIS*. 2003. Disponível em: <http://www.crisbrasil.org.br/apc-aa/cris/cmsi01.shtml?AA_SL_Session=01e802e03cd63bf764c994ce07e0410b&x=40>. Acesso em: 10 jan. 2008.

PASQUALI, Antonio. Um breve glossário descritivo sobre comunicação e informação. In: MARQUES DE MELO, José; SATHLET, Luciano (Orgs.). *Direitos à comunicação na sociedade da informação*. São Paulo: Metodista, 2005. p. 23-52.

PELBART, Peter Pál. Mutações contemporâneas. *Revista Cinética: Programa Cultura e Pensamento – Estéticas da biopolítica*, 2007. Disponível em: <http://www.revistacinetica.com.br/cep/peter_pal.htm>. Acesso em: 10 jan. 2008.

PUTNAM, Robert. *Bowling alone: America's Declining Social Capital*. Journal of Democracy. vol. 6, n° 1, p. 65-77, 1995. Disponível em: <<http://xroads.virginia.edu/~hyper/DETOC/assoc/bowling.html>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

RAMOS, Leonardo César Souza. A sociedade civil em tempos de globalização: uma perspectiva neogramsciana. Dissertação (Mestrado Relações Internacionais) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

RAMOS, Murilo César; SANTOS, Susy dos (Orgs.). *Políticas de comunicação: buscas teóricas e práticas*. São Paulo: Paulus, 2007.

RAMOS, Murilo César. As políticas nacionais de comunicação e a crise dos paradigmas. In: _____. *Às Margens da estrada do futuro: comunicações, políticas e tecnologia*. Brasília: FAC-UnB, 2000. Disponível em: <<http://www.unb.br/fac/publicacoes/murilo/Cap03.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

RAYMOND, Eric. *The Cathedral & the Bazaar: musings on Linux and open source by and accidental revolutionary*. ed. USA: O'Reilly, 2001.

REZENDE, Pedro Antonio. *Um relato sobre atividades do GIS*. 2005. Disponível em: <<http://www.cic.unb.br/~pedro/trabs/ibdi.html>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *O contrato social e outros escritos*. Rio de Janeiro: Tecnoprint. 1968.

SATHLER, Luciano. *Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação: desafios para a sociedade civil*. 2005. Mídia Cidadã. nov. 2005. Disponível em: <http://www.wacc-al.net/noticias/luciano_sathler_wsis.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2008.

SELAIMEN, Graciela. Brasil em la Cumbre Mundial de la Información. *Centro de Competência em Comunicación para América Latina*. 2005. Disponível em: <<http://www.c3fes.net/docs/papercmsibrasil.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

_____. Onde entra a comunicação na Sociedade da Informação? In: LIMA, Paulo; SELAIMEN, Graciela (Org.) *Sociedade da Informação: um tema de tod@s*. 2004. Disponível em: <<http://www.nupef.org.br/downloads/cupulamndialparte1.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

SHANNON, Victoria. Tunisia chided over Web censorship. *International Herald Tribune*. Paris, 15 nov. 2005. Business. Disponível em: <<http://www.ihrt.com/articles/2005/11/15/business/censor.php>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

SHAPIRO, Andrew. *The control revolution: how the Internet is putting individuals in change and changing the world*. Nova York: Public Affairs, 2000.

SODRÉ, Muniz. Existe consciência ética na imprensa. In: PAIVA, Raquel. (Org.) *Ética, cidadania e imprensa*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002. p. 187-196.

SPOSITO, Rosa. Gadgets no trabalho. *Info Exame*. São Paulo: Abril, n. 262, p. 54-57, dez. 2007.

STIGLITZ, Joseph. O futuro. In: *A globalização e seus malefícios: a promessa não-cumprida de benefícios globais*. São Paulo: Futura, 2002. p. 263-295.

TAVEIRA CABRAL, Eula; VAZ CABRAL FILHO, Adilson. Não começou em Genebra, não vai terminar em Tunis: desafios a partir das organizações da sociedade civil para concretizar a sociedade da informação e do conhecimento. *Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación*. v. 8, n. 1, jan. – abr. 2006. Disponível em: < <http://www2.eptic.com.br/arquivos/Revistas/VIII,n.1,2006/EulaCabral-AdilsoCabral.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

TOCQUEVILLE, Aléxis de. *A democracia na América*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1987.

UNESCO. *Relatório Um mundo, muitas vozes*. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0004/000400/040066fb.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

VIRNO, PAOLO. A Grammar of the Multitude. *Semiotext(e)*. 2004. Disponível em: <<http://www.generation-online.org/c/fcmultitude3.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

WHITEHEAD, Laurence. Jogando Boliche no Bronx: os interstícios incivis entre a sociedade civil e a sociedade política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Out. 1999, v. 14, n° 41, p. 15-30.

WOOD, Ellen. *Sociedade civil e política de identidade: democracia contra capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2003.

WORKING GROUP ON INTERNET GOVERNANCE (WGIG). *Report of the working group on internet governance*. 2005. Disponível em: <<http://www.wgig.org/docs/WGIGREPORT.doc>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

WRIGHT, Tom. EU and U.S. clash over control of Net. *International Herald Tribune*. Paris, 30 set. 2005. Business. Disponível em: <<http://www.iht.com/articles/2005/09/29/business/net.php?page=1>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

Sites pesquisados

Accuracy in Media (AIM) - <http://www.aim.org/>

Análise de mídia - <http://www.usc.br/analisedemidia/index.htm/>

Bowling Alone - <http://www.bowlingalone.com/>

Canal da Imprensa - <http://www.canaldaimprensa.com.br/>

Centro de Cultura Luiz Freire - <http://www.cclf.org.br/>

Comitê Gestor da Internet no Brasil - <http://www.cgi.br/>

CRIS Brasil - <http://www.crisbrasil.org.br/apc-aa/cris/index.shtml/>

Ética na TV – [http:// www.eticanatv.org.br/](http://www.eticanatv.org.br/)

Fairness & Accuracy in Reporting (FAIR) - <http://www.fair.org/index.php/>

Fazendo Media - <http://www.fazendomedia.com/>

Frente Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) - <http://www.fndc.org.br/>

Internet Corporation for Assigned Names and Numbers (ICANN) - <http://www.icann.org/>

International Telecommunication Union (ITU) – <http://www.itu.int/>

Internet Society - <http://www.isoc.org/>

Intervozes - <http://www.intervozes.org.br/>

Media Channel - <http://www.mediachannel.org/>

Monitor de Mídia - <http://200.169.57.200/?p=1057/>

Observatório da Imprensa - <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/>

Observatório de Políticas Públicas de Infoinclusão - www.oppi.org.br/

Ombuds PE – <http://www.ombudspe.org.br/>

On the media - <http://www.onthemedias.org/about/>

Rede de Informações para o Terceiro Setor (Rits) – <http://www.rits.org.br/>

Transparency Now - <http://www.transparencynow.com/>

United Nations – <http://www.un.org/>

TV VIVA - <http://www.tvviva.org.br/>

Wikipedia - <http://www.wikipedia.org/>

World Summit on the Information Society (WSIS) - <http://www.itu.int/wsis/index.html>

Lista de anexos

Anexo 1 – Apresentação dos casos de análise deontológica / mídia sobre mídia

Anexo 2 – Apresentação dos casos de análise deontológica / iniciativas acadêmicas

Anexo 3 – Categorias de classificação dos *posts* do Ombuds PE

Anexo 4 – Entidades participantes da Campanha “Quem financia a baixaria é contra a cidadania”

Anexo 5 – Modelo de parecer do Ética na TV – BBB7

ANEXO 1

Casos de análise deontológica / mídia sobre mídia

Iniciativa	Auto-apresentação, propostas/objetivos*	Responsáveis/realizadores	Instrumentos de atuação (na Internet)
Observatório da Imprensa (OI) http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br Criado em: 1996	Veículo jornalístico focado na crítica da mídia. Entidade civil, não-governamental, não-corporativa e não-partidária que pretende acompanhar, junto com outras organizações da sociedade civil, o desempenho da mídia brasileira. "O Observatório da Imprensa funcionará como um fórum permanente onde os usuários da mídia — leitores, ouvintes, telespectadores e internautas — poderão manifestar-se e participar ativamente num processo no qual, até há pouco, desempenhavam o papel de agentes passivos. No caso dos meios de comunicação de massa, o Observatório da Imprensa propõe-se a funcionar como um atento mediador entre a mídia e os mediados".	O Observatório da Imprensa é uma iniciativa do Projor – Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo e projeto original do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Está hospedado dentro do portal Ig. É produzido por uma equipe que inclui corpo de editoria e redação, produtores, colaboradores e responsáveis pela administração e finanças. Está aberto à submissão de artigos do público. Possui apoio da Fundação Ford e propaganda comercial. A experiência brasileira segue o modelo francês do <i>Observatoire de la Presse</i> (braço do <i>Centre de Formation et de Perfectionnement des Journalistes</i>), combinando duas entidades, uma formadora (o Labjor/Projor) e outra cívica.	Página com publicações de artigos da equipe e do público externo (profissionais, estudantes e pesquisadores da área de Comunicação, além de especialistas e profissionais liberais de outras áreas) sobre produtos midiáticos e o desempenho da mídia. O conteúdo é organizado em 14 seções temáticas (Imprensa em Questão, TV em Questão, Caderno da Cidadania, E-Notícias, etc.). Todas as matérias permitem a publicação de comentários. Traz a indicação de uma rede de <i>blogs</i> ligados ao próprio OI. Oferece acesso a informações e arquivos de vídeo e áudio sobre os programas do OI na TV e no rádio. Entre os serviços disponíveis estão a oferta de boletim eletrônico, fórum, biblioteca, classificados (empregos), sugestões de <i>sites</i> e tecnologia RSS.
Fazendo Media - a mídia que a mídia faz http://www.fazendomedia.com/ Criado em: 2004	Busca "entender a chamada grande mídia a partir de suas relações com o poder político-econômico estabelecido, para então compreender seus mecanismos que, mais do que formar opinião, são capazes de moldar percepções, criar paradigmas e reproduzir os interesses do <i>status-quo</i> , deixando em segundo plano sua função social".	Profissionais e estudantes de Comunicação Social, História e Educação. É produzido por uma equipe de editores temáticos, repórteres e correspondentes em Madri e Lisboa. As formas de capitalizar a experiência incluem: oferta de assinatura de um jornal impresso mensal (de mesmo nome) e anúncios do Google (modalidade em que o anunciante paga por clique recebido).	Página virtual associada ao <i>blog</i> Protomídia, no qual são publicados artigos da própria equipe e de colaboradores, além de textos publicados em outras mídias. Os materiais são organizados em editorias (Dia a dia, Política, Internacional, Movimentos Sociais, Cultura, etc.). Traz ainda colunas de sete especialistas e oferece boletim eletrônico.**

* Para a construção do quadro acima, usamos apenas informações retiradas dos respectivos *sites*. Foram selecionadas as informações que nos ajudariam a identificar melhor as categorias mencionadas e a caracterizar e diferenciar essas experiências daquelas que são objetos centrais desta dissertação.

** Segundo pesquisado em outras fontes, o Fazendo Media foi inicialmente criado em 2003 por estudantes de comunicação social da Universidade Federal Fluminense (UFF). Inicialmente, começou como um programa da TV Universitária; em seguida, foi elaborada a versão impressa do jornal, e só em 2004 entrou no ar o *site*. Cf., por exemplo:

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Fazendo_Media> Acesso em 10 jan. 2008.

e <http://www.multirio.rj.gov.br/portal/riomidia/rm_entrevista_conteudo.asp?idioma=1&idMenu=&label=&v_nome_area=Entrevistas&v_id_conteudo=3253> Mesma data de acesso.

ANEXO 2

Casos de análise deontológica / iniciativas acadêmicas

Iniciativa	Auto-apresentação, propostas/objetivos*	Responsáveis/realizadores	Instrumentos de atuação (na Internet)
<p>Canal da Imprensa - revista eletrônica de crítica de mídia do curso de Comunicação Social do Unasp - Centro Universitário Adventista de São Paulo, Campus Engenheiro Coelho http://www.canaldaimprensa.com.br/</p> <p>Criado em 2002</p>	<p>"Sua linha editorial orienta os articulistas a analisar e criticar o papel da mídia brasileira e internacional. Suas abordagens não permitem o proselitismo religioso nem a propaganda política. Em sua análise da mídia, <i>Canal da Imprensa</i> assume o compromisso de lutar pelos direitos de expressão e consciência, assegurados pela Constituição Brasileira de 1988, sem esquecer-se, contudo, da responsabilidade social e ética que deve reger a produção jornalística e editorial dos meios de comunicação. O <i>Canal da Imprensa</i> acredita que a mídia deve prestar contas à sociedade de tudo aquilo que divulga, veicula ou publica, e que por esse motivo o conteúdo desta revista eletrônica serve como um observatório que 1) critica o conteúdo e a produção jornalística da mídia no Brasil e no exterior; 2) aponta investidas abusivas ou desrespeitosas da mídia sobre a opinião pública e a manutenção da cidadania; 3) analisa tendências dos meios de comunicação em sua função informativa, comercial e ideológica, sem esquivar-se de identificar suas causas e até antecipar possíveis efeitos sobre a sociedade".</p>	<p>Centro Universitário Adventista de São Paulo (Unasp). Espaço reservado aos alunos de Comunicação Social, contando com a supervisão de professores e colaboração de profissionais da imprensa. Tem como parceiros o Observatório da Imprensa, a Rede Andi, Monitor de Mídia, entre outros. É filiado à Renoir (Rede Nacional de Observatórios da Imprensa).</p>	<p>Revista eletrônica de natureza temática e com periodicidade quinzenal. Até setembro de 2007, o Canal da Imprensa reunia mais de 70 edições.</p>
<p>Mídia&Política – Espaço eletrônico de liberdade de crítica http://www.midiaepolitica.unb.br/</p> <p>Criado em: 2005</p>	<p>Destina-se à divulgação de notícias, análises e críticas sobre a cobertura política na mídia brasileira. "O objetivo é contribuir para uma consciência crítica sobre a qualidade da cobertura dos temas políticos, estimular a reflexão profissional e influir para uma representação mais democrática da mídia nos diversos conflitos, junto aos atores sociais da cena política brasileira. A concepção de cobertura política não se limita aqui à cobertura do jogo político-partidário, dos processos eleitorais e atividades parlamentares. Estende-se à cobertura dos diversos aspectos das práticas sociais relacionadas ao jogo de poder. A cobertura política inclui todo o noticiário a respeito das políticas públicas, práticas da cidadania, movimentos sociais, terceiro setor e outros segmentos sociais relacionados ao jogo do</p>	<p>Núcleo de Estudos sobre Mídia e Política (Nemp) da Universidade de Brasília (UnB). A equipe de Mídia&Política é composta, em sua sede em Brasília, por um editor geral, um jornalista profissional (editor-executivo) e dois estagiários. Essa equipe é responsável pela coordenação, manutenção e atualização do site. Na Universidade de Brasília há ainda um corpo permanente multidisciplinar de pesquisadores-colaboradores das áreas de Comunicação, Ciência Política e Sociologia que analisam e divulgam tópicos da cobertura política da mídia. É filiado à Renoir (Rede Nacional de Observatórios da Imprensa).</p>	<p>Trata-se de uma página dedicada a publicar materiais e análises dos integrantes do Nemp/UNB e de colaboradores, inclusive "organizações não governamentais, movimentos sociais e outras entidades da sociedade civil". A página não possui periodicidade definida de atualização.</p>

	poder”.		
<p>Monitor de Mídia http://www.univali.br/default.asp?P=1057 Criado em: 2001</p>	<p>Trata-se de um grupo de pesquisa que reúne professores e alunos para o desenvolvimento de estudos e para o acompanhamento sistemático da imprensa do estado de Santa Catarina. Com uma interface num <i>website</i>, o projeto disponibiliza diagnósticos quinzenais que analisam os produtos jornalísticos e avaliam as condutas éticas dos profissionais. Em termos políticos, o Monitor de Mídia adota como referências o Código de Ética do Jornalista Brasileiro, a Declaração Universal dos Direitos do Homem e a Declaração do Milênio, ambos surgidos no âmbito da ONU. Os eixos norteadores são: Economia, Trabalho e Renda ; Infância e Educação; Gênero e Etnia; Saúde e Meio Ambiente; Diversidade Cultural; Tecnologia e Inclusão.</p>	<p>O Monitor de Mídia está ligado ao curso de Jornalismo do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (Ceciesa), em Itajaí (SC). Trata-se de um trabalho produzido pelo grupo de pesquisa de mesmo nome, mantido pela Univali e com o apoio financeiro do CNPq. Sua equipe é formada por professores, alunos e pesquisadores associados. É filiado à Renoir (Rede Nacional de Observatórios da Imprensa).</p>	<p>A iniciativa se auto-define como uma “revista mensal multimídia”. Além de artigos e reportagens, o Monitor de Mídia disponibiliza arquivos de áudio, vídeos e materiais pedagógicos para <i>download</i>. A página traz ainda informações sobre metodologia de análise, filiações teóricas e critérios de análise.</p>

* Para a construção do quadro acima usamos apenas informações retiradas dos respectivos *sites*. Foram escolhidas as informações disponíveis que nos ajudariam a explicar as categorias mencionadas e a caracterizar e diferenciar essas experiências daquelas que são objetos centrais desta dissertação.

Categorias de classificação dos *posts* do Ombuds PE (03 de maio a 19 de setembro de 2007)

A – Crítica à linguagem ou uso inadequado de elementos discursivos empregados pela imprensa.

B – Crítica ao trabalho de apuração.

C – Crítica ao posicionamento e à orientação editorial.

D – Reprodução de textos de origem externa.

SETEMBRO			
Nº.	DATA	TÍTULO DO <i>POST</i>	CATEGORIA
01	19/09	Enquanto isso em São Paulo... - Movimento dos Sem Mídia debuta na rua	D
02	19/09	Repórter perito - Folha 'descobre' motivo de assassinato	B
03	14/09	Ctrl+C Ctrl+V - A blogsfera em questão	B
04	13/09	"Pirataria" – Todas as faces de uma prática cotidiana	B
05	12/09	Prioridades – Carro mais importante que gente	B
06	06/09	Da série "Você não vai ler no jornal" – Folha é noticiada pela DRT por não cumprir leis trabalhistas	C
07	05/09	Enquanto isso, em Sergipe... – Emissora terá que vincular inserções sobre direitos humanos	D
08	05/09	Agora a Folha – Todos pela refinaria?	C
09	04/09	Chapa branca, eu? – Jornais fazem dobradinha governista	C
10	03/09	Erro humano – Reportagem da Folha troca nome de igreja	B

ANEXO 3

AGOSTO			
Nº.	DATA	TÍTULO DO POST	CATEGORIA
11	28/08	Folha PE – Concessões entram na pauta	C
12	22/08	Cidadania – Dá pra fazer mais	B
13	21/08	Acerto de Contas – JCPM e a Tamarineira	D
14	20/08	Velho engano – Hierarquizando a moçada	A
15	13/08	PE Bodycount – Jornalista recebe ameaça anônima	—
16	08/08	Otimismo – Folha decreta fim da crise	B
17	08/08	Presunção de inocência – Faça o que eu digo	A

JULHO			
Nº.	DATA	TÍTULO DO POST	CATEGORIA
18	31/07	Como assim? - Em busca de se entender o que é notícia	C
19	27/07	Jogos Pan-americanos – As matérias por trás das matérias	C
20	26/07	Sílvio Santos X jornalistas – SBT não fala com a imprensa	C
21	26/07	Outros Olhares – Notícia e opinião direto do Sertão	B
22	26/07	Liberdade de expressão – Essa você não leu no jornal	D
23	25/07	Código de ética – Tablóide fora da linha?	C
24	25/07	A pessoa – A reflexão e o bom uso do papel	Análise positiva
25	18/07	Tragédia – Não é preciso carregar nas tintas	A
26	18/07	Justificativa para a morte – E se houvesse provas?	A
27	16/07	17 anos do ECA – Como criticar um estatuto que não é executado?	C
28	11/07	Ombudsman do IG: “Crítica da mídia deveria ser obrigatória nas escolas”	D
29	09/07	Reportagem X edição – Quando ambigüidade vende jornal	A
30	09/07	Sítio não senhor – O limite da “licença poética”	A
31	09/07	Violência – Truculência não combina com liberdade de imprensa	D
32	06/07	Diversidade – Diário marca pontos ao mostrar ‘a cara do povo’	B
33	04/07	Para refletir – O espaço da matéria ‘da casa’	C

ANEXO 3

34	02/07	O olhar – Duas verdades que se opõem	—
35	02/07	Silêncio e preconceito – Quando os ‘ignorantes’ podem ter razão	B

JUNHO			
Nº.	DATA	TÍTULO DO POST	CATEGORIA
36	29/06	Luto – ‘Morte’ do NoMínimo é atentado ao bom jornalismo	—
37	20/06	Crack – Reportagem dá pontapé inicial no debate	B
38	15/06	Fontes e listas – De cabeça para baixo	B
39	13/06	Periferia – O estigma mesmo na festa	B
40	12/06	Ombuds Painei – Opine no Sopa	—
41	12/06	Análise – A mulher e a mídia	—
42	12/06	Balaio de gato – O malabarismo dos conceitos	C
43	12/06	Uma coisa é uma coisa – A informação e o preconceito	C
44	06/06	E o Brasil? – 181 concessões vencem este ano	—
45	05/06	Nem pagando – Empresa de outdoor recusa-se a veicular cobrança contra a violência	D
46	05/06	Meia notícia – O que foi que ele disse? O que foi que ele disse?	C
47	05/06	Mais! Mais! – Análise, vídeos e comentários sobre o “Caso RCTV”	C
48	05/06	Já Cansou?? – Concessões pelo mundo	—
49	04/06	Censura, eu? – Sistema JC rompe parceria com Acerto de Contas	C

ANEXO 3

MAIO			
Nº.	DATA	TÍTULO DO <i>POST</i>	CATEGORIA
50	29/05	RCTV – A Venezuela faz certo?	—
51	29/05	Mais Venezuela – Caso RCTV faz lembrar que concessões não são vitalícias	D
52	28/05	Elaine Tavares, no Observatório da Imprensa – Venezuela – Por que defender a RCTV?	D
53	21/05	O dia e o dia-a-dia – Estórias do lado de cá	C
54	18/05	2+2=5 – O repórter e a matemática	B
55	15/05	Liberdade de Imprensa – O fato, a notícia e o pedigree	C
56	03/05	3 de Maio – Liberdade de quê?	C

* As categorias indicadas com um travessão (—) se referem a *posts* que não apresentam conteúdo de crítica, como convites, sugestões de temas para debates, análises gerais, etc.

* Conforme exposto na nota de rodapé 148, “Ressaltamos que não era nossa proposta realizar a ‘análise do discurso’ dos textos publicados na página, pois isso exigiria um aparato teórico específico. A presente classificação diz respeito à nossa interpretação dos textos e as categorias utilizadas funcionam apenas a título de organização do material apurado para esta dissertação. Consideramos que é possível criar várias formas de classificação desses *posts*, de acordo com a especificidade do seu uso. Além disso, um único *post* poderia receber mais de uma classificação. Optamos, entretanto, por dar a classificação que consideramos mais determinante no conjunto do texto”.

**Entidades participantes da Campanha
"Quem financia a baixaria é contra a cidadania"¹⁷⁵**

- Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT)
- Associação Brasileira de Emissoras de Televisão Públicas
- Estatais e Educativas (ABEPEC)
- Associação de Gays, Lésbicas e Transgêneros (AGLT)
- Associação Ministério Comunidade Evangélica (AME)
- Associação Nacional de Implementação dos Direitos dos Animais (ANIDA),
- Canal Gênesis
- Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Belém/SP
- Centro de Justiça Global
- Centro Santo Dias de Direitos Humanos
- Centro Feminista de Estudos e Assessoria
- Associação de Empresários pela Cidadania
- Comissão Municipal e Direitos Humanos de São Paulo
- Comissão de Direitos Humanos Padre Burnie
- Comunidade Bahá'í
- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)
- Conselho Federal de Psicologia – Comissão de Direitos Humanos
- Estruturação Grupo Homossexual de Brasília
- Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social – ENECOS
- Federação Nacional dos Jornalistas – FENAJ
- FENASP – Fórum Evangélico Nacional de ação Social e Política
- Fórum Nacional de Educação em Direitos Humanos
- Fundação Sara Nossa Terra
- Grupo Dignidade
- Grupo Gay da Bahia
- Grupo Livre-mente
- Instituto Ethos de Responsabilidade Social
- Instituto Paranaense 28 de Junho – Conscientização de Direitos Humanos
- Instituto Patrícia Galvão de Defesa dos Direitos da Mulher
- Midiativa – Centro Brasileiro de Mídia para Crianças e Adolescentes
- MNDH – Movimento Nacional de Direitos Humanos
- Nosso São Paulo
- Nocae
- Olho na TV
- TVBem
- Tver
- Ordem dos Advogados do Brasil – Comissão Nacional de Direitos Humanos
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO
- Pastoral Carcerária
- Plataforma Brasileira de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais e Culturais
- Rede Brasil de Comunicação Cidadã – RBC
- Rede Dhnet – Direitos Humanos e Cultura
- Rede Social de Justiça e Direitos Humanos
- Revista Família Cristã (Irmãs Paulinas)
- Shalom Salam Paz
- Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal
- Sociedade Brasileira de Pesquisa de Mercado
- TV Comunitária de Brasília
- Universidade Católica de Brasília - UCB
- UTV – Canal Universitário do Rio de Janeiro
- Vicariato Comunicação Social

¹⁷⁵ Informações retiradas da Cartilha "Quem financia a baixaria é contra a cidadania" (COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2003).

Documento em pdf. disponível em: <<http://www.eticanatv.org.br/index.php?sec=2&cat=6&pg=2>>. Acesso em: 10 jan. 2008.